

# Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos – Contagem/ MG

VOLUME 02: DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG.  
*Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos – Contagem/ MG. Belo Horizonte, 2014.*

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Alberto Pinto Coelho**

Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

**Eliane Parreiras**

Secretária de Estado de Cultura

**Maria Olívia de Castro e Oliveira**

Secretária Adjunta

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

**Fernando Viana Cabral**

Presidente

**Pedrosvaldo Caram Santos (2011-2013)**

Vice-Presidente

Danielle Cristine de Faria

**Chefe de Gabinete**

**Dirceu Alves Jácome Júnior**

Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Ângela Maria Ferreira**

Diretora de Proteção e Memória

**Fioravante Vendramini**

Diretor de Conservação e Restauro

**Marília Palhares Machado**

Diretora de Promoção

**Raphael João Hallack Fabrino**

Gerente de Identificação

**Luis Gustavo Molinari Mundim**

Gerente de Patrimônio Imaterial

Coordenação Geral do Projeto

**Rosana de Souza Marques**

Gerente de Patrimônio Material

## TERMINOLOGIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

### GLOSSÁRIO

### LISTA DE ABREVIATURAS

### LISTA DE FIGURAS

### APRESENTAÇÃO

Os Arturos se Apresentam..... 16

Apresentação..... 18

## **CAPÍTULO I..... 30**

1.1. Arturos: Origens e Ancestralidade Africana..... 30

1.2. Sociabilidade cativa e liberta: alforria, condição do escravo liberto e relações familiares..... 39

1.3. Os Arturos e Família Patriarcal em Contagem: relações de escravidão e servidão, apadrinhamento e compadrio. .... 45

1.4. Arthur Camilo e Carmelinda Maria: a formação da primeira geração dos Arturos e a relação do grupo familiar com seus espaços de convívio. .... 56

1.5. Um novo século, um novo tempo: A Comunidade dos Arturos estabelecida em seu território..... 59

1.6. A Comunidade como *Lugar* de referência cultural ..... 67

1.7. Expressões, Ritos, Ofícios e Celebrações ..... 73

## **Capítulo II – A COMUNIDADE DOS ARTUROS E NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO..... 109**

2.1. Nossa Senhora do Rosário e seu Reinado..... 109

2.2. A antiga Capela do Rosário *locus* devocional dos Arturos..... 114

2.3. O papel da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário na Comunidade dos Arturos .... 115

2.4. Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Arturos ..... 121

2.5. Religiosidade na Comunidade dos Arturos ..... 125

## **Capítulo III – QUESTÕES SOBRE DIREITOS ..... 131**

3.1. Estado e Nação..... 133

3.2. Raças, Ideologias e Etnias..... 136

3.3. O Quilombo Ressemantizado..... 142

3.4. Comunidade e Identidade Étnica ..... 146

---

<b>Capítulo IV – Salvaguarda .....</b>	<b>152</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>159</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>161</b>
<b>Anexos</b>	

# TERMINOLOGIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL



## **PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO**

É constituído dos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

## **PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL**

São os chamados bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos, e edifícios isolados - e bens móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, acervos documentais, bibliográficos, arquivísticos, fotográficos, cinematográfico, mobiliário, obras de arte e demais objetos. Esses bens são assegurados por legislação própria, visando à manutenção e preservação dos mesmos.

## **PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL**

São as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O

Patrimônio de natureza imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

O “patrimônio cultural imaterial” se manifesta em particular:

- a) nas tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
- b) nas expressões artísticas;
- c) nas práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) nos conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- e) nas técnicas artesanais tradicionais.

## **IDENTIFICAÇÃO DE BENS CULTURAIS**

É a seleção dos diversos elementos do patrimônio cultural com a participação das comunidades, grupos e organizações não governamentais pertinentes e por meio de trabalho técnico especializado. Para assegurar a identificação, com fins de preservação, é necessária a realização de um ou mais inventários do patrimônio cultural, que serão atualizados regularmente. O inventário compreende as etapas de pesquisa, identificação, cadastro e acesso à informação sobre bens culturais necessárias às medidas subsequentes.

## **INVENTÁRIO**

Corresponde à medida administrativa indicativa de outras formas de proteção ou acatamento, significando importante instrumento de identificação e acesso à

informação sobre os bens culturais de interesse de preservação.

### **VIGILÂNCIA**

É o zelo permanente do bem cultural, por meio de ação continuada e integrada, entre os responsáveis as administrações federal, estadual e municipal.

### **TOMBAMENTO**

É o instituto jurídico de proteção especial aplicado a bens culturais de natureza material de excepcional valor no que diz respeito à identidade cultural e à memória coletiva dos diversos grupos que constituem a sociedade.

### **LIVROS DO TOMBO**

I - Livro Arqueológico, Paisagístico e Etnográfico;

II - Livro de Belas Artes;

III - Livro Histórico;

IV - Livro das Artes Aplicadas.

### **CONSERVAÇÃO**

É o conjunto de medidas que visa assegurar a preservação integral e material dos bens culturais, mediante a adoção de técnicas próprias ou a execução de intervenções, bem como a proposição destinada às administrações municipais de legislação urbanística específica para a preservação do sítio de valor cultural e da sua vizinhança.

## **REGISTRO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL**

É a medida administrativa cujo processo de reconhecimento visa à inscrição do patrimônio cultural em um dos Livros de Registro (dos Saberes, das Celebrações das Formas de Expressão, dos Lugares, ou outro), tendo sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

### **LIVROS DE REGISTRO**

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo anterior.

## **DESAPROPRIAÇÃO**

É um instrumento de acautelamento e de ordenamento do território previsto pelo estatuto da Cidade de 2002 que incide sobre bem cultural de notória relevância e que apresente risco comprovado de irreparável destruição ou descaracterização.

## **PLANO DE PROTEÇÃO**

É o conjunto de medidas administrativas de natureza jurídica, técnica ou conceitual que visam à preservação dos suportes materiais que proporcionam a fruição dos valores culturais identificados do patrimônio de natureza material ou imaterial e que está relacionado a programas, planos, projetos e ações de tombamento, conservação e restauro e difusão.

## **SALVAGUARDA**

É o conjunto de medidas administrativas de natureza jurídica, técnica ou conceitual que visa a garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não formal – e a revitalização desse patrimônio nos seus diversos aspectos.

## **Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA/MG**

Diretoria de Proteção e Memória – DPM

Gerência de Patrimônio Imaterial – GPI

Telefone: (31)3235-2882

# GLOSSÁRIO



# A

## **Agentes da Festa**

Por agente, entendem-se todas as pessoas ou grupos que desempenham algum papel na Festa, desde os principais - os festeiros- até os participantes comuns, os assistentes. Distinguem-se, ainda, em tipo específico, dentre os quais encontramos os agentes relacionados à organização da Festa, e aqueles denominados agentes rituais que ocupam algum papel ritual nas encenações, cortejo ou outros acontecimentos.

## **Alforria**

É a liberdade concedida ao escravo, manumissão. Estado de homem livre, não escravos.

## **Alvorada**

A alvorada é caracterizada pelo toque do sino e pelo foguetório, que ocorre nas primeiras horas da manhã do Domingo da Festa, anunciando e convidando à comunidade para as festividades.

# B

## **Bandeira**

Peça que pode ser confeccionada em vários tipos de materiais como tecido, madeira, papel ou metal, geralmente na extremidade superior é afixada numa haste que será erguida em um mastro. Também podemos encontrar bandeiras com a haste afixada na parte inferior para ser levada nas cerimônias religiosas. As bandeiras geralmente representam as cores, símbolos e atributos dos santos, das irmandades ou das agremiações.

## **Bandeira do Mastro**

É a bandeira entregue ou devolvida pelos mouros aos cristãos durante a batalha. No caso da Festa de Chapada do Norte a bandeira é amarrada ao mastro de madeira em seguida é erguido em local

demarcado no largo em frente a Capela de Nossa Senhora do Rosário

## **Bastão**

É um objeto de comando portado pelos capitães das Guardas de Congado e por seus Reis e Rainhas do trono coroados. Eles recebem toda uma preparação ritual para a necessária imantação do sagrado, por meio de orações a ele dirigidas e ao seu portador. Além das atribuições de comando, o bastão também é meio de contato com o Divino.

## **Batuque**

O Batuque constitui-se em uma dança de matriz africana, coreografada coletivamente em forma de roda, e que até hoje está presente em algumas regiões do Brasil. Essa forma de expressão se disseminou na colônia por meio dos africanos escravizados trazidos para a América Portuguesa. Estudos apontam, que foi do Batuque que se originou a dança de roda, quando o sagrado e o profano fundiram-se em uma mistura de ritmos em que as “batidas” no tambor – instrumento imprescindível na prática - determinaram o canto e a gestualidade.

## **Bizarria**

As flutuações na sua dinâmica são observadas na alternância de momentos de louvor com os de brincadeiras – ou bizarria – e os dos desafios.

# C

## **Caixa**

É um instrumento musical feito de madeira ou metal recoberto de membranas em ambas as extremidades. Pode apresentar uma esteira de metal colocada em contato com a membrana inferior, que vibra quando a membrana superior é tocada por uma ou duas baquetas de madeira. É utilizado nas baterias de escola de samba, nas bandas de pífanos e outros grupos musicais populares.

### **Candombe**

O candombe é um rito familiar que homenageia e invoca os antepassados e a Virgem do Rosário.

### **Capela**

Edifício religioso próprio ou qualquer outro recinto de mesmo fim, podendo ser de menores extensões. Destina-se ao culto, tendo uso público, semi-público ou privado. Para alguns estudiosos, do ponto de vista formal, não há diferença entre capela e igreja. Ambas podem ter o mesmo tamanho, o mesmo número de altares, batistérios e coro. A distinção entre ambas é de caráter administrativo, segundo o direito canônico. A capela é desprovida de padre, não sendo sede de paróquia e estando fora da jurisdição da diocese e, portanto, da paróquia.

### **Capitão**

É uma posição de comando das Guardas de Congado. Em cada uma Guarda existe uma gradação de capitães, hierarquicamente divididos.

### **Comunidade**

“Associação formada por conjunto de indivíduos com determinada característica comum, inserido em grupo ou sociedade maior que não partilha suas características fundamentais”<sup>1</sup>.

### **Comunidades Tradicionais**

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição<sup>2</sup>.

### **Congada**

Bailado dramático em que os figurantes em trajes típicos representam entre os cantos e nas coreografias da dança a corajão de um rei Congo.

### **Compromisso da Irmandade**

O Compromisso ou Estatuto das irmandades era o documento pelo qual se regulamentava as normas, procedimentos e objetivos de uma determinada irmandade. O Compromisso deveria ser submetido

sempre à aprovação da Igreja e, no caso da América Portuguesa, também a aprovação do rei, em função do padroado régio.

### **Coroa**

Objeto de formato circular, geralmente de ouro ou prata lavrados também metais não nobres decorados, às vezes, com pedrarias, que se coloca sobre a cabeça como sinal de realeza. Na iconografia cristã, aparece de forma fechada na cabeça do Menino Deus e da Virgem Maria e de forma aberta, na cabeça de santos nobres. Insígnia circular com que se cinge a cabeça como um sinal de dignidade, vitória, poder ou cargo e nobreza.

### **Cortejo**

Que em geral antecede ou ocorre durante as celebrações religiosas. Atividade, ritual realizada por um grupo em forma de caminhada ou trajetória geralmente acompanhando de um objeto de homenagem, que pode ser uma imagem, um símbolo ou pessoa. Pode anteceder ou ocorrer durante festas, ritos religiosos, cívicos ou fúnebres.

### **Cosmologia**

Nas ciências sociais, é o modo particular de apreensão do universo circundante de acordo com os valores morais, os sistemas classificatórios e as religiões particulares de cada grupo social. Para a astronomia é a “ciência que estuda a origem, estrutura e evolução do universo”<sup>3</sup>.

### **Cidadania**

É o *status* daqueles indivíduos pertencentes ao Estado nacional. Corresponde a uma identidade social “politizada que emerge de características políticas, econômicas e culturais de uma sociedade (REIS, Elisa P. O Estado Nacional Como Ideologia. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 1, 1988, p. 189)”. Guillermo O’Donnell<sup>4</sup> concebe o cidadão inserido na “aposta institucionalizada” da democracia. A aposta democrática pressupõe uma cidadania política, um aparato jurídico estabelecido em Constituição, e um Estado, entendido como entidade territorial portadora dessa cidadania. O indivíduo – concebido como autônomo, responsável e racional – deriva de uma

definição jurídica de um agente apto a votar e ser votado e, portanto, capaz de assumir um cargo eletivo, até prova em contrário.

## E

### **Ermida**

Pequeno templo em lugar ermo. Pode ser pública ou particular. A ermida particular é, geralmente, de uso familiar.

### **Espada**

É uma arma branca, formada de uma lâmina comprida e pontiaguda de um ou dois gumes. Na outra extremidade se encontra o punho para segurá-la. Ela é usada no corta-vento no mastro a cavalo pelos cavaleiros.

## G

### **Guiás**

Chocalhos de cesto feito de palha trançada, com alça e cabaça no fundo, dentro dos quais são postas sementes. São usados no ritual do Candombe.

### **Gungas**

Chocalhos de latinhas feitos de chapa de aço inox presas a uma correia de couro e amarrada aos tornozelos.

## I

**Ideologia:** “1. Ciência da formação das ideias e de um sistema de ideias. 2. Fil. Pol. Rel. Soc. Sistema articulado de ideias, valores, opiniões, crenças etc., organizado como corrente de pensamento, como instrumento de luta política, como expressão das

relações entre classes sociais, como fundamento de seita religiosa etc. 3. Fil. No marxismo, o conjunto das formas de consciência social que tem por finalidade legitimar a classe dominante ou, no lado oposto, os interesses revolucionários da classe proletária. 4. Hist. Conjunto das idéias e convicções próprias de uma época, uma sociedade, uma classe etc., e que caracterizam um situação histórica (Dic. Aulete Digital).”

### **Imagem**

É a representação de um objeto ou figura em primeiro plano, bidimensional ou tridimensional, através do desenho, pintura ou escultura.

### **Irmandade**

Instituição laica que funciona sob princípios religiosos, fundados por pessoas que se comprometem a realizar em conjunto práticas caritativas e assistenciais.

Associação pia, organicamente constituída que, além da vida cristã, promove o culto divino público. As irmandades geralmente adotam um Santo de devoção e promovem festas públicas em sua homenagem.

### **Etnia**

“Antr. Grupo social diferenciado de outros por laços peculiares de cultura, religião, língua, comportamento etc., e que compartilha origem e história comuns (Dic. Aulete Digital).”

### **Etnicidade**

“Para fins de nossa análise, a etnicidade é conceituada como um tipo de processo social no qual os grupos orientam as ações pelo reconhecimento territorial das áreas que ocupam, com base em signos étnicos carregados de metáforas, inclusive biológicas, referidos a uma afirmação positiva dos estereótipos de uma identidade étnica e racial, para reivindicar os direitos de uma cidadania diferenciada ao Estado brasileiro”<sup>5</sup>.

## L

### Lenda

“Literatura popular em versos ou em prosa sobre temas tradicionais, fatos atuais, impressa em folhetos e vendida em feiras populares e mercados, onde os folhetos são expostos pendurados em barbante ou cordéis”<sup>6</sup>.

### Lugar

“Espaço físico e/ou simbólico, ao qual se atribuem características identitárias, relacionais e histórico; para realização ou prática de atividades variadas que podem ser cotidianas ou extraordinárias, vernáculas ou oficiais. Do ponto de vista físico, arquitetônico e urbanístico, pode ser identificado e delimitado por marcos e trajetos que a população desenvolve nas atividades que lhe são próprias”<sup>7</sup>.

## M

### Manumissão

Emancipação, aforamento de escravos.

### Mastro votivo

Insígnia de grande importância em algumas comemorações coletivas religiosas. São os sentidos concretos da verticalidade, unindo Terra e Céu, vivos e mortos, corpo e alma. Nos dias consagrados aos santos católicos ou à Santíssima Trindade, mastros são levantados Brasil afora, ornados e encimados pela bandeira do homenageado.

### Meio-dia

Este consiste na reunião da banda na porta da Igreja do Rosário, ao meio-dia, para ali executar algumas músicas. Há também toque de sinos. Em seguida, a banda se dirige à casa do festeiro, onde são servidas quitandas, café e bebidas para os componentes e todos que a acompanham... O meio-dia se repete no último dia da novena, o dia do Mastro...”.

### Miss Conga

A “Santa Missa” da Festa de Nossa do Rosário é realizada no domingo após o Mastro, o “Domingo da Festa”. É precedida, como dissemos, pelo Reinado - que leva os festeiros, vestidos a rigor, até a capela. Lá, estes ocupam tronos e embora na atualidade a missa seja celebrada segundo um padrão comum a todas as missas daquele domingo, os reis ainda recebem algum destaque especial - por exemplo, no momento da comunhão, em que as hóstias são oferecidas pelo padre primeiramente a eles.

### Mito

Narrativa utilizada para explicar origens, fatos ou fenômenos não compreendidos. Os mitos geralmente estão relacionados com alguma data, história ou religião, associando eventos reais a simbologias, personagens sobrenaturais, deuses e heróis. No presente caso, usa-se o conceito na acepção de uma narrativa subjacente ao pensamento de um grupo social. O mito é estruturante nas classificações de mundo que dele decorrem.

### Moçambique

“Dança de conjunto com formação em fileiras. O mestre é a primeira figura de sua linha, e o contramestre, da outra linha, à qual geralmente pertencem os que fazem o contracanto. As duas fileiras se defrontam, com bastão na mão direita e paíás na esquerda. Colocando os bastões cruzados no chão, os dançarinos cantam enquanto dançam. Quem encostar em algum bastão será substituído”<sup>8</sup>.

## P

### Pároco

Sacerdote a quem está entregue a cura das almas numa paróquia, sob supervisão de um Ordinário.

### Ponto

Ponto que se caracteriza por letra e melodia de canto sagrado. É prece evocativa cantada que tem

por finalidade atrair e homenagear os ancestrais e as divindades espirituais.

orações corresponde à meditação sobre um fato da vida de Jesus ou de Maria<sup>9</sup>.

## R

### **Rei e Rainha/ Festeiros**

São os irmãos que reinam durante as festividades. Reinado que cada ano é conduzido pelo Rei e a Rainha do Rosário eleitos no ano anterior e sua corte. Os festeiros ou reis são os principais agentes da Festa de Nossa Senhora do Rosário. Possuem uma atribuição dupla: por um lado, são responsáveis pela organização de partes significativa dos eventos da Festa, por outro, são agentes rituais de vários eventos. Na verdade, o festeiro é essencial nesse tipo de festa religiosa. Cabe aos festeiros, ainda, a hospitalidade em suas casas - que se torna, a partir do momento em que a Festa se inicia uma casa pública, que deve permanecer de portas abertas para receber todos aqueles que nela quiserem entrar, tendo sempre licor, doce ou quitanda para oferecer aos visitantes”.

### **Reinado**

Tempo de governo de um rei e rainha, sobre um conjunto de coisas e seres com um objetivo comum.

A denominação do Reinado pode ter uma abrangência maior ou menor. Na primeira acepção do termo, consiste em todo cortejo responsável pelo acompanhamento dos reis no trajeto que vai de suas casas à Igreja do Rosário, tanto em um sentido quanto em outro.

### **Ritual**

Encena na prática as estruturas ontológicas representada nos mitos. Através dos rituais, a sociedade vivencia e dramatiza dimensões da vida social e reflete sobre si mesma.

### **Rosário**

O Rosário é uma corrente ou fio auxiliar na meditação e na oração. Geralmente é composto por cinquenta ou cento e cinquenta pequenas contas, que indicam o mesmo número de Ave-marias, ou seja, as palavras de Gabriel na anunciação de Maria, em cinco conjuntos de dez unidades, separados por uma conta maior, representando o Pai nosso. Cada conjunto de

## T

### **Tambor**

“Instrumento de percussão cujo som é obtido pela vibração de uma membrana esticada em uma ou nas duas extremidades da caixa de ressonância que pode ser de vários formatos e tamanhos. A membrana pode ser percutida com as mãos ou com baquetas”.

O tambor é conhecido e é utilizado em várias culturas.

“tambor... e os amoipiras usam na guerra tambores que fazem de um só pau, que cavam por dentro com fogo tanto até que ficam mui delgados, os quais soam muito bem... Gabriel Soares de Sousa - Tratado Descritivo do Brasil em 1587 cap. CLXVII- O número e variedade dos atabaques trazidos pelos escravos africanos, sudaneses e bantos positivam a popularidade da percussão entre eles”.

### **Tamborzeiros**

“[...] os tamborzeiros são os seus principais agentes rituais. O tambor é composto de um numero restrito de homens - em geral de cinco a dez- que batem os tambores - instrumento formado por pedaços de troncos ocados e que têm em uma de suas extremidades um couro preso por tachas, sendo em número de três e tamanhos diferentes [...]” Um agente importante ao se falar do tambor é levar em conta que ele é o agente mais reconhecidamente negro entre todos... O tambor é um componente da Festa do Rosário intrinsecamente ligado a ela, não sendo permitido que ele seja utilizado para outros fins, dentre os quais estaria à participação em festivais de folclore e cultura popular.

### **Trono Coroado**

É composto pela corte conduzida pela Guarda de Moçambique. São os Reis e Rainhas presentes nos cortejos das Festas de Nossa Senhora do Rosário e na Festa da Abolição. Todo o trono tem cargo “perpétuo”, que engloba tanto os vivos quanto os falecidos, e é composto pela corte “coroada”, ou seja, os Reis e Rainhas que passaram pelo devido processo ritual de preparação para o cargo. Reis e

Rainhas festeiros fazem parte do trono durante um ano e não são “coroados.”

## NOTAS

<sup>1</sup> Tesouro do Folclore Brasileiro.

<sup>2</sup> Decreto 6.040, 7 novembro 2007, artigo 3.

<sup>3</sup> Dicionário Caldas Aulete Digital.

<sup>4</sup> O'DONNELL, Guillermo. Teoria Democrática e Política Comparada. Dados, Rio de Janeiro, v. 42, n.4, 1999.

<sup>5</sup> O'DWYER, Eliane Cantarino. Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo. Iberoamericana (Madrid), v. 42, 2011, 111-112.

<sup>6</sup> Tesouro do Folclore Brasileiro.

<sup>7</sup> Tesouro do Folclore Brasileiro.

<sup>8</sup> Tesouro do Folclore Brasileiro.

<sup>9</sup> BECKER, Udo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Paulus, 1999. p.238.

---

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

IPAC – Inventário de Proteção do Acervo Cultural

IEPHA/MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PUC MINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNB – Universidade de Brasília

UNESCO - United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas)

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Registro de Batismo de Felisbina Rita Cândida	33
<b>Figura 2</b>	Registro de Batismo de Arthur Camilo Silvério	38
<b>Figura 3</b>	Registro de Casamento de Arthur Camilo Silvério e Amélia Philomena Diniz	56
<b>Figura 4</b>	Registro de Casamento de Arthur Camilo Silvério e Carmelinda Maria da Silva	57
<b>Figura 5</b>	Registro de Falecimento de Arthur Camilo Silvério em 1956	64
<b>Figura 6</b>	Árvore genealógica dos Arturos	66
<b>Figura 7</b>	Altar da Capela da Comunidade dos Arturos	71
<b>Figura 8</b>	D. Lucinha, Rainha do Império (Tetane) e bisneto	74
<b>Figura 9</b>	Guarda durante a festa de Nossa Senhora do Rosário.	74
<b>Figura 10</b>	Cerimônia do Candombe com os três tambores da Comunidade	76
<b>Figura 11</b>	Primeiro tambor da Comunidade	76
<b>Figura 12</b>	Guarda de Congo chegando à Comunidade	78
<b>Figura 13</b>	Guarda de Congo	78
<b>Figura 14</b>	Chegada da Guarda de Moçambique à Casa Paterna	80
<b>Figura 15</b>	Integrante da Guarda de Moçambique com seu tambor	80
<b>Figura 16</b>	Reunião das Guardas de Congo e Moçambique na Comunidade durante a Festa do Rosário	82
<b>Figura 17</b>	Festa de Nossa Senhora do Rosário de 1993	82
<b>Figura 18</b>	Percurso das guardas dentro da Comunidade dos Arturos	84
<b>Figura 19</b>	Mastros no terreiro do Capitão Antônio	85
<b>Figura 20</b>	Ritual do Levantamento de Mastro de 1993	85
<b>Figura 21</b>	Locais de levantamento de Mastros e Bandeiras da Comunidade dos Arturos.	87
<b>Figura 22</b>	Preparação da madeira do corpo do tambor	88
<b>Figura 23</b>	Construção de tambor dentro da Capela da Comunidade	88
<b>Figura 24</b>	Cortejo dos escravos durante a Festa da Abolição	90
<b>Figura 25</b>	Crianças participantes da Festa da Abolição	90
<b>Figura 26</b>	Preparativos do Almoço servido na Festa da Abolição	92
<b>Figura 27</b>	Almoço servido durante a Festa de N. S. do Rosário	92
<b>Figura 28</b>	João do Mato encontro encontra com a Comunidade	94
<b>Figura 29</b>	Ritual de expulsão do João do Mato em frente à casa paterna	94
<b>Figura 30</b>	Mestre Antônio com os músicos durante a Folia de Reis	96
<b>Figura 31</b>	Reis Magos em frente à Casa Paterna	96
<b>Figura 32</b>	Roda do batuque, Jorge, “Seu” Mário, “Seu” Antônio e Dona Tetane	98
<b>Figura 33</b>	Músicos afinando violões	98
<b>Figura 34</b>	Benzeção para cobreiro	100
<b>Figura 35</b>	Instrumentos intermediários para cura de cobreiro	100
<b>Figura 36</b>	“Seu” Mário receitando plantas para cura	102
<b>Figura 37</b>	Mata da Comunidade de onde são retiradas várias plantas utilizadas para benzeção	102
<b>Figura 38</b>	Dona Tetane, “Seu” Mário e “Seu” Antônio, mestres da Comunidade dos Arturos	104
<b>Figura 39</b>	Filhos de Zambi durante a Festa da Abolição	106
<b>Figura 40</b>	Encenação próxima à casa paterna, na Festa da Abolição	106
<b>Figura 41</b>	Gráfico esquemático da relação entre os senhores vinculados à Irmandade e os Arturos	120

## OS ARTUROS SE APRESENTAM

Oralidade, espontaneidade, ancestralidade... É preciso ser fiel aos ensinamentos, à tradição. Nisso reside à força, a originalidade e a grandeza da cultura de um grupo familiar tão expressivo como a nossa Comunidade dos Arturos, lugar de memórias que cultivam e preservam a religiosidade e as práticas cotidianas coletivas há mais de um século. Disso temos plena consciência. Tanto que já contam dez anos à solicitação da Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Contagem por meio da prefeitura do município de Contagem ao Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA /MG, o Registro dos Saberes, das Celebrações e das Formas de Expressão da Comunidade.

O Reinado de Nossa Senhora do Rosário, a Festa da Abolição, o Candombe, a Folia de Reis e o Batuque, a sabedoria contida nas benzeções, na culinária, na confecção de vestimentas, os instrumentos de Congado, a criação do grupo Arturos Filhos de Zambi e os conhecimentos herdados sobre as plantas e raízes, são referências conhecidas das nossas tradições culturais preservadas.

A identidade constituída dessa tradição nos confere uma especificidade por mantermos vivos os ensinamentos dos ancestrais. Nosso grupo preserva e atualiza as manifestações da cultura negra de Minas, na medida em que compartilha os conhecimentos herdados com os parentes, com irmãos congadeiros ou grupos sociais.

Durante o processo de Registro retomado desde 2011, unidos na fé que nos guia, percebemos que fomos cada vez mais nos apropriando da representação de nossa diversidade cultural disseminada em várias gerações e formas de expressão da Comunidade.

Ao longo desses dois anos, grande parte de nossa Comunidade esteve envolvida em todo o processo de levantamento de dados, acervos fotográficos e de imagens, inventários, entrevistas e outros. A participação coletiva, prática comum e cotidiana, contribuiu para reconhecer e avaliar que essa caminhada elevou consideravelmente à autoestima, o conhecimento, a identidade e a apropriação do pertencimento que estava adormecido, em muitos Arturos, essencialmente os mais jovens.

O trabalho envolveu várias gerações de Arturos, suscitaram questionamentos sobre as origens, as histórias, os tempos, os saberes e fazeres Arturos, trazendo respostas práticas

para a continuidade das autênticas e tradicionais manifestações culturais mineiras e brasileiras representadas pela Comunidade.

Desde o início, a participação efetiva da comunidade tornou o trabalho cada vez mais coletivo em todas as etapas e segmentos. A participação permitiu um melhor entendimento do que seja o processo de Registro.

O reconhecimento e o registro como Patrimônio Imaterial simbolizam o resultado da luta e da resistência de um povo negro que mantém e expressa às tradições preservadas. Que essa iniciativa seja um marco da longa história que apresenta a diversidade cultural herdada de nossos ancestrais, que tanto nos honram. Que outros irmãos negros e de todas as cores sejam referências culturais e que possam ser reconhecidos e respeitados como a Comunidade dos Arturos, ser referência para Minas Gerais e para o Brasil. Muitos de nossos ensinamentos já se foram, mas dedicamos esse trabalho a todos que participaram dele, essencialmente, Arthur Camilo e Carmelinda, eles primeiros do rosário dos Arturos.

## APRESENTAÇÃO

A Comunidade dos Arturos *“há mais de 100 anos, preserva e atualiza diversas tradições da cultura negra brasileira”*<sup>1</sup>. Assim se apresentam os Arturos, comunidade tradicional, de ascendência negra, que tem em suas práticas cotidianas várias expressões culturais. A Comunidade, localizada em Contagem na Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG, está em grande parte reunida em uma propriedade herdada do patriarca Arthur Camilo Silvério e Carmelinda Maria da Silva, e é formada por cerca de 500 pessoas, composta basicamente pelos descendentes e agregados.

As páginas que ora se seguem e que constituirão esse dossiê tratam exclusivamente dos Arturos. Procurou-se ao longo do texto apresentar um pouco desse Lugar, dessa comunidade, que durante dois anos foi pesquisada, mas que representa anos de tradição. Procurou-se dar forma e coerência a um emaranhado de informações que foram obtidas durante todo o processo. Mas, principalmente procurou-se demonstrar a dimensão e a importância que só os que conhecem e vivenciam os Arturos são capazes de ter.

Certamente, tudo o que for escrito aqui será menor do que a vivência de qualquer uma de suas tradições e modo de vida. Como encontrar palavras para dizer o que é o Reinado de Nossa Senhora do Rosário? Ou o Candombe? Como descrever eventos como a Festa do Rosário, ou da Abolição? Enfim! Como se explica a Benzeção, a Festa do João do Mato, o Batuque e tantas outras expressões, que fizeram da Comunidade dos Arturos um lugar de reconhecida referência cultural. Todavia, coube nesse trabalho essa tarefa. Não a de explicar ou a de dizer o que é a Comunidade, mas sim a tentativa de mostrá-la em sua dinâmica, sua dimensão vívida.

Assim, a presença de representantes da Comunidade nesse processo era e foi, desde o início, o ponto de partida de todos os estudos e levantamentos. Afinal um reconhecimento, como é o caso do registro como patrimônio cultural imaterial, só é válido a partir também de um autoconhecimento, de uma construção em que aquele agente ou

---

<sup>1</sup> Palavras expressas no pedido de registro, feito pela comunidade ao IEPHA/MG, para ser reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial do estado de Minas Gerais.

grupo detentor dos saberes ou práticas culturais se identifique e se reconheça. Essa foi a tentativa estabelecida em todo o processo e naturalmente também nesse texto.

O dossiê interpretativo da Comunidade dos Arturos representa a Etapa – III do *Projeto de Inventário para fins de Registro da Comunidade dos Arturos*<sup>2</sup>, que se iniciou em 2012, e cujo objetivo era o de pesquisar a Comunidade e reconhecê-la, ou não, como um Patrimônio Cultural de Minas Gerais. O dossiê se caracteriza pelo aprofundamento e pela análise dos elementos constitutivos da comunidade. Aspectos que foram abordados em outras fases do projeto.

Desde o pedido de Registro feito pela Comunidade dos Arturos<sup>3</sup> até a consolidação desse dossiê muitas etapas foram cumpridas. A proposta nessa introdução é oferecer um panorama das atividades desenvolvidas, ao longo desses 02 anos, apresentando os recortes, a metodologia, as escolhas realizadas ao longo do processo e a lógica de apresentação do dossiê.

No início dos trabalhos havia uma intenção que logo se tornou gesto e muito por fazer, em um processo que ainda se desenhava. Vale lembrar que a abordagem dada ao patrimônio cultural imaterial é relativamente recente<sup>4</sup>, e que se tratava do terceiro processo de registro promovido pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG<sup>5</sup>, e o primeiro na categoria de Lugares.

Havia muitos indícios, muitos apontamentos que faziam crer que a Comunidade dos Arturos teria os elementos para ser reconhecida como patrimônio cultural e que justificasse a pesquisa. Todavia, tal qual o verso do poeta espanhol Antônio Machado, somente “*ao andar faz-se o caminho*”<sup>6</sup> e nesse sentido era necessário caminhar e fazer a trajetória dos

---

<sup>2</sup> Projeto de inventário para fins de registro da Comunidade dos Arturos. Gerência de Patrimônio Imaterial GPI/DPM. IEPHA/MG, Belo Horizonte, 2011. Documento em anexo no dossiê administrativo.

<sup>3</sup> O pedido de registro como patrimônio cultural imaterial do estado foi encaminhado ao IEPHA/MG pela própria comunidade em outubro de 2011. No pedido, além das justificativas, a Comunidade apontava a categoria de lugares para o registro. Documento em anexo no dossiê administrativo.

<sup>4</sup> O Decreto Estadual 42.505 é de 2002.

<sup>5</sup> Antes havia sido registrado o modo de fazer o queijo artesanal da Região do Serro, no Livro De Registro Dos Saberes, em 2002, e a Festa De Nossa Senhora Do Rosário Dos Homens Pretos De Chapada Do Norte, No Livro De Registro Das Celebrações, em 2011.

<sup>6</sup> Trata-se do poema “Proverbios y Cantares XXIX”. No original “Caminante, Son Tus Huellas El Camino Y Nada Más; Caminante, No Hay Camino, Se Hace Camino Al Andar. Al Andar Se Hace El Camino, Y Al Volver La Vista Atrás Se Ve La Senda Que Nunca Se Ha De Volver A Pisar. Caminante No Hay Camino Sino Estelas En La Mar”. Livre tradução “caminhante, são teus rastos o caminho, e nada mais; caminhante, não há caminho, faz-se

Arturos na perspectiva do patrimônio cultural<sup>7</sup>. Além disso, conforme exposto, desde o primeiro momento, entendeu-se que a caminhada deveria ser necessariamente realizada com a Comunidade. A proposta então, era a de que os Arturos tivessem efetiva participação em todos os momentos da pesquisa, tornando-se agentes no processo de pesquisa.

Assim, com essa perspectiva, iniciou-se, em conjunto com a Casa de Cultura de Contagem<sup>8</sup>, o *Projeto de inventário para fins de Registro da Comunidade dos Arturos* com objetivo de conhecer e pesquisar os Arturos<sup>9</sup>. O objetivo era o de identificar os bens culturais da Comunidade, valorizar a cultura existente e reconhecer, caso procedente, a comunidade como patrimônio cultural do estado.

Entre outros ganhos, a experiência dessa pesquisa permitiu ao IEPHA/MG desenvolver e implementar uma metodologia de trabalho que pode vir a ser usada em outros contatos, servindo como incentivo ao reconhecimento de Comunidades Tradicionais que permaneçam vivas e que promovam a manutenção de seus bens culturais.

Metodologicamente o processo teve por característica as seguintes etapas, descritas em sequência: Etapa I - *Referências Culturais dos Arturos*; Etapa II - *Inventário dos Bens culturais*, que teve como resultado o Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais - IPAC/MG – Comunidade dos Arturos e a produção de um documentário sobre a Comunidade; Etapa III - Dossiê de Registro da Comunidade como Patrimônio Cultural, composta pela elaboração do Dossiê Técnico e Administrativo, das Ações de salvaguarda e dos Cadernos do Patrimônio Imaterial – Comunidade dos Arturos.

---

caminho ao andar. ao andar faz-se o caminho, e ao olhar-se para trás vê-se a senda que jamais se há de voltar a pisar. caminhante, não há caminho, somente sulcos no mar”. MACHADO, Antônio Campos de Castilla: (1907-1917). 17. Ed. Barcelona: Cátedra, 2009. 298 p (Colección Letras Hispánicas; 10).

<sup>7</sup> Tal caminhar, quase se iniciou em 2004, quando o próprio IEPHA/MG iniciou uma aproximação no sentido de se conhecer melhor a Comunidade dos Arturos e os bens culturais a ela associados. Naquela oportunidade, foi solicitado ao IEPHA/MG, pela prefeitura do município, o registro das celebrações, saberes e formas de expressão relacionadas à comunidade. Entretanto, por motivos alheios ao nosso conhecimento, não houve prosseguimento no referido pedido.

<sup>8</sup> Posteriormente a Casa de Cultura de contagem viria integrar a fundação cultural de contagem – FUNDAC em 2013.

<sup>9</sup> Seguindo as orientações da portaria nº 47 de 2008 do IEPHA/MG foi firmado, em 2012, *termo de compromisso* entre prefeitura municipal de contagem, IEPHA/MG e Comunidade dos Arturos no sentido de implementar o *Projeto De Inventário Para Fins De Registro Da Comunidade Dos Arturos*. Documento em anexo no dossiê administrativo.

## Referências Culturais dos Arturos

O levantamento das referências culturais vinculados à Comunidade dos Arturos corresponde à finalização da I etapa do Projeto. Nessa etapa do trabalho foram identificadas 564 referências em 332 fontes. A pesquisa foi realizada em mais de 18 acervos com características diversas. A documentação é constituída por jornais, revistas, teses, dissertações, monografias, textos técnicos, vídeos, fotos, áudio, revistas e outros documentos, que ratificaram a importância da Comunidade dos Arturos e a sua dimensão dentro do cenário artístico, político, acadêmico, cultural e social.

Apesar de extenso, é importante ressaltar que esse levantamento deve ser contínuo, constantemente atualizado, pois certamente muitas referências ficaram pelo caminho. O fundamental é entender que a pesquisa serve como instrumento de valorização, identificação e memória das produções já elaboradas sobre os Arturos. Pretende-se também que o levantamento funcione como ação de salvaguarda e que todas essas informações sejam localizadas e entregues aos Arturos. Cumprindo assim o papel, quase nunca observado, de devolver aos detentores as produções sobre eles realizadas.

A partir da análise dos dados coletados foi possível traçar uma série de decisões que determinaram o escopo das outras etapas do projeto. Tais como: quais seriam os bens a inventariar, quais pessoas poderiam servir de contato, quais os suportes das fontes documentais e teóricas mais utilizados, quais as tipologias de bens referenciados, entre outros.

Como resultado, essa etapa apresentou as seguintes informações: Comunidade dos Arturos (234), Festa da Abolição (61), Congado (47), Festa do Rosário (37), Filhos de Zambi (20), Guardas de Congo e Moçambique (16) Folia de Reis (15), Arthur Camilo Silvério (11), Candombe (12) e Festa João do Mato (7), para citar os que apareceram mais vezes. As informações foram sistematizadas e consolidadas na publicação *Referências Culturais – Comunidades dos Arturos*<sup>10</sup>.

## Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Comunidade dos Arturos – IPAC/MG

<sup>10</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG. FUNDAÇÃO CULTURAL DE CONTAGEM – FUNDAC. *Dossiê de Registro da Comunidade dos Arturos – Contagem/MG*. Belo Horizonte, 2014.

O inventário da Comunidade dos Arturos que corresponde a Etapa – II do projeto cumpriu o papel de aproximar, ainda mais, a equipe de pesquisa com os Arturos, identificando e oferecendo caminhos e estratégias para a atuação. O inventário marcou também a aplicação e consolidação da metodologia desenvolvida pela instituição para identificar e compreender os bens culturais de natureza imaterial.

Nesse esforço instrumental foram adaptadas metodologias já existentes, sempre com a preocupação de envolver e destacar os agentes detentores do bem cultural. Os campos propostos no inventário foram desenvolvidos na tentativa de captar de forma ampla o bem cultural. Assim, foram criadas fichas específicas para os Ritos e Celebrações, as Formas de Expressão, os Mestres, os Saberes e Ofícios, os Lugares, além de variações para os Saberes da Alimentação. Nesse ponto, é importante ressaltar que os campos são propostas interpretativas e, não devem ser tomados como modelos rígidos de pesquisa, certamente demandas futuras implicarão em adaptações.

Por fim, desde a seleção ao preenchimento das informações dos bens culturais, o objetivo era o de construir um inventário que representasse a Comunidade dos Arturos e no qual seus membros se reconhecessem. Nesse sentido houve um esforço para a efetiva participação da Comunidade, ainda que com idas e vindas, encontros e desencontros.

### **Bens Culturais da Comunidade dos Arturos**

A seleção dos bens culturais passíveis de inventário foi obtida a partir da confluência de duas frentes de trabalho: a dos resultados alcançados na Etapa – I e a do contato direto com a Comunidade.

Assim, de posse dos resultados do levantamento e de incorporações sugeridas, foi estabelecida uma lista com 21 bens culturais que inicialmente seriam inventariados. Conforme o desenvolvimento da pesquisa e o aprofundamento das informações, algumas adequações se mostraram necessárias.

Verificou-se, entre outras coisas, que a nomenclatura *Mastros e Conhecimentos de Plantas Medicinais*, estabelecida nessas fichas, deveria ser alterada para *Levantamento de Mastros e Conhecimento das Plantas*, isto em função de melhor representar a denominação utilizada pela Comunidade. Além disso, optou-se por unir a ficha de *Congado dos Arturos* com a do *Reinado*. A mudança ocorreu em função do entendimento de que a ficha do *Reinado* poderia representar melhor os valores expressos pelo bem cultural. Todavia é importante destacar que a denominação *Reinado* ou *Congado* não é um ponto consensual, nem entre os Arturos, nem entre estudiosos e existem diversas interpretações sobre o tema. Ponto pacífico é que, para a Comunidade dos Arturos, tal denominação não implica em alterações na vivência do bem cultural, na fé e nas tradições. Além disso, teve-se em mente que a elaboração das fichas das Guardas de Congo e Moçambique complementariam e detalhariam melhor as expressões culturais associadas.

Nesse processo, foram ainda iniciados estudos para dar a Dona Induca o reconhecimento como Mestra da Culinária, todavia o seu falecimento levou à interrupção do processo. A tristeza em função da perda sofrida aumentava ainda mais a responsabilidade sobre a equipe e agravava uma sensação de urgência na pesquisa.

Com as alterações realizadas, o inventário passou a contar com 20 bens culturais, dispostos da seguinte forma: *Comunidade dos Arturos, Festa de Nossa Senhora do Rosário, Festa da Abolição, Festa do João do Mato, Folia de Reis, Candombe, Guarda de Congo, Guarda de Moçambique, Batuque, Reinado/Congado, Levantamento de Mastros, Culinária dos Arturos, Conhecimentos Plantas, Benzeção, Confeção de Tambores, Mestre de Benzeção – Seu Mário, Mestra do Batuque – Dona Tetane, Mestre Seu Antônio, Ofício da Benzeção e Grupo Filhos de Zambi*.

No processo de elaboração das fichas foram realizadas entrevistas, gravações, fotografias, registros audiovisuais em mais de uma dezena de idas a Comunidade. Como resultado foram tiradas aproximadamente 7587 fotos, realizadas em torno de 60 horas de gravação, inúmeras páginas de transcrição de entrevistas, fichamentos e levantamentos.

Todo esse material foi sistematizado e consolidado no *IPAC/MG – Comunidade dos Arturos*<sup>11</sup>.

Os registros audiovisuais tiveram ainda o apoio da REDEMINAS que foi contratada para realizar filmagens na Comunidade. Como se tratava de um inventário na categoria de *Lugares* privilegiou-se não só nos momentos festivos, mas, principalmente o cotidiano dos Arturos. O material produzido foi editado na forma de documentário, e traz uma dimensão importante a todo o processo.

Enfim, os estudos desenvolvidos serviram como rumo na elaboração do inventário e como confirmação da certeza da importância do objeto pesquisado. Por outro lado, a relação de proximidade com a comunidade possibilitou adentrar em um universo de lutas, união, força, culturas, identidades e tradições; enfim, o rico universo do Patrimônio Cultural Imaterial. A proposta metodológica de plena participação da comunidade no processo de inventário levou ao compartilhamento da equipe técnica na vida cotidiana dos Arturos.

No processo de construção do Dossiê da Comunidade, viu-se que a origem dos Arturos e da Comunidade remonta a múltiplos processos históricos sucedidos no Brasil, desde o período colonial, chegando às transformações ocorridas na contemporaneidade. Sua gênese espacial, temporal e cultural perpassa por inúmeros momentos e estruturas da história política, econômica e social brasileira.

Sobre os Arturos, desde sua constituição familiar, passando por sua devoção a Nossa Senhora do Rosário, seus ofícios, seus cantos, danças, práticas, expressões culturais e sua vivência cotidiana, inúmeras pesquisas foram realizadas. Sua história-memória já foi amplamente pesquisada e visitada por diversos pesquisadores de múltiplas áreas do conhecimento.

Desse grupo destacam-se os estudos etnomusicólogos de Glaura Lucas e os antropológicos de Edimilson de Almeida Pereira e Núbia Pereira de Magalhães Gomes, trabalhos de grande contribuição e relevância tanto para a pesquisa acadêmica, quanto para a própria Comunidade.

---

<sup>11</sup> Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG. FUNDAÇÃO CULTURAL DE CONTAGEM – FUNDAC. *IPAC/MG – Comunidade dos Arturos – Contagem/MG*. Belo Horizonte, 2014.

Na condução dessas pesquisas os estudiosos utilizaram como principal fonte a oralidade, visto que, a própria memória dos Arturos foi e é construída essencialmente sob a ótica oralidade, visto que, a própria memória dos Arturos foi e é construída essencialmente sob a ótica dessa transmissão, sendo rememorada nas suas expressões culturais, nos seus cantos, nos momentos de ensinamento e principalmente no seu cotidiano.

Este também foi o caso do presente dossiê, que para compreensão do processo de constituição familiar dos Arturos, recorreu também à utilização da oralidade como fonte documental. O uso de entrevistas com diversos membros da Comunidade, além de ser uma necessidade metodológica imposta pela escassez de outras fontes, apresentou-se como recurso privilegiado para o tipo de trabalho que se desenvolveu nessa trajetória. Ao dar voz a diferentes narradores, percebeu-se que foi possível obter uma melhor compreensão do imaginário, das memórias e da coesão versões e percepções que os Arturos construíram e constroem sobre sua história.

Contudo, observou-se que, nos trabalhos desenvolvidos sobre os Arturos, algumas lacunas e imprecisões foram indicadas, inclusive pelos próprios pesquisadores, que pela escassez ou falta de acesso a fontes documentais não puderam esclarecê-las. Dentre essas dúvidas, as mais recorrentes foram as que tratavam da genealogia de Arthur Camilo e de Carmelinda Maria da Silva, da sua procedência geográfica, de como a terra foi adquirida, de quem eram escravos, desde quando realizam o Reinado/Congado<sup>12</sup>, dentre outras.

Diante desse contexto, o presente processo de Registro buscou encontrar uma história que dissesse do período anterior ao nascimento de Arthur Camilo e Carmelinda na tentativa de trazer à memória as raízes fundacionais da Comunidade. Nesse momento, cabe ressaltar, que a procura por essas origens se coloca por uma aplicação analítica, e não altera a identidade dos Arturos no presente, o objetivo é de contribuir para o conhecimento de sua própria história e destacar sua importância como patrimônio cultural.

---

<sup>12</sup>É importante distinguir o que se entende por Reinado, que por vezes é substituído por Congado. Não há, contudo, um consenso sobre o uso adequado de tais palavras, sendo que uma definição, ou outra, é objeto de controvérsia entre os próprios participantes da tradição. Utiliza-se, pois, o termo Reinado para as manifestações de devoção a Nossa Senhora do Rosário e aos Santos de devoção da Comunidade, como São Benedito e Nossa Senhora Aparecida, nos ritos e celebrações compreendidos entre o Sábado de Aleluia e fins de dezembro. O termo Congado será usado quando suas Guardas de Moçambique e Congo forem citadas.

O objetivo da pesquisa era o de encontrar os vestígios sobre sua formação como família e como lugar de memória. Interessava compreender as condições sociais e históricas que serviram como base para a existência da Comunidade. A partir desse entendimento, mesmo diante das adversidades e das incertezas, a busca por documentos que fizessem menção aos antepassados dos Arturos foi constante. Tal processo resultou na descoberta de uma documentação ainda não trabalhada, e conseqüentemente, no conhecimento de elementos até então desconhecidos.

Estudos anteriores apresentavam referências de indivíduos relacionados a Comunidade nos documentos eclesiásticos. A aposta então foi concentrar as pesquisas nas fontes eclesiásticas produzidas entre os séculos XIX e XX, documentação presente no Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, no fundo do Arquivo Arquidiocesano<sup>13</sup>.

De maneira geral, a utilização de documentação eclesiástica nos estudos sobre a escravidão tem se apresentado como importante recurso para compreender o contexto histórico do século XVIII e XIX nos domínios coloniais de Minas Gerais, e sobre como a Igreja atuava nessa estrutura<sup>14</sup>. Uma das formas de se utilizar esses registros no passado foi como meio de controle e domínio. Tais documentos apresentam informações sobre as relações das sociedades cativas, que muitas vezes foram identificados somente em âmbito religioso.

Além desse acervo, analisou-se também documentos administrativos do século XVIII e XIX, produzidos pelo Cartório do 1º Ofício da Comarca de Sabará, presente no Arquivo da

<sup>13</sup>Citam-se: treze Livros de Batismo, de 1854 a 1952, cinco Livros de Casamento de 1890 a 1963, um Livro de Crisma, de 1947 a 1961, seis Livros de Óbito, de 1851 a 1958, um Livro de Sepultura Perpétua, de 1959 a 1970, três Livros de Tombo da Matriz de São Gonçalo, de 1913 a 1945, o Livro do Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de 1867, Livro de Recibos de 1875 a 1897, Livro de Receitas e Despesas de 1888 a 1889, o Livro de Ata da Irmandade de 1920 a 1958, além de outros quinze livros de assuntos diversos, todos da Irmandade de N. S. do Rosário de Contagem. Foram visitados ainda, os livros de Batismo, Casamento e Óbito da Paróquia de Santa Quitéria, atual cidade de Esmeraldas, localizada em Minas Gerais, onde os Arturos viveram e trabalharam por determinado período.

<sup>14</sup> Diversos trabalhos que tratam da sociabilidade cativa, da formação das famílias negras, dos apadrinhamentos, entre outros inúmeros assuntos, utilizaram essencialmente documentação eclesiástica. Ver por exemplo: CAMPOS, Adalgisa Arantes; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Contagem: Origens*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1991. SILVA, Cristiano Lima da. *Senhores e também padrinhos: relações de compadrio e as alforrias na pia batismal em São João del-Rei (1750-1850 terminar citação)*. SLENES, R. W. *Senhores e Subalternos no Oeste Paulista*. In: ALENCASTRO, L. F. de. *História da Vida Privada no Brasil: a corte e a modernidade nacional*. SP: Cia das Letras, 1997. BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade, São João del Rei, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2007. LOTT, Mirian Moura. *Registros paroquiais: mudanças e permanências - século XIX*. Anais do II Simpósio Internacional sobre religiões, religiosidades e culturas. Dourados: Editora UFMS, 2006. ROCHA, Cristiany Miranda. *História de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. 184 p.

Casa Borba Gato, anexo do Museu do Ouro de Sabará/MG. Neste arquivo foram apurados dados relativos à propriedade, compra, venda, herança e doação de escravos, terras, alforrias e coações, por meio dos Livros de Inventários, Testamentos e Livros de Notas. Somando-se a estes, tem-se a documentação presente nos cartórios de registro civil, registro de imóveis e de ofício de notas de Betim e Contagem, que figuraram de maneira significativa.

O encontro com todo esse acervo documental proporcionou uma nova compreensão de como, por quem, onde e quando a história dos Arturos começou a ser construída. Ademais, tal documentação, aliada às pesquisas teóricas do período analisado, contribuiu para a elucidação de múltiplas situações vividas pelos seus ancestrais, tais como o tráfico transatlântico, a escravidão, miscigenação, servidão, e tantas outras relações, que contribuíram para a formação da Comunidade dos Arturos como lugar de memória.

Diante dessa complexa e plurifacetada formação dos Arturos, diferentes contextos e conceitos teórico-metodológicos foram utilizados como instrumentos de análise para a “construção” do seu histórico. Nesse sentido foram abordados temas concernentes às relações espaço-temporais, à territorialidade, identidade étnica, relações de apadrinhamento e compadrio, vínculos familiares e sociabilidade cativa. Foram observadas também, questões sobre mestiçagem, trabalho escravo, resistência escrava e sincretismo religioso. Ainda no desenvolver da história dos Arturos, foram observadas questões sobre a formação e o desenvolvimento do município de Contagem e da sua Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Nesse contexto, o foco de principal interesse, foi o de compreender como os Arturos e seus ancestrais atuaram como sujeitos históricos em todas essas relações. A expectativa é que a pesquisa, além de contribuir com o desenvolvimento do dossiê, contribua para que a Comunidade se aproprie e tenha acesso essa parte de seu passado.

Todo o trabalho foi desenvolvido sem perder de vista uma contribuição histórica para o reconhecimento da Comunidade dos Arturos como um patrimônio cultural imaterial do Estado de Minas Gerais. Aliás, a organização do dossiê contemplou a esfera história e social sem, contudo, evidenciar as diferenças metodológicas e/ou conceituais de cada uma das áreas. O Patrimônio Cultural tem como premissa a junção de múltiplas visões, isso se reflete

tanto na formação das equipes quanto na elaboração dos textos e análises. Assim, procurou-se construir um texto de forma a integrar diversas áreas do conhecimento como: a história, a antropologia, a geografia, a arquitetura e outras. Todas reunidas a fim de caracterizar a Comunidade dos Arturos como um Lugar de referências culturais e reconhecê-la como patrimônio cultural. Em seguida, estão enunciadas a divisão do dossiê e um pouco do conteúdo de cada capítulo.

No capítulo I – A Comunidade dos Arturos – história e memória, procurou-se evidenciar os aspectos históricos da Comunidade dos Arturos, como: suas origens e ancestralidade africana; a sociabilidade cativa e liberta; a condição do escravo liberto e seus vínculos familiares no século XIX; as relações de escravidão e servidão, apadrinhamento e compadrio. Ainda nesse capítulo, buscou-se entender a relação dos Arturos com seus espaços de convívio; como ocorreu o seu estabelecimento na região onde hoje é a Comunidade e a vivência nesse novo espaço.

No item - *A Comunidade como Lugar de referências culturais* se procurou identificar e caracterizar a Comunidade dos Arturos como um *Lugar*, esclarecendo a importância do espaço comunal para a manutenção dos seus bens culturais. Em seguida, no subtema *Expressões, Ritos, Ofícios e Celebrações*, apresentou-se um resumo dos bens culturais inventariados na Comunidade.

No capítulo II – *Questões Sobre Direitos* são abordados vários aspectos históricos e sociais para a compreensão da inserção da Comunidade dentro dos aspectos jurídicos da sociedade brasileira. Assim, foram tratados temas como os resquícios do sistema escravista e sua consequente permanência nos mecanismos de hierarquização e exclusão social; a formação do Estado e da nação, as ideologias raciais contidas na formação do ideal de nação e o reconhecimento constitucional dos direitos de populações até então invisíveis juridicamente, como às populações étnicas tradicionais<sup>15</sup>.

O capítulo III – *A Comunidade dos Arturos e Nossa Senhora do Rosário*, traz o processo sócio histórico em que a fé comunitária dos Arturos foi depositada na Virgem do Rosário. Apresenta também a organização do Reinado como cosmovisão do mundo e estruturador do cotidiano da comunidade.

<sup>15</sup> O Decreto Federal n.º 6.040, de 07 de Fevereiro de 2007, conceitua as comunidades e povos tradicionais.

No capítulo IV, estabelece um resumo da caracterização dos bens culturais da comunidade, abordados na etapa do inventário. São apresentados as Expressões, Ritos, Ofícios e Celebrações, inventariadas e uma visão sucinta dos membros da Comunidade sobre o tema.

Enfim o capítulo V – *Salvaguarda* - constitui-se em um resumo dos principais pontos levantados nas ações de salvaguarda de cada um dos bens culturais. O texto será a base para a elaboração do *Plano de Salvaguarda*, que será iniciado caso o Registro seja confirmado. Nesse capítulo incluiu-se também o esboço do Programa Estadual do Patrimônio Imaterial - PEPI como forma de evidenciar a necessidade de discussão e regulamentação de mecanismos eficazes de gestão dos bens culturais imateriais de Minas Gerais.

Finalmente, nas considerações finais o foco foi resumir as ações desenvolvidas e apresentar a conclusão dos trabalhos e o parecer final do IEPHA/MG em relação ao Registro da Comunidade dos Arturos que, caso aprovado, será o terceiro bem cultural de natureza imaterial protegido pelo Estado de Minas Gerais e o primeiro no Brasil de uma Comunidade Tradicional, no Livro de Lugares.

## CAPÍTULO I – COMUNIDADE DOS ARTUROS

### 1.1. Arturos: origens e ancestralidade africana.

*Ora dono de ingoma,  
Com licença auê  
Ora dono de ingoma,  
Com licença auê*

**Antônio Maria da Silva**

*Ê Angola, Angola, Angola auê  
Ê Angola, Angola, Angola de ziringunga auê  
Ê Santana, Santaninha, Jeremias  
Eu lhe peço a sua benção auê  
Pra meu reino poder abrir auê (ê)*

**Thiago Antônio Silva dos Santos**

Na Comunidade dos Arturos, a figura de Arthur Camilo Silvério se projeta como personagem central e essencial. Seus ensinamentos, sua devoção a Nossa Senhora do Rosário, seu trabalho, força, afeto e integridade lhe conferem tamanha honra e legitimidade, que é seu nome que os denomina. Assim, são conhecidos por Arturos, todos os descendentes e agregados familiares, provenientes do casamento entre Arthur Camilo e Carmelinda Maria da Silva.

Sobre a história de vida de Arthur Camilo e de Carmelinda existem algumas informações, principalmente as repassadas por meio dos depoimentos de seus filhos; e outras encontradas em documentação escrita, tal como o atestado de óbito do patriarca. Contudo, sobre seus ancestrais, quase não há referências.

No livro *Negras Raízes Mineiras - Os Arturos*, publicado em 1988, Núbia Gomes e Edmilson Pereira afirmam que Arthur Camilo:

Remete a lembrança para os ancestrais que são o arcabouço mantenedor da vitalidade dos Arturos contemporâneos. Ele se transformou em vivência e revivência para seus descendentes, em veneração afetiva que se oferece aos filhos do canto e na dança dele apreendidos. A continuidade da força e da fé da “gunga de papai” mergulha na recordação da “gunga de vovô”, reatualizando a

imagem do primeiro pai – Camilo Silvério – como portador de uma herança negro-africana<sup>16</sup>.

Para os autores, Camillo Silvério é o “tronco véio” da árvore que gerou os Arturos, juntamente com sua esposa Felisbina Rita Cândida. Sua imagem, apenas contornada na memória de quem o tem como escravo vindo da África, traços da árdua e dramática história do negro e escravo que viveu no Brasil durante o século XIX. No entanto, sobre Camillo Silvério as informações sempre foram espaçadas e alegóricas. Gomes e Pereira afirmam que: “de acordo com informações esparsas e incertas, Camillo Silvério teria chegado a Minas Gerais como escravo, ao que tudo indica no terceiro quartel do século XIX”<sup>17</sup>.

Em seguida, em 1997, o antropólogo Romeu Sabará, na tese de doutorado, intitulada Comunidade Negra dos Arturos – O drama de um campesinato negro no Brasil, disse que: “acerca dos pais de Artur e de Josina Januária, já pudemos ter algumas informações dadas como certas uma vez que elas podem ser confirmadas por uma certidão de arrolamento de herança de Camillo Silvério da Silva, casado com Felisbina Rita Cândida”<sup>18</sup>. No entanto, o autor não cita essas informações, colocando em evidência, apenas os nomes dos herdeiros que constam na herança de Camillo.

Além desses desencontros, havia o anseio em saber quem concebeu e criou Arthur Camilo, de onde veio a sua crença em Nossa Senhora do Rosário, quem lhe repassou os princípios do Reinado/Congado, de onde vieram seus ancestrais, entre outros. Diante desses elementos, conhecer a origem de Camillo Silvério e Felisbina Rita Cândida, transformou-se em uma necessidade histórica importante para entender a origem de Arthur Camilo.

Alguns pesquisadores iniciaram uma sondagem sobre esses antepassados. Romeu Sabará, por exemplo, diz que: “quando tentamos conhecer seus avós, tudo o que soubemos era pouco para se ter um quadro mais completo dos antepassados dos Arturos”<sup>19</sup>.

<sup>16</sup> GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras raízes mineiras: Os Arturos*. 2. ed. Belo Horizonte: MAZA Edições, 2000. P. 163.

<sup>17</sup> GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras raízes mineiras...*, p.162.

<sup>18</sup> SABARÁ, Romeu. *Comunidade negra dos Arturos: o drama de um campesinato negro no Brasil*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da USP, 1997. 303p. Tese de Doutorado em Antropologia Social. P. 167.

<sup>19</sup> SABARÁ, Romeu. *Comunidade negra dos Arturos...* p. 166.

O autor diz ainda que não conseguiu reunir informações sobre os avós de Arthur, pois sua família estava fora dos “padrões morais de uma sociedade do século passado”, não possuindo assim uma memória familiar sólida<sup>20</sup>. A afirmação parte de uma falsa premissa, de um juízo de valor do autor que não corresponde à realidade. Ao contrário do que afirma Sabará, a estrutura familiar dos Arturos não difere muito de outras estruturas familiares do seu tempo e do seu grupo social. Além disso, o fato importante a ser observado é que a família, juntamente com a devoção ao Rosário de Nossa Senhora, é um dos alicerces da Comunidade dos Arturos. Nesse sentido, houve uma preocupação em conhecer inicialmente a origem da família dos Arturos, para também, compreender os valores existentes na Comunidade.

Conforme se observou, embora não tenha obtido conhecimento dos ancestrais dos Arturos, Sabará conseguiu um rico elemento que possibilitou a compreensão sobre a procedência desses antepassados. Trata-se de uma entrevista de poucas palavras, concedida a ele por Josina Januária<sup>21</sup>, irmã de Arthur Camilo. Nesse depoimento, Josina, afirma que só conheceu sua avó materna. Sua narrativa, feita de forma fragmentada, mas, ao mesmo tempo, informativa, trouxe uma luz à pesquisa, informando que seus avôs maternos, pais de Felisbina, eram africanos:

Eram da África. Todos dois a língua era igual. O nome da minha avó era Maria Conga de Jesus. Meu avô chamava Filipe. Minha mãe chamava Felisbina Maria de Jesus e meu pai... sabe o que é muié na língua dês? – Não – UZERO.  
-Sabe que é home na língua dês? – Não – UZERO. Nem a reza deles sabiam ensiná. Vó gostava de fazê angú, fijão e torresmo. Minha avó de África, pequena, ês robaro ela pequena. Tinha esses BAETA, esses roubavam os meninos da mãe. Era residente do Avô da cumadre Candinha – José Antônio – fazenda Bom Jesus. Mamãe nasceu na fazenda do compadre Joaquim Marcelino Ferreira<sup>22</sup>.

Nesse breve trecho, Josina abriu um leque de informações valiosas à construção da presente argumentação. Na sua fala, além de mencionar a ancestralidade africana e o nome

<sup>20</sup> SABARÁ, Romeu. *Comunidade negra dos Arturos...* p. 167.

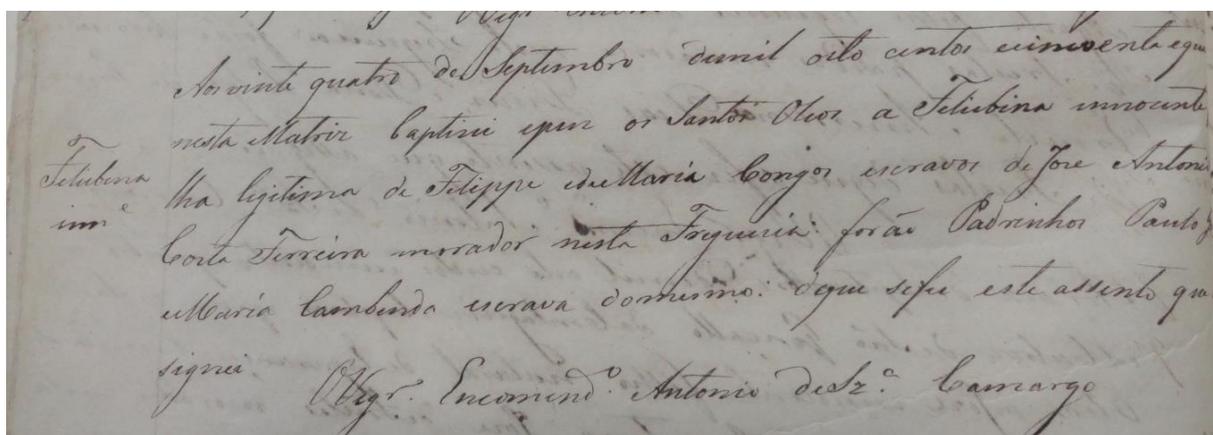
<sup>21</sup> Na tese de Romeu Sabará e no Registro de partilha dos bens de Camillo Silvério constam que o nome da irmã de Arthur Camilo é Josina Januária. Contudo, na certidão de óbito de Camillo, o nome apresentado é Jesuína. Conforme verificado, era muito comum que na documentação oficial do século XIX se escrevesse o nome das pessoas de maneira incorreta, acredita-se que seu nome seja: Josina.

<sup>22</sup> Entrevista concedida a Romeu Sabará em 1972. SABARÁ, Romeu. *Comunidade negra dos Arturos...* p. 166.

dos seus avós, informou quem foram os proprietários de sua mãe: José Antônio e Candinha, e a fazenda em que ela nasceu, a Fazenda Bom Jesus, situada em São Gonçalo da Contagem. Esses dados foram confrontados e confirmados com a documentação presente no Arquivo Arquidiocesano de Belo Horizonte.

O Livro de Batismo da Paróquia de São Gonçalo da Contagem, revela que Felisbina foi batizada em 24 de setembro de 1854, e era filha de Maria e Felipe *Congos*, e apadrinhada por Paulo e Maria *Cabinda*.

A presença dos substantivos: *Congo* e *Cabinda*, nos nomes dos pais e padrinhos de Felisbina sugerem que possivelmente, ambos eram africanos, provenientes da África Central.



**Figura 1:** Registro de batismo de Felisbina Rita Cândida.

**Fonte:** Foto Acervo IEPHA/ Memorial da Arquidiocese - Arquivo Arquidiocesano.

Sobre nomenclatura de escravos traficados para a América Portuguesa, Mariza de Carvalho Soares, no texto *Mina, Angola e Guiné: Nomes d'África no Rio de Janeiro Setecentista*, afirma que, após receberem um nome cristão, como Maria, José, Anna, Paulo, entre outros, as expressões como Congo, Cabinda, Crioulo, Mina, eram incorporadas ao seu nome como forma de designar seu grupo de origem<sup>23</sup>. A autora diz que essa nomeação acontecia por imposição da Igreja, e estava relacionada com a procedência do africano, dividindo-se entre os vindos da África e os nascidos no Brasil. Na sua pesquisa, realizada nos arquivos paroquiais de Campinas, Soares constatou que a Igreja tinha “a necessidade de

<sup>23</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. *Mina, Angola e Guiné: Nomes d'África no Rio de Janeiro Setecentista*. Tempo, Vol. 3 - nº 6, Dezembro de 1998, p. 1.

*anotar a cor e a procedência exata dos escravos, por serem estas não apenas observações formais, mas informações indispensáveis à identificação dos mesmos*".<sup>24</sup> Em suas palavras, os eclesiásticos caracterizavam a população cativa recém-chegada na América Portuguesa, de acordo com sua origem e pelo nome de seu dono:

Embora na primeira metade do século XVIII os assentos ainda omitam certas informações (como a já mencionada data de nascimento), o escravo africano é rigorosamente identificado por um nome de batismo, acompanhado de sua procedência, acrescido de sua condição de escravo e do nome e sobrenome de seu proprietário ("Josepha do Gentio da Mina, escrava de fulano..."). Ao longo da vida, o escravo pode mudar de proprietário, mas a procedência torna-se um atributo do nome que o acompanha por toda a vida, mesmo depois de forro<sup>25</sup>.

Por outro lado, informa que as designações ocorriam de acordo com o que a autora chamou de *grupos de procedência*, e que possuíam diferentes e variados critérios de classificação e identificação. Dentre essas designações estavam: nome de ilhas, portos de embarque, vilas, reinos, pequenos grupos étnicos, atributos físicos e comportamentais, modos de vestir, línguas, crença e aptidão para o trabalho, fosse ele rural, doméstico ou minerador.

No caso de Angola, por exemplo, os escravos eram batizados com nome cristão enquanto esperavam pelo embarque nos barracões dos portos portugueses. A autora afirma que: "mais que uma forma de identificar escravos, este é um recurso adotado para classificar e organizar a escravaria traficada da África para a América".<sup>26</sup> Nessa discussão, existem ainda outros autores, principalmente antropólogos e historiadores, que buscaram argumentar sobre essa origem, a partir de diferentes hipóteses<sup>27</sup>. No entanto, o que se nota,

<sup>24</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. *Mina, Angola e Guiné: ...*, p. 2.

<sup>25</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. *Mina, Angola e Guiné: ...*, p. 4.

<sup>26</sup> SOARES, Mariza de Carvalho. *Mina, Angola e Guiné: ...*, p. 7.

<sup>27</sup> Para saber mais sobre procedência africana, ver: J. B. Spix, & C. F. P. Martius, *Viagem ao Brasil 1817-1820*, 3ª ed., São Paulo, Melhoramentos, IHGB/INL, 1975; RODRIGUES, Nina. *Procedências africanas dos negros brasileiros*. In: *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Domínio Público; J. J. Reis & E. Silva, "Nas malhas do poder escravista: a invasão do candomblé do Accu", in *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo: Cia. das Letras: 1989; SLENES, Robert. 'Malungu ngoma vem!'. *África coberta e descoberta do Brasil. Revista da USP*, dezjan- fev., nº 12, 1991-1992, p.48-67; BOTELHO, Tarcísio R. & ANDRADE, Cristiana Viegas de. *Os Angolas em Minas Gerais e em São Paulo na década de 1830*. In: PAIVA, Eduardo França; SANTOS, Vanicléia Silva. (ORG.) *África E Brasil no Mundo Moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação Em História – UFMG, 2012.

é que não há um consenso nesses estudos, mas um rico debate que pode explicar algumas questões.

Diante dessas considerações, entende-se que a raiz africana dos Arturos, personificada em Felisbina, mãe de Arthur Camilo, situa-se, entre outras coisas, na complementação dos nomes dos seus pais e padrinhos com a designação *Congo* e *Cabinda*. Com a identificação, constatou-se que a base familiar dos Arturos foi constituída a partir de uma ancestralidade africana, como tantas outras que, existiram e existem, no Brasil, e se mantiveram unidas, preservando as tradições repassadas por seus antepassados.

De acordo com o historiador Robert Slenes, por longos anos, alguns pesquisadores propagaram uma história que questionava a possibilidade da existência de relações familiares entre a população negra, principalmente a escrava. Além de também, difundirem a ideia de que a promiscuidade e leviandade eram os traços marcantes dessa sociedade<sup>28</sup>.

Segundo o autor, a família escrava esteve presente durante todo o período colonial e também no século XIX, assumindo identidades distintas de acordo com as áreas e épocas analisadas<sup>29</sup>. Ao pesquisar sobre a população cativa do oeste paulista, Slenes constatou que inúmeras famílias se conservaram em unidade mesmo fazendo parte de uma estrutura escravocrata. Em suas análises, o autor afirma que os laços familiares possuíam significados extremamente importantes para os escravos, tais como: acesso à moradia separada da senzala, maior autonomia, possibilidade de manutenção de práticas de origem africana, etc<sup>30</sup>.

A historiadora Mary Karasch aponta, ainda, para as dificuldades que os escravos tinham em se restabelecerem, no cativeiro, em um Novo Mundo e distante daquilo que valorizavam em suas sociedades de origem: “uma grande família extensa com raízes profundas nos ancestrais e a perspectiva de muitos descendentes no futuro, que, por sua vez, os reverenciariam como ancestrais”<sup>31</sup>.

---

<sup>28</sup> Robert Slenes, *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 147.

<sup>29</sup> Robert Slenes, *Na senzala uma flor...*p.147.

<sup>30</sup> Robert Slenes, *Na senzala uma flor...*p.150.

<sup>31</sup> KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 396.

A autora diz que múltiplos laços, além dos conjugais, foram relevantes para essa sociedade, afirmando que eles “recriavam a família extensa por meio do ritual de apadrinhamento” desenvolvendo vínculos de sociabilidade e solidariedade<sup>32</sup>. Slenes e Karasch concordam que a presença dos vínculos de compadrio entre africanos, contribuiu para a manutenção das famílias negras, fossem elas escravas ou libertas<sup>33</sup>.

No caso de Felisbina, presume-se que seus pais, ao estabelecerem laços de apadrinhamento com pessoas da mesma escravaria, buscaram a manutenção de uma composição parental baseada em sua origem africana. Nessa perspectiva, entende-se que a resistência familiar dos antepassados dos Arturos, constituiu-se em fator determinante para a concepção de família existente na Comunidade.

Após estabelecer a ancestralidade de Felisbina, passou-se a procurar pelos indícios da origem de Camillo Silvério da Silva. Conforme mencionado, no início contava-se com a informação, presente na entrevista concedida por Josina a Romeu Sabará, na qual dizia: “meu pai era raça de caboco e minha vó falava meia-língua. Língua NIGUÊ. ROXO, de cabelo liso, meu pai era daqui mesmo. Meu avô cantava tudo imbolado”<sup>34</sup>. Nessa curta fala, Josina apresentou algumas características de Camillo Silvério e disse que ele nasceu em Contagem, porém não trouxe elementos esclarecedores quanto a sua origem.

A partir dessa incerteza, buscou-se então por alguns documentos como o atestado e/ou registro de óbito nos cartórios e nos documentos paroquiais, de Betim, Esmeraldas e Contagem<sup>35</sup>.

<sup>32</sup> KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro...*, p. 391.

<sup>33</sup> Para compreender sobre as famílias negras e suas relações de apadrinhamento durante o período colonial até o século XIX, ver: Freire, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2009 (Tese de doutorado); BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, FFLCH/USP, 1994 (Dissertação de Mestrado); BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. População e família*, São Paulo, v.1, n. 1, jan./jun. 1988, p. 211-234; SLENES, Robert Wayne. *Na senzala, uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2ª ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

<sup>34</sup> SABARÁ, Romeu. *Comunidade negra dos Arturos...* p. 167.

<sup>35</sup> As localidades mencionadas acima se estabeleceram como espaços de pesquisa, pois, no atravessar dos séculos, passaram por mudanças políticas e administrativas que as unificaram, e depois, as desmembraram. De 1701 a 1901, São Gonçalo da Contagem, esteve sob a governança Sabará. Posteriormente, em 1901, foi vinculada a Santa Quitéria, também composta na época, por Capela Nova, atual cidade de Betim. Com essas interações, os registros civis, de notas, e de imóveis eram realizados na sede dessas localidades, em que pese o registro do imóvel adquirido por Camillo Silvério, em Contagem em 1888, porém, registrado no cartório de Betim. Outra ligação entre esses locais se dá nas relações de sociabilidade dos Arturos e seus descendentes.

A pesquisa alcançou êxito no Cartório Guimarães, situado em Contagem, onde foi localizado o atestado de morte de Camillo Silvério. A partir desse momento confirmou-se enfim, que este era o pai de Arthur Camilo. Na certidão consta que o Camillo faleceu em 17 de agosto de 1893, com 53 anos, o que indica que nasceu em 1840. O atestado informa que ele nasceu em Contagem, era filho de Maria Silvéria, viúvo de Felisbina Rita Cândida e pai de oito filhos: Adão, José, Pedro, Arthur, Maria, Anna, Isabel e Josina.

No documento consta que sua profissão era a de *jornaleiro*. Buscando informações coevas sobre a profissão de Camillo encontrou-se o seguinte: segundo o clérigo Raphael Bluteau, responsável pela escrita de um dos primeiros vocábulos portugueses no século XVIII, Jornaleiro era a função de quem trabalhava por jornadas, ou seja: *“Aquelle que trabalha por jornal. [...] Ganhava de comer por seu trabalho, como homem jornaleiro. [...] Jornaleiro em terras alheias”*. Por jornal, Bluteau define ainda como *“a paga fe dá por hum dia de trabalho”*<sup>36</sup>.

Nesse sentido, acredita-se que Camillo Silvério, pelo menos no fim de sua vida, foi um trabalhador rural nas fazendas de São Gonçalo da Contagem. Tal informação é significativa, pois demonstra que, em algum momento de sua existência, de 1840 até 1893, Camillo alcançou sua liberdade. Outro ponto que faz crer que tenha deixado de ser cativo foi a compra da terra em que a Comunidade está estabelecida. A área de aproximadamente seis hectares foi adquirida por Camillo Silvério, por título particular, em 02 de novembro de 1888.

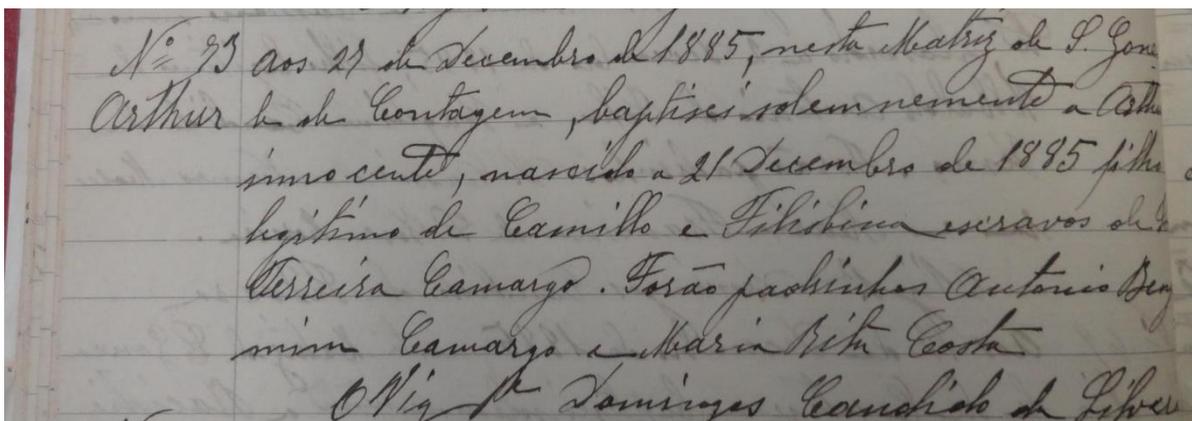
De sua descendência, destaca-se Arthur Camilo Silvério, protagonista da Comunidade dos Arturos e nascido no antigo Arraial de Contagem, em 21 de dezembro de 1885<sup>37</sup>, conforme demonstra o seu registro de batismo.

---

Carmelinda Maria da Silva, esposa de Arthur Camilo, por exemplo, é natural de Capela Nova e casou-se com Arthur em Contagem. Posteriormente, o casal residiu e trabalhou em Esmeraldas, na Fazenda do Macuco, mas seus filhos foram batizados também em Contagem.

<sup>36</sup> Raphael Bluteau. Vocabulario Portuguez & Latino - volume 4.

<sup>37</sup> Até o presente momento, as pesquisas sobre a Comunidade dos Arturos traziam incertezas quanto à data de nascimento de Arthur Camilo. Gomes e Pereira revelam que esta dúvida partia principalmente pela escassez de fontes e do desencontro das datas em diferentes documentos, visto que o registro do casamento civil, que trazia 21/12/1885, e o de óbito de Arthur, dava a entender que ele havia nascido em 1880. Contudo, no Livro de Batismo de 1882 a 1889, presente no Arquivo Arquidiocesano de Belo Horizonte, fora encontrado seu registro de batismo, datado de 27 de dezembro de 1885.



**Figura 2:** Registro de batismo de Arthur Camilo Silvério.

**Fonte:** Foto Acervo IEPHA/ Acervo Memorial da Arquidiocese - Arquivo Arquidiocesano.

No período do nascimento de Arthur Camilo, já vigorava a “Lei do Ventre Livre”, Lei nº 2.040, em 28 de setembro de 1871, que previa que, a partir daquela data, todos os filhos de escravos seriam juridicamente livres. Depreende-se, portanto, que Arthur Camillo tenha nascido livre. Com isso, de acordo com a lei, Arthur Camilo não era considerado escravo. Contudo, sua trajetória demonstra que a estrutura escravocrata não havia se modificado rapidamente, e que muitos hábitos e costumes escravistas, como maus tratos e punições, atravessaram os séculos.

Nesse contexto e pelos levantamentos encontrados, percebe-se que, a geração de Arthur Camilo, viveu sob um regime que se caracterizava pela servidão, visto que, seus proprietários e padrinhos, grandes donos de terras, ainda estabeleciam com seus empregados, relações de submissão, dependência, coerção, entre outras.

Diante desse quadro social e a fim de compreender a formação dos Arturos, tornou-se necessário compreender questões tais quais: Como a sociedade cativa e liberta vivenciou esse período? Qual a condição do escravo e do alforriado? E por fim quais relações sociais, morais e afetivas foram construídas nesse período.

## 1.2. Sociabilidade cativa e liberta: alforria, condição do escravo liberto e relações familiares.

A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, em *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*, escreveu essencialmente sobre a identidade étnica dos negros brasileiros que regressaram à África apropriando-se com exclusividade do catolicismo como o lugar político e econômico de inserção na sociedade local. Para alcançar sua análise final, a autora se deteve na forma adquirida pela escravidão no Brasil, que segundo ela foi “feita de favores, lealdades pessoais, clientelismos, de constituição de camadas de dependentes”<sup>38</sup>. Desse modo, tal análise ia ao encontro da tese de Gilberto Freyre a respeito do paternalismo presente na escravidão brasileira<sup>39</sup>.

Ainda em relação a Carneiro da Cunha, é importante salientar o que ela identifica como *ideologia da alforria*. Nesse sentido, a autora analisa as crenças, valores e vínculos envolvendo as relações entre escravos e “senhores”, e conclui que não “se emergia livre da escravidão, mas dependente”<sup>40</sup>. Desse modo, explora os mecanismos de controle sobre a população alforriada quando “laços morais” envolvendo tanto os senhores quanto seus alforriados não se extinguiriam facilmente com a manumissão<sup>41</sup>.

Vale lembrar que naquele período o escravo era mercadoria e ao senhor cabia o direito exclusivo de alforriar sua propriedade. Tal noção, impactante, foi explicitada pelas discussões presentes nas legislações posteriores a 1870, e se estenderam até a Abolição em 1888. Nesse sentido, um dos aspectos contidos na *ideologia da alforria* fazia com que a manumissão fosse considerada uma dádiva concedida pela generosidade do senhor ao bom escravo, o que supunha que,

laços morais entre senhores e escravos existiam e não deveriam terminar com a manumissão. Uma ideologia, aliás, só o é se compartilhada por seus atores: se

<sup>38</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Negros Estrangeiros. Os Escravos Libertos e Sua Volta a África*. SAO PAULO: BRASILIENSE, 1985, p. 17.

<sup>39</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 40ª Edição. Ed. Record, Rio de Janeiro/ São Paulo: 2000.

<sup>40</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Negros Estrangeiros...*,p.17.

<sup>41</sup> Liberdade que o senhor dá ao escravo; alforria.

existiam gratidão e lealdade dos libertos, também havia injunções morais sobre os patronos, ou seja, os que concederam a alforria<sup>42</sup>.

O chamado direito do patrono, ligação que se estende para além da alforria entre o escravo liberto e seu senhor, era um vínculo moral em que estabelecia até mesmo um parentesco fictício entre os dois, gerando obrigações recíprocas. Entre os deveres havia “o de o patrono ser o herdeiro de seu liberto se este morresse sem testamento<sup>43</sup>”. Outras obrigações encontradas nos testamentos (da primeira metade do XIX) implicavam na encomenda de missas pelas almas tanto de escravos como de senhores, o que poderia valer, para o escravo, sua liberdade.

O estudo e análise desses testamentos deixam claro que “a ligação do patrono e do liberto estava assente no direito costumeiro<sup>44</sup>”, o que demonstra a naturalização dos vínculos entre eles. Desse modo a imbricação do público, da lei e do privado do cotidiano, estava inscrita nas próprias cartas de alforria, em que se mostra a “paternidade” do patrono ao libertar o escravo “‘como se ventre livre houvera nascido’, ou como ‘se fora ingênuo’. A liberdade, em suma, supõe o nascimento livre: o liberto é uma categoria, nesse sentido, anômala”<sup>45</sup>. Isso porque, conforme a tese central sobre a *ideologia da alforria* de Carneiro da Cunha, não se saía livre da escravidão, pois as relações de dependência ainda estavam estabelecidas. Compreende-se assim, que o sistema escravista estava baseado em convivências paternalistas em que havia “*uma expectativa de transformar o escravo num cliente, num agregado*”<sup>46</sup>.

Carneiro da Cunha entende a sociedade escravista como um *sistema* em que os “*escravos desempenham os trabalhos essenciais, centrais ao sistema econômico*”<sup>47</sup> uma vez que o ideal nesta sociedade hierarquizada era o homem branco desocupado. Para isso, havia a preocupação de fixar os alforriados nas áreas agrícolas obrigando-os ao trabalho, mesmo após a manumissão. Apesar da constatação de exemplos de negros libertos que conseguiram enriquecer-se no campo e serem senhores de engenho, sobretudo os mulatos,

<sup>42</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Negros Estrangeiros...*,p.50.

<sup>43</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Negros Estrangeiros...*,p.50.

<sup>44</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Negros Estrangeiros...*,p.50.

<sup>45</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Negros Estrangeiros...*,p.51.

<sup>46</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Negros Estrangeiros...*,p.51.

<sup>47</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Negros Estrangeiros...*,p.63.

o que se esperava para o alforriado era que ele fosse “*um homem pobre, ergo um dependente*”<sup>48</sup>.

Os abolicionistas do século XIX, quando afirmavam a necessidade de redução do tráfico de escravos, tinham em mente, num primeiro momento, o medo causado pela revolução de independência do Haiti<sup>49</sup>, iniciada em 1791, inspirada pelos ideais de “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” da Revolução Francesa (1789-99). O receito de uma Revolução Negra em solo nacional começou a se tornar mais palpável quando as revoltas escravas ameaçaram a hegemonia do sistema escravista, por meio das revoltas dos nagôs em 1826, 28 e 30, e, dos malês<sup>50</sup> em 1835<sup>51</sup>.

Medidas jurídicas foram tomadas, inspiradas principalmente pela preocupação da elite branca frente à crescente população negra. Como exemplo, tem-se a Lei de 07 de novembro de 1831, que declarava a importação de mão de obra escrava para o Brasil como atividade ilegal. A Lei também proibia o desembarque de negros africanos em qualquer porto do país, considerando os que aqui desembarcassem como libertos. Esses, preferencialmente, seriam deportados imediatamente e aos que aqui ficassem, era recomendado que utilizassem um colar de identificação para garantir sua situação legal. Esta responsabilidade cabia ao africano, pois o negro africano ou aqui nascido, tinha que provar sua liberdade. Assim surgiu o que Carneiro da Cunha chama de situação anômala do “africano libertado”: oficialmente era livre, contudo, era tratado como escravo.

Diferente da legislação de 1831, quando a proibição, ao invés de diminuir o tráfico, aumentou, a Lei de 04 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queirós, foi a primeira a surtir efeito relevante sobre o tráfico. Quase dois anos após a sua publicação, seu autor, então ministro, discursou na “Câmara dos Senhores Deputados” e evidenciou o medo que a população negra escrava representava:

[...] Senhor presidente, eu ia dizendo que nos anos de 1846, 1847 e 1848, o tráfico havia crescido, triplicando; mas o excesso do mal traz muitas vezes a cura, faz

<sup>48</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Negros Estrangeiros...*, p.56.

<sup>49</sup> A revolução ocorrida no Haiti teve início em 1791, porém sua independência foi reconhecida pela França somente em 1825.

<sup>50</sup> Os malês eram os muçulmanos de língua lorubá, conhecidos como nagôs na Bahia.

<sup>51</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Negros Estrangeiros...*, p.72.

sentir pelo menos a necessidade do remédio, e foi isso que aconteceu. (...) os habitantes do Brasil, enfim, a quem não podia escapar esta progressão ascendente do tráfico, fossem feridos pela consideração dos desequilíbrios que ella ia produzindo entre as duas classes de livres e escravos, e pelo receio dos perigos gravíssimos a que esse desequilíbrio nos expunha<sup>52</sup>.

Para Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, a lei Eusébio de Queirós representou um golpe econômico para o país e, nos anos posteriores, a colônia foi envolvida por uma febre intensa de reformas. Entretanto, o dinheiro necessário para as pretendidas reformas era instável e gerava uma tensão entre um país ainda escravocrata e sua ambição em tornar-se uma democracia burguesa moderna. Tal situação explicitava a incompatibilidade de duas formas de vida antagônicas:

Enquanto perdurasse intactos e, apesar de tudo, poderosos, os padrões econômicos e sociais herdados da era colonial e expressos principalmente na grande lavoura servida pelo braço escravo, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiosas<sup>53</sup>.

José Bonifácio<sup>54</sup>, em sua “*Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil Sobre a Escravatura*”, em 1825, escrevendo sobre uma futura libertação dos cativos, demonstrou a expectativa da elite em manter os vínculos morais entre eles e seus ex-escravos:

[...] de inimigos se tornarão nossos amigos e clientes. Sejamos pois justos e benéficos, Senhores, e sentiremos dentro d’alma, que não há situação mais deliciosa, que a de um senhor carinhoso e humano, que vive sem medo no meio de seus escravos, como no meio de sua própria família, ele admira e goza do fervor com que esses desgraçados adivinham seus desejos, e obedecem a seus mandos, observa com jubilo celestial o como marido e mulheres, filhos e netos, são e robustos, satisfeitos e risonhos, não só cultivam suas terras para enriquecê-lo, mas vêm voluntariamente oferecer-lhe até as premissas dos frutos de suas terrinhas, de sua caça e pesca como a um Deus tutelar.

<sup>52</sup> Euzébio de Queirós, Annaes do Parlamento... Câmara dos Senhores Deputados, Sessão de 16.7.1852, *apud* Carneiro da Cunha, p.71.

<sup>53</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 1988. p.46.

<sup>54</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva, conhecido como o Patriarca da Independência. Em 1825 teve a corajosa proposta de uma libertação total dos escravos, numa época em que raros brasileiros se opunham ao comércio escravista. SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). 1a ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 50.

Anos depois, segundo Thomas Skidmore na obra *Preto no Branco*, a guerra do Paraguai (1864-1870) representou um dos primeiros passos para a Abolição. O Exército, no esforço de recrutar soldados para a difícil campanha, aceitou convocar escravos para a batalha, na falta de “*homens livres fisicamente aptos*”. Vendo o bom desempenho dos escravos que combateram ao lado de homens livres, ciente da evidente contradição da situação de suas tropas e pressionado por um grupo de abolicionistas francês, o governo imperial decretou, em novembro de 1886, que os escravos “*que estivessem servindo nas Forças Armadas seriam libertados incondicionalmente*”.

A resposta de D. Pedro II ao grupo de abolicionistas francês representou o “*primeiro compromisso oficial do governo com a abolição, declarando que a emancipação total era apenas uma questão de tempo.*” Conforme citou Skidmore, o imperador prometeu-lhes que ao término da Guerra do Paraguai “*seu governo haveria de considerar como ‘objeto de primeira importância à realização do que o espírito da cristandade desde há muito reclama do mundo civilizado’*”<sup>55</sup>.

O primeiro passo legal para a Abolição foi dado em 28 de setembro de 1871, quando foi promulgada a Lei nº 2.040, chamada “*Lei do Ventre Livre*”<sup>56</sup>, que definia que todos os filhos de escravas nascidos a partir daquele dia, seriam juridicamente livres. Também foi criado na Lei, o Fundo de Emancipação, como um meio de se alforriar gradualmente os escravos. No entanto, em 1885<sup>57</sup>, exatos quatorze anos depois da criação do Fundo, escrevia-se na lei o que já se demonstrava na prática durante esses anos. Quem fosse alforriado pelo Fundo de Emancipação,

era obrigado a um domicílio de cinco anos no município onde houvesse sido alforriado: caso se ausentasse, seria considerado vagabundo e passível de ser preso, empregado em trabalhos públicos ou em colônias agrícolas regidas com disciplina militar. Da mesma forma, os proprietários que se propusessem implantar

<sup>55</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pesamento brasileiro (1870-1930)* 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 43.

<sup>56</sup> “Essa lei mostrou-se bem menos eficaz do que seus propugnadores haviam esperado, porque se o senhor não quisesse aceitar a indenização, paga pelo governo, quando a criança atingia oito anos de idade, tinha ainda a opção de manter sob sua autoridade o “ingênuo” até a idade de 21 anos – ou seja, como escravo *de facto*.” SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco...*, p.52.

<sup>57</sup> Lei nº 3.270, de 28.9.1885, art. 3º, §§ 14,15 e art. 4º, § 5º.

trabalho livre em seus estabelecimentos teriam incentivos do Estado e direito ao trabalho de seus libertos por cinco anos<sup>58</sup>.

Em 1879, Jerônimo Sodré, deputado baiano e professor de medicina, foi o primeiro político brasileiro a fazer um pedido pela abolição imediata e completa, mas pela falta de liderança política o apelo não foi adiante. Com uma postura distinta, nesse mesmo ano, Joaquim Nabuco entra para a política como deputado por Pernambuco. Logo se confirmou como um destacado líder do movimento abolicionista que crescia rapidamente. O movimento conseguiu em 1883 uma campanha nacional para “a liquidação da base legal da escravidão” e mobilizava “doações para manumissão voluntárias”<sup>59</sup>.

As consequências da campanha nacional abolicionista se tornaram realidade após cinco anos. *“Em 1884, as províncias do Ceará e do Amazonas concederam manumissão voluntária a todos os escravos dentro de seus limites.”* A Lei dos Sexagenários, aprovada em 1885, declarava livres todos os escravos acima de 65 anos. Conforme Skidmore, seguindo a sequência cronológica que demonstrava a urgência da temática abolicionista, em 1887, apertava-se o cerco contra a escravidão quando a escravidão era questionada por todos os setores sociais: *“Os escravos fugiam de seus senhores, o Exército se recusava a caçá-los e os juízes passaram a fazer vista grossa às reclamações dos proprietários”*.

Principal teórico do abolicionismo, Joaquim Nabuco redigiu, em 1880, pela recém-fundada Sociedade Contra a Escravidão, um de seus primeiros manifestos em que se destacava o argumento do liberalismo econômico do livre comércio, baseado no exemplo inglês. O Brasil era um anacronismo vergonhoso frente ao mundo moderno e estava fora de harmonia com os ideais progressistas do século, de acordo com Nabuco. A escravidão, para o abolicionista, corrompia o solo físico e moral daqueles que com ela compactuavam e o país era dessa maneira coberto com *“um tecido de feudos, onde o senhor é o tirano de uma pequena nação de homens que não ousam encará-lo.”*

Três anos depois, Nabuco publicou *O Abolicionismo* (1883), em que se posicionou contra a manutenção da escravidão que *“impede a imigração, desonra o trabalho manual,*

<sup>58</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Negros Estrangeiros...*,p.70.

<sup>59</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco...*,p.53.

*retarda a aparição de indústrias, promove a bancarrota, desvia os capitais do seu curso natural, afasta as máquinas, excita o ódio entre as classes”<sup>60</sup>.*

A emancipação política dos escravos foi dada em 13 de maio de 1888. Porém a emancipação econômica, moral e cultural haveria de ser uma conquista histórica de longo prazo.

Portanto, as medidas jurídicas consagradas durante o período escravocrata, aliadas a uma *ideologia da alforria*, em que laços morais imbricavam-se aos aparatos estatais e moldavam inconscientes coletivos, formaram uma estrutura social de longa permanência no país. Um dos legados mais perceptíveis do longo período de mão de obra escrava foi visto nas áreas rurais. Nela houve, segundo Ilka Boaventura Santos, um *“acamponesamento das populações recém-saídas da escravidão”<sup>61</sup>*, pois a passagem do Império para a República foi feita sem uma ruptura com os antigos vínculos senhoriais baseados na unidade familiar.

Na capitania de Minas Gerais, principalmente durante o final do século XVIII e início do XIX, os vínculos senhoriais também foram estabelecidos a partir do poder local oriundo da família patriarcal.

No caso específico dos Arturos, viu-se que, seus ancestrais experienciaram não só o drama da escravidão, como o seu lento e ardiloso fim. Assim, no intuito de compreender, de maneira particular, como eles vivenciaram essas estruturas, o próximo tópico, concentra-se nas relações estabelecidas entre seus antepassados e o senhorio presente na região em que viveram.

### **1.3. Os Arturos e Família Patriarcal em Contagem: relações de escravidão e servidão, apadrinhamento e compadrio.**

Segundo Eduardo França Paiva, na obra *Portugal na Época da Restauração*, durante o século XVII houve uma mundialização da cultura europeia, que importava também para o

<sup>60</sup> *Apud*. SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco...*, p.57.

<sup>61</sup> LEITE, Ilka Boaventura. O Projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, 2009, p. 966.

Novo Mundo, o seu *modus operandi*, seus costumes, valores e crenças<sup>62</sup>. Ao passo que essa europeização ocorria, a administração colonial portuguesa buscava operacionalizar a ordem pública em sua colônia, instituindo variados mecanismos para implementar seu projeto colonizador<sup>63</sup>.

Um dos instrumentos utilizados pela Coroa Portuguesa foi o estabelecimento do Direito Colonial. Segundo António Manuel Hespanha, no texto *Porque é que existe e em que consiste um direito colonial brasileiro*, na América Portuguesa havia ordenações jurídicas diversas, coexistindo no mesmo espaço: o direito secular comum (geral e legal), o direito canônico (eclesiástico), e o direito secular próprio (particular)<sup>64</sup>. Ainda segundo o autor, essas ordens tinham caráter doutrinal e davam margem para contestações e disputas, pois geralmente resultavam em soluções contraditórias. De acordo com Hespanha: *“Qualquer que fosse o resultado final, a dúvida sobre a prevalência entre contrato e lei permitia decisões diversas”*<sup>65</sup>.

A falta de resultados coerentes nos ajuizamentos propiciava uma estrutura que favorecia aos mais poderosos, que por sua vez, também podiam influenciar no desfecho jurídico dos processos, contribuindo para torná-los lentos, e em alguns casos, sem solução. A estrutura judicial agia de acordo também com a vontade e a demanda dos grandes proprietários de minas, fazendas e escravos, gerando uma relação que carecia do estabelecimento de contratos e privilégios, entre os senhores e a Coroa Portuguesa. Tais concessões cumpriam um duplo papel, funcionando tanto como elemento de distinção na sociedade (para os senhores), quanto para particularizar o público, tornando a governança e o controle mais local. Segundo o autor:

Muito frequentemente, eram concedidos privilégios, por vezes “exuberantes” (como então se dizia), por motivos particulares, por pressão das circunstâncias, por favoritismo, ou por troca de favores – mesmo que fossem favores à coroa, como

<sup>62</sup> PAIVA, Eduardo França. Portugal na Época da Restauração. In: PAIVA, Eduardo França. *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar o mundo português (século XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006.p.30.

<sup>63</sup> PAIVA, Eduardo França. Portugal na Época da Restauração...,p.32.

<sup>64</sup> HESPANHA, António Manuel. *Porque é que existe e em que consiste um direito colonial brasileiro*. In: PAIVA, Eduardo França. *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar o mundo português (século XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006.

<sup>65</sup> HESPANHA, António Manuel. *Porque é que existe e em que consiste um direito colonial brasileiro...*,p. 27.

auxílio numa situação de apuro militar ou financeiro. Também muitos contratos eram celebrados pelas mesmas razões<sup>66</sup>.

Percebe-se nesse contexto, que a administração colonial, propiciou a existência de uma primazia em designar para seus compatriotas posições de mando, que se apresentavam como mais um artifício de dominação portuguesa. O autor diz ainda que usualmente, o direito particular, avultava o direito comum, pois estava associado a valores doutrinários e disciplinares, tais como: a fé e as virtudes, além de sentimentos tais como amizade, gratidão, vergonha e dever. Nesse âmbito, as relações entre o governo português e os grandes proprietários de terras se estreitavam. De um lado a Coroa devia favores aos seus potentados locais, pois estes faziam com que o projeto colonizador funcionasse, e enquanto isso, o senhorio angariavam posições de mando em suas regiões.

Em síntese, essas relações culminaram no surgimento de territórios de mando, no qual os potentados locais exerciam seu poder<sup>67</sup>. Para Caio Prado Junior, os potentados exerceram seu poder devido ao insuficiente poder de controle da administração colonial:

A autoridade pública é fraca, distante; não só não pode contrabalancear o poder de fato que encontra já estabelecido pela frente, mas precisa contar com ele se quer agir na maior parte do território de sua jurisdição, onde só com suas forças chega já muito apagada, se não nula. Quem realmente possui aí autoridade é o senhor rural, o grande proprietário.<sup>68</sup>

Para Anastasia, a Inconfidência Mineira, e os inúmeros motins e levantes ocorridos nas Minas corroboraram para a forte atuação do Estado, culminando no fim do domínio dos potentados locais na Capitania<sup>69</sup>. Com isso, paulatinamente, o Estado português passou a ocupar seu espaço, estabelecendo um aparelho institucional melhor delineado<sup>70</sup>.

<sup>66</sup> HESPANHA, António Manuel. *Porque é que existe e em que consiste um direito colonial brasileiro...*, p. 27.

<sup>67</sup> Sobre potentados locais verificar: Carla Maria Junho Anastasia. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.

<sup>68</sup> PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 287.

<sup>69</sup> Carla Maria Junho Anastasia. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998, p. 12.

<sup>70</sup> Marco Antônio da Silveira. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 25,26.

Nesse tempo de relativo controle na Capitania, se desenvolvia a estrutura patriarcal. Segundo Silvia Brügger, no Brasil, a representação do poder familiar sobressai à figura do indivíduo, sendo o sujeito reconhecido mais pelo seu pertencimento a determinado grupo familiar do que como indivíduo singular<sup>71</sup>. Brügger, afirma a que intensa circulação de pessoas nas redondezas da região mineradora contribuiu para um vertiginoso desenvolvimento do cenário urbano, ao mesmo tempo em que passou a limitar os poderes locais. Diz ainda que a chegada da Corte Portuguesa na colônia em 1808, trouxe uma urbanização do patriarcalismo, que passou ser mais “urbano, burguês e individualista”<sup>72</sup>.

Para alguns autores, o modelo de família patriarcal só surgiu a partir da decadente situação das áreas urbanas, que proporcionaram o êxodo das famílias para o meio rural, onde a agricultura estava em expansão<sup>73</sup>.

Em contraponto, Anastasia e Campos, advertem que tal colocação pode ser estabelecida para as regiões que, após o declínio da mineração, ao rearranjarem seu modelo econômico, tornaram-se rurais.

No caso de Contagem, concorda-se com as autoras, pois, ao contrário das outras vilas e arraiais, a Freguesia de São Gonçalo da Contagem, já nasceu rural. Segundo as autoras, a história da formação de Contagem está associada ao próprio desenvolvimento da Capitania de Minas Gerais, que começou a se constituir durante o final do século XVII e início do século XVIII. Durante esse período, a região das Minas passou a ser uma das mais importantes para o Império português, visto que o ouro proporcionou ao governo lusitano, entre outras coisas, uma estabilidade nas finanças, além de colocá-lo em importante posição no cenário mundial.

Com a descoberta da existência das lavras de metais preciosos na região das Minas, em meados de 1690, as bandeiras paulistas, os portugueses, mineradores, comerciantes, escravos, vadios e pessoas vindas do nordeste e do Espírito Santo, se embrenharam pelos caminhos<sup>74</sup> de Minas, em busca de riquezas e poderes locais. À procura de diferentes

<sup>71</sup> BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal:...*, p. 49.

<sup>72</sup> BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal:...*, p. 52.

<sup>73</sup> Sobre esse tema verificar: Luciano Figueiredo, (1997), Laura de Melo e Souza (1985).

<sup>74</sup> De acordo com nesse período existiam três caminhos para se chegar às Minas Gerais, entre eles: o Caminho Velho, de São Paulo, o Caminho Novo, do Rio de Janeiro, e o Distrito da Mantiqueira, ou do rio São Francisco, o do sertão. Scarato, Luciane Cristina. *Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais: administração,*

oportunidades, se dirigiu a capitania, uma população que buscava desempenhar outras atividades, principalmente as de abastecimento alimentar<sup>75</sup>.

Pouco tempo depois, em 1714, com a divisão da Capitania de Minas em três Comarcas: a do Rio das Mortes, de Vila Rica e de Sabará<sup>76</sup>, o povoamento da região se tornou ainda mais intenso. Esse período foi marcado pela forte exploração do ouro e pelo estabelecimento dos poderes locais na região de São Gonçalo. Nessa conjuntura, o contrabando e o extravio do ouro se intensificaram, tornando-se uma preocupação para o Estado Português.

Esse cenário de instabilidade demandou então, a instalação de diversos Registros<sup>77</sup> pelos caminhos das Minas, tanto para cobrar os direitos das entradas das mercadorias, quanto para estabelecer maior controle e fiscalização local<sup>78</sup>. Conforme citou Maria Verônica Campos, *“as passagens, os registros das entradas e as licenças para os que se dirigiam a Minas também tinham por fim minorar as perdas com o contrabando, ou seja, todos os descaminhos levavam a um novo tributo”*<sup>79</sup>.

Neste sentido, foram instalados na Comarca do Rio das Velhas, inúmeros Registros, visto que seus caminhos davam acesso às principais Vilas e Arraias mineradores, além de serem entrepostos, serviam de descanso para os viajantes. Dentre esses se destaca o “Registro dos Abóboras”, que segundo Campos e Anastasia tiveram suas primeiras entradas feitas em 1716<sup>80</sup>. Segundo as autoras, o Registro recebeu esse nome devido a sua proximidade com um sítio denominado Abóboras, onde havia uma ampla plantação do fruto. Ao que tudo indica, antes da instalação do posto fiscal, esse e outros pequenos sítios

---

*territorialidade e cotidiano (1733-1783)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP. 2009. Pág. 303.

<sup>75</sup>CAMPOS, Adalgisa Arantes; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Contagem: Origens*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1991.

<sup>76</sup>BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade, São João del Rei, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2007. P. 37.

<sup>77</sup>O conceito de Registro constitui-se na “expressão abreviada de contagem. Postos de arrecadação dos direitos de entradas e de impostos como donativo voluntário, localizados estrategicamente em cruzamento de dois rios, desfiladeiros, caminhos de acesso no interior das Minas Gerais.” BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário Histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. P. 253.

<sup>78</sup>SCARATO, Luciane Cristina. Caminhos e descaminhos..., p.37.

<sup>79</sup>CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: “de como meter as Minas numa monda e beber-lhe o caldo dourado” (1693-1737)*. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: 2002. P. 387.

<sup>80</sup>CAMPOS, Adalgisa Arantes; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Contagem:...*, p. 30.

já tinham se formado na região para abastecimento próprio, desenvolvendo-se após o seu estabelecimento. Contudo, afirmam que após o encerramento das atividades do Registro o povoado se atrofiou<sup>81</sup>. Campos e Anastasia localizaram documentos comprovando que sua movimentação durou pelo menos até 1757, constando nas anotações do Registro: “*gados, cavalos e potros; barras de ouro; ouro em pó, para ser trocado por dinheiro ou com guias para a casa de fundição de Sabará*”<sup>82</sup>. Elas afirmam que o “Registro dos Abóboras”, encerrou suas atividades em 1759 devido a sua pouca rentabilidade, e por não conseguir manter os contratos com o Estado português.

Simultaneamente a esse povoado, formava-se o Arraial de São Gonçalo da Contagem, um núcleo mais voltado para a economia agropastoril. Anastasia e Campos identificaram por meio de inventários, uma imensa quantidade de fazendas de abastecimento, nesse território. As autoras confirmam que esse foi o povoado que se manteve estável por todo o século XVIII e XIX.

Conclui-se então, que foi a partir do encadeamento dessas duas circunstâncias: o controle de mercadoria nas Minas, principalmente do ouro, e o crescimento das atividades agropastoris, que o município de Contagem se formou. Por meio de uma estrutura agropastoril, que, geralmente vinha acompanhada de uma esfera social patriarcal, onde as relações estabelecidas dispunham de mecanismos em que as famílias extensas eram os principais agentes econômicos, políticos e sociais<sup>83</sup>.

Conforme análise, os senhores de terras da região de Contagem, além da grande quantidade de fazendas, possuíam um volumoso número de escravos e escravas, como por exemplo, Antônio Victor da Silva Diniz, senhor local, que em 1871, possuía um grupo de 281 escravos<sup>84</sup>. Um senso, realizado em São Gonçalo da Contagem, no ano de 1831, sob a supervisão de Manoel Alves de Brochado, Juiz de Paz da localidade, aponta que nesse período, a maioria da população era negra e mulata. Nos 328 fogos (residências) do Arraial havia 2.162 habitantes, sendo que 1.760 eram pretos e mulatos. No total, 1.410 eram livres

<sup>81</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Contagem:...*, p. 31.

<sup>82</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Contagem:...*, p. 32.

<sup>83</sup> BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal...*, p.40.

<sup>84</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Contagem:...*, p. 43.

e 752 cativos<sup>85</sup>. Para com esses escravos, o senhorio estabeleceu diversas relações, inclusive as de compadrio e apadrinhamento, permeadas, muitas vezes, por interesses controladores.

Por outro lado, o batismo se tornou imperativo para todos os escravos, mesmo os traficados da África já adultos, desde o século XV. Foi instituído primeiramente segundo as *Ordenações Filipinas de 1454*, feitas pelo papa Nicolau V. Contudo, somente no século XVI, quando o tráfico de escravos africanos para a América se intensificou, é que essa prática se tornou prioridade para a Igreja e para a administração colonial. A partir de 1514, a Coroa portuguesa, por meio de lei, passou a obrigar os senhores a batizarem seus escravos africanos no prazo de três meses após seu desembarque na então América Portuguesa. Esse ordenamento deveria ser obedecido, caso contrário, perderiam os direitos sobre seus escravos. Em 1521, a lei foi incorporada às *Ordenações Manuelinas*, ratificada pelas *Ordenações Filipinas*, em 1603, tornando-se amplamente seguida nas Minas Gerais: “qualquer pessoa, de qualquer estado e condição que seja que escravos de Guiné tiver, os faça batizar e fazer cristãos, do dia que a seu poder vierem até seis meses, sob pena de os perder para quem os demandar [...]”. Além disso, o batismo era obrigatório para crianças de até dez anos. Após essa idade, não eram obrigados a se batizarem, não caindo sobre seu senhor a pena:

E sendo os escravos em idade de dez anos ou de menos, em toda a maneira os façam batizar até um mês do dia que estiverem em posse deles; porque nestes não é necessário esperar seu consentimento. E as crianças que em nossos reinos e senhorios nascerem das escravas que das partes de Guiné vierem, seus senhores as farão batizar aos tempos que os filhos das cristãs naturais do Reino se devem e costumam batizar, sob as ditas penas.<sup>86</sup>

Esse procedimento se estendeu por todos os anos de escravidão servindo à administração colonial como estratégia de controle social, ideológico e religioso. Alguns estudiosos entendem que esses vínculos foram estabelecidos para reforçar o sistema da família patriarcal. Segundo Kátia Mattoso, os laços de apadrinhamento:

<sup>85</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes; ANASTASIA, Carla Maria Junho. Contagem:..., p. 44.

<sup>86</sup> LARA, S. H. *Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. RJ: Paz e Terra, 1999, p.308.

[...] se harmonizam perfeitamente com as regras dessa sociedade brasileira baseada na família extensa, ampliada, patriarcal. E os laços não prendem apenas padrinho e afilhado, ligam o padrinho, sua família e os pais da criança batizada, cujo grupo, em seu conjunto, ganha uma promoção excepcional<sup>87</sup>.

Conforme citou Schwartz, em alguns casos, quando o senhor não era o padrinho, algum membro de sua família cumpria esse papel, criando um laço ritual e patriarcal para com seus afilhados<sup>88</sup>. Um documento assinado em 1719 por Conde de Assumar, então governador da Capitania de Minas, determinou que somente brancos fossem responsáveis pelo apadrinhamento de escravos,

[...] e tendo se considerado os prejuízos que sucedem de terem os negros, ou negras escravos, ou forros domínio algum sobre outros negros, ou negras, e de fazer atos por onde estes reconheçam algum gênero de subordinação aos primeiros a experiência tem mostrado, que nas vilas e mais lugares onde há muitos negros juntos, se encontram alguns que foram filhos ou parentes dos régulos das suas pátrias que indiferentemente os vendem: a esses tais tomam quase todos por padrinhos no sacramento do batismo, e matrimônio por cuja causa lhes têm subordinação e respeito o que redundando em fazerem-se capatazes e formar séquito metendo-se pelos matos em quilombos governados por eles: o que tudo é muito pernicioso, e desejando evitar os prejuízos que disto se seguem: rogo e encomendo muito aos ditos vigários não consintam outros padrinhos, que não sejam brancos: e se fia dos ditos vigários contribuam nessa parte com o sossego comum para a rígida observância desta matéria de que tanto depende tirar-se qualquer sombra de subordinação aos negros[...]<sup>89</sup>.

A subscrição de Assumar apontou para uma preocupação que se instalou nas famílias patriarcais, que temiam pela desestabilização do controle social criados com o compadrio entre negros, visto que, o estreitamento desses laços possibilitaria motins, levantes revoltas escravas. Essa teia de poder estava claramente desenhada. Deixando nítido que as relações da família senhorial com os escravos possibilitavam o diálogo entre o que Gudeman e Schwartz chamaram de dois idiomas distintos: escravidão e compadrio.

Complementando a função dessas relações, Silvia Brügger, afirma que elas não se davam somente na esfera da coerção e do controle. A autora diz que, como o

<sup>87</sup> MATTOSO, K. M. de Q. *Ser Escravo no Brasil*. SP: Brasiliense, 1982. p.132.

<sup>88</sup> SCHWARTZ, S. B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial (1550-1835)*. SP: Cia. das Letras, 1988.p.331.

<sup>89</sup> Apud FIGUEIREDO, 1997, p. 127.

apadrinhamento era um dogma cristão, o padrinho e/ou a madrinha “assumiam perante a igreja e a sociedade, um compromisso de cuidado para com o seu afilhado, sobretudo no caso da falta dos pais<sup>90</sup>.” Nessa perspectiva, afirma que, em muitos casos, foram os pais cativos que escolheram senhores como padrinhos, visando melhores condições de vida para seus filhos e uma maior possibilidade de alcançar alforria.

No caso específico da Freguesia de São Gonçalo da Contagem, onde havia “a presença determinante de um número restrito de famílias proprietárias, inclusive com relações de parentesco muito estreitas, a dominar também os sítios de menor extensão”<sup>91</sup>, existiram diversas relações de apadrinhamento.

Para compreender, entre outras coisas, a formação e o desenvolvimento do senhorio na região, e como funcionaram as relações entre eles e seus afilhados, foi realizado um levantamento, com pelo menos 250 nomes de proprietários de fazendas dessa região, incluindo também Santa Quitéria e Capela Nova<sup>92</sup>.

No cruzamento desses dados, verificou-se que os fazendeiros dessas localidades, eram provenientes de famílias extensas, compondo uma teia familiar, constituída essencialmente a partir de laços matrimoniais estabelecidos entre eles. Numa análise geral, dentre os sobrenomes encontrados, estão principalmente: os Diniz, os Ferreira da Costa, os Alves, os da Silva, os Macedo, os Brochado, os Nunes, os Moreira, os Bijos, os Matos, e mais recorrentemente: os Camargos.

Esses dados, associados à documentação pesquisada, trouxeram o entendimento de que esta estrutura familiar estabeleceu relações de compadrio e apadrinhamento nos batismo e casamentos dos ancestrais Arturos e na sua trajetória de escravidão e servidão durante o século XIX e XX.

Conforme verificado anteriormente, Arthur Camilo, nascido em 21 de dezembro de 1885, teve como padrinhos Benjamim Camargos, filho de Rita Cândida Costa e João Teixeira

<sup>90</sup> BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal...*, p.318.

<sup>91</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes; ANASTASIA, Carla Maria Junho. Contagem:..., p. 108.

<sup>92</sup> Levantamento elaborado pela equipe da Gerência de Patrimônio Imaterial do IEPHA, entre os meses fevereiro e março de 2013, fazendo uma junção entre os dados localizados em pesquisas genealógicas presentes nos sítios: <http://genealogiadaseres.blogspot.com.br>; <http://familytreemaker.genealogy.com> com os documentos do Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte. A partir das informações obtidas, foram estabelecidas as relações de parentesco entre eles por meio da construção de uma árvore genealógica, disponível nos anexos.

Camargos, donos de seus pais, Camillo Silvério e Felisbina Rita. É importante ressaltar, que Felisbina, foi escrava de José Antônio da Costa Ferreira, pai de Rita Cândida Costa e sogro de João Teixeira Camargos.

Os Camargos, principalmente Joviano Camargos, exerceram sobre Arthur Camilo um apadrinhamento caracterizado por servidão, dor, tortura e sofrimento. Seus padrinhos foram os responsáveis pelo trágico episódio que marcou a sua vida e a de seus descendentes.

Conforme as narrativas dos filhos de Arthur Camilo, seu padrinho, não lhe deu a oportunidade de chorar a morte de seu pai, mesmo ele possuindo somente oito anos<sup>93</sup>. Na narrativa de Seu Antônio, seu pai, Arthur Camilo, embora já tivesse trabalhado durante todo o dia, teve seu pedido negado:

Papai, ele sofreu muito na mão dos carrasco então ele sempre falava que ele num queria que os filhos dele sofresse o que ele sofreu. Que papai quando vovô morreu, o padrinho dele, que a gente, o pobre dava o filho pra um rico e falava padrinho. Então papai foi criado com o padrinho dele na fazenda, e então quando meu avô morreu, papai contava nós, aí pediu, tinha prendido o gado, tinha prendido os bezerros, tratado dos porcos, pediu o padrinho dele: -Será que eu posso ir lá dá meu pai a benção pela última vez? Aí o padrinho dele tocou a mão na boca dele, cuspiu sangue para todo lado, então não deixou ele tomar benção o pai dele pela última vez<sup>94</sup>.

Em depoimento, Induca complementa a história de seu irmão, informando que seu pai fugiu do sofrimento e dos maus tratos sofridos pelas mãos de Manoel e Joviano Camargos, irmãos de seu padrinho de batismo, Antônio Benjamim Camargos. Em sua narrativa, datada de 1978, fala

Papai foi criado na fazenda do Sô Horário.  
Pobre era cachorro de rico. Na fazenda do Sô Juviano ês batia. Papai tava na fazenda do padim dele Manuel Camargos, irmão do Juviano.  
Falô que o pai do papai morreu.  
O pai foi e falou com o sô Manuel:

<sup>93</sup> Camilo morreu em 1893, e Arthur nasceu em 1885, nesse caso, conclui-se que quando seu pai faleceu, ele tinha oito anos de idade.

<sup>94</sup> Comunidade dos Arturos. INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG, Documentos do Patrimônio Imaterial, Belo Horizonte: IEPHA/MG – REDEMINAS, 2013. DVD; 78 min; color. Son.

-Padim, papai morreu. Eu vô visita ele.  
Bateu na boca dele pra saí sangue e num dexô.  
Um dia, papai foi na casa da madrinha dele – dona Cota, irmã dele com o irmão do Fostino, quando a madrinha dele, a cota – achou ruim e falô:  
- Se ocê quisé batê em Fi, ocê vai cria procê.  
Ele falô que foi o padim dele.  
Na mesma hora ela pego uma pena e escreveu que ele deixasse o papai em paiz que ela ia inducá ele.  
Depois ele vortô, deu uma sova nele de vara de ispin.  
Outro foi batê, ele escondeu. Pusero uma cachorrada atrais dele.  
O cachorro passou pirtim dele. Ele mostro o camim pros cachorro e eles pássaro na frente.  
Daí com seus quinze anos rapô fora  
Pai do Osório muntô numa mula pelo-de-rato e foi atrás pra arrastá ele.  
Chegô e falô:  
-Arthur tá aí?!  
Aô Adriano falô que tava.  
De quinze ano prá frente é que ele paô de sofrer e dizia:  
O que eu sofri ocês num há de sofrê<sup>95</sup>.

Nessa fala, observa-se que, as relações de poder e dominação foram exercidas também por outros membros da família, que ainda mantinham os hábitos e costumes praticados na estrutura escravista.

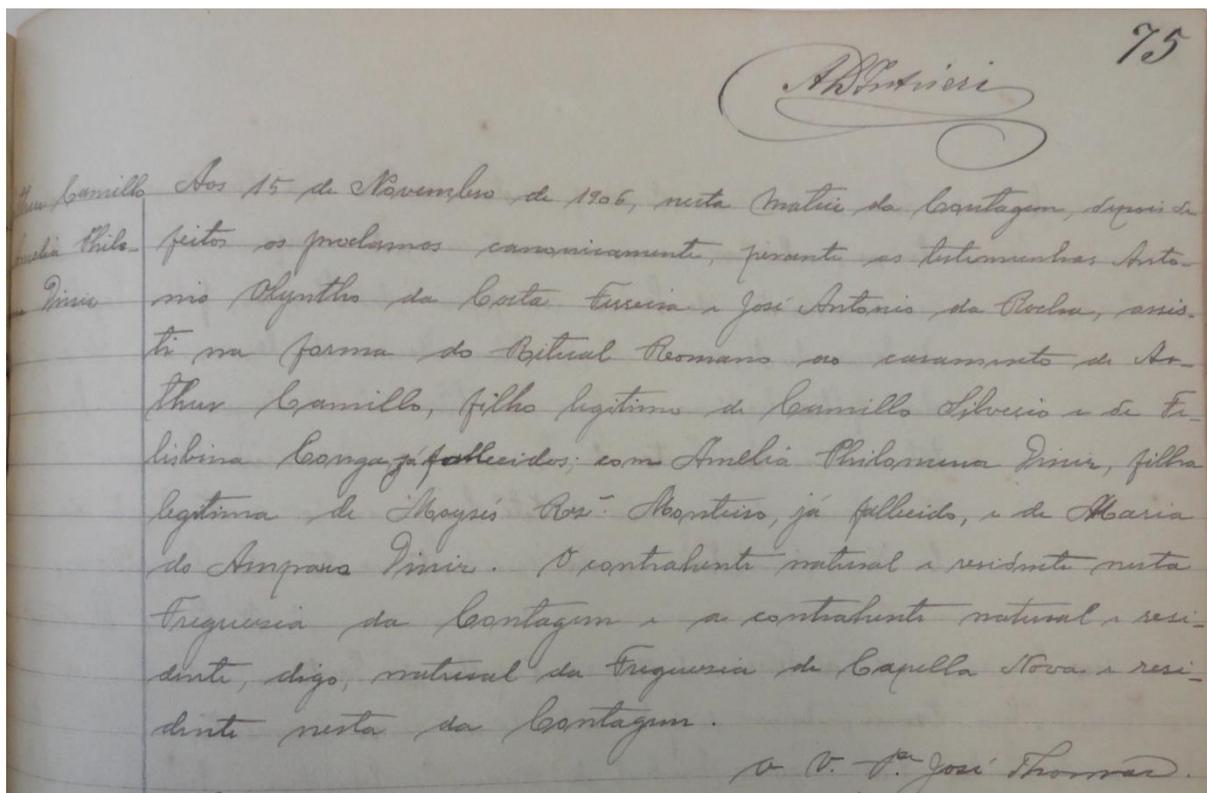
Arthur Camilo viveu nessa situação até os quinze anos, quando resolveu fugir para a Fazenda do Morrão, onde viveu trabalhando nos afazeres das roças e lavouras, como carreiro, vaqueiro, tropeiro<sup>96</sup>.

Nesse período, Arthur Camilo, antes de casar-se com Carmelinda Maria da Silva, uniu-se em matrimônio com Amélia Philomena Diniz, falecida ainda jovem, com dezenove anos<sup>97</sup>.

<sup>95</sup> SABARÁ, Romeu. *Comunidade negra dos Arturos...* p. 169.

<sup>96</sup> GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras raízes mineiras...*,p.167.

<sup>97</sup> Arthur e Amélia viveram juntos por somente quatro anos e não tiveram filhos. Conforme atestado presente nos anexos.



**Figura 3:** Registro de casamento de Arthur Camilo Silvério e Amélia Philomena Diniz.

**Fonte:** Foto Acervo IEPHA/ Memorial da Arquidiocese - Arquivo Arquidiocesano.

No documento, é interessante notar, que Antônio Olinto Costa Ferreira, neto de José Antônio da Costa Ferreira, ex-dono de sua mãe, foi padrinho do primeiro casamento de Arthur Camilo, realizado em 15 de novembro de 1906. Mostrando assim, como os vínculos de apadrinhamento e compadrio, permeados por dependência e/ou controle, ou ainda por interesse, permaneceram nas relações entre senhor e servo.

#### **1.4. Arthur Camilo e Carmelinda Maria:** a formação da primeira geração dos Arturos e as relações da família com seus espaços de convívio.

Após um ano de viuvez, Arthur Camilo casou-se com Carmelinda Maria da Silva, irmã de sua primeira esposa, prática costumeira nessa época. Conforme registro, se casaram em cerimônia religiosa, em 1912, na cidade de Contagem. Carmelinda era filha de Maria do Amparo e Francisco José da Silva, e na época, possuía 15 anos.

35

Novembro de 1912

Arthur e Nos deuses de novembro de mil  
Carmelina e noventa e doze, pelas 2 horas  
da tarde, nesta Matriz de Conta-  
gem, depois das denúncias canoni-  
cas e mais formalidades prescritas,  
não aparecendo impedimento algum,  
por palavras de presente, na forma  
do ritual em minha presença e  
na das testemunhas: Jorge Abor-  
gon Ferreira e Joze Leonardo Nunes  
Diniz receberam-se em matrimô-  
nio Arthur Camillo Silverio  
& Carmelina Maria da Silva. Ambos  
casados e residentes nesta fregue-  
sia. Elle, com 26 annos de idade, é  
filho de Camillo Silverio e Felisbina  
Januaria, já falecidos; é outro rem  
viuvo de Thelomena Amélia, falleci-  
da aqui ha 1 anno. Ella, com 15 an-  
nos, é filha de Thom<sup>co</sup> Joze da Silva e  
Maria do Purparo.

36

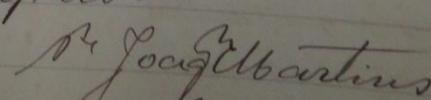
Pt. 

Figura 4: Registro de Casamento de Arthur Camilo Silvério e Carmelinda Maria da Silva.  
Fonte: Foto Acervo IEPHA/ Memorial da Arquidiocese - Arquivo Arquidiocesano.

Posteriormente a essa data, o casal foi viver na Mata do Macuco ou Mata do Curiangu, situada em Santa Quitéria<sup>98</sup>. No local, tiveram seus dez filhos: Geraldo Arthur Camilo (16/11/1913), Conceição Natalícia da Silva (03/10/1918), Maria do Rosário da Silva (07/10/1923), Juventina Paula de Jesus (25/01/1925), José Acácio (09/04/1926), Isaíra Maria da Silva (06/07/1929), Mario Braz da Luz (02/02/1933), Antônio Maria da Silva (18/07/1935), Joaquim Bonifácio da Silva (03/08/1940), João Batista da Luz, Maria Januária da Silva<sup>99</sup>.

Embora seus filhos tenham nascido na região da atual cidade de Esmeraldas, foram batizados em Contagem, o que justifica a falta de referência sobre os Arturos na Paróquia de Santa Quitéria. Ainda nesse período, de 1912 até meados de 1940, o casal e seus filhos, se deslocavam da Fazenda para celebrar o Reinado/Congado de Nossa Senhora do Rosário em Contagem. Esse trânsito indica que Esmeraldas constituía-se no local de trabalho e moradia, enquanto o espaço de sociabilidade e religiosidade continuava sendo Contagem.

Na análise dos arquivos da Paróquia de São Gonçalo da Contagem, foram encontrados diversos registros do grupo familiar, principalmente nos livros de batismos<sup>100</sup>, crismas, óbitos e casamentos. A presença dos Arturos nesses documentos apontou para a sua forte ligação com a localidade, espaço de profunda importância para o seu desenvolvimento familiar.

Passados alguns anos, a família aumentou, os filhos cresceram, e algumas necessidades contribuíram para que os Arturos saíssem da Fazenda do Macuco e fossem para Contagem. Esse período marcou uma nova vida e um novo tempo para Arthur Camilo e seus filhos. Foi nesse novo espaço, que os Arturos começaram a se constituir como Comunidade, como Lugar de memória!

---

<sup>98</sup> No período em que Romeu Sabará realizou sua pesquisa, o mesmo não teve contato com essa documentação, o que o levou a conjecturar sobre uma “conduta irregular” de Arthur Camilo e Carmelinda. O autor afirma que eles não conseguiram manter os “padrões morais”, apontando que: “Quando tinha seus 28 anos, teve seu primeiro filho – o Geraldo Arthur Camilo – nascido em 1913 – com Carmelinda Maria de Jesus, que tinha então seus 15 anos, sendo que vieram a se casar civilmente apenas quatro anos depois (1917). A não ser que já tivesse casado no religioso (o que não sabemos), significa que mantinha uma vida conjugal irregular, ou seja, fora dos padrões morais da sociedade da época”.

<sup>99</sup> Não foi localizado na documentação o nascimento de João Batista da Luz. Sobre Maria Januária, sabe-se apenas que a mesma faleceu ainda jovem.

<sup>100</sup> Nessa documentação foram encontrados os registros de batismo da maioria dos filhos de Arthur Camilo e Carmelinda, com exceção de Conceição Natalícia, conhecida como Dona Tetane, e Maria Januária, que nasceu ainda jovem.

### 1.5. Um novo século, um novo tempo: A Comunidade dos Arturos estabelecida em seu território.

A Comunidade dos Arturos está situada no município de Contagem, a 2,5km do centro da cidade. O terreno que ocupam foi adquirido por Camillo Silvério em 1888, segundo registro localizado no Cartório de Imóveis de Betim. O documento, que trata da partilha dos bens deixados por Camillo e Felisbina aponta que a área possui uma extensão de aproximadamente “seis hectares e cinco ares (6H e 5ª), de terras de campo e cultura”, e está “situada no lugar denominado “Domingos Pereira”.

No espólio do casal, consta que a propriedade foi transmitida para seus descendentes, entre eles: Arthur Camilo Silvério, José Maria de Oliveira, José Pedro Camilo, Maria Vieira Mendes, Maria Joaquina Félix, Josina Januária da Silva e Izabel Cândida.

Conforme visto anteriormente, a trajetória de vida do patriarca da Comunidade, não lhe permitiu viver na terra herdada de seu pai por alguns anos. A fuga dos maus tratos do padrinho em meados de 1900, e o trabalho na Fazenda do Macuco, fez com que Arthur Camilo viesse a ocupar sua propriedade somente a partir de meados de 1940.

De acordo com Seu Antônio, filho de Arthur Camilo e Carmelinda, a chegada de sua família nesse território, “é um pouquinho mais longa”. Segundo ele, essa história teve início quando Geraldo Arthur Camilo, seu irmão mais velho, começou a buscar trabalho próximo ao Macuco. Seu Antônio conta que após muito tempo de procura, Geraldo não conseguiu emprego na região, sendo admitido algum tempo depois, na cidade de Contagem

Aí Geraldo rodô, rodô, num achou serviço por lá que eles mandaram Geraldo embora. Ele veio aqui pras Abóboras, aqui onde eles faz desova de gente aqui, ó.  
[...] Aí, chama de Abóboras Tomé, com esse mundo de lá veio ser carreiro e... então de lá de, do Macuco, Geraldo vei trabalhar aqui.

Com isso, Geraldo Arthur, foi um dos primeiros a morar na localidade. Posteriormente, de acordo com Seu Antônio, suas irmãs também foram trabalhar no município para auxiliar os pais na renda familiar

Aí, quando chegou aqui tinha engenho de fazer farinha e carreiro e tudo, as minhas irmãs veio trabalhar no engenho de fazer farinha, aí. Mas no dia de sábado, depois que elas acaba o serviço, ela arrancava daqui a pé e ia lá no Macuco. Lá no distrito de Esmeraldas, perto de Esmeraldas, levar um trocadinho, pra ajudá papai, que nós era muito irmão, as minhas irmã. [...] Meu irmão veio primeiro, aí trouxe minhas irmãs pra fazenda onde ele tava trabalhando. Aí, uma empregou aqui em Contagem, a outra, as outras ficaram trabalhando no Engenho de fazer farinha. Mas era muito difícil!

Seu Antônio afirma que diante da dificuldade de deslocamento entre as duas cidades, Arthur Camilo recomendou a Geraldo que fosse viver na terra que havia herdado. Na sua narrativa, esse foi um dos principais motivos que contribuiu para que sua família começasse a habitar o território que lhes era de direito

Papai, depois, nessa época dele tá nessa luta das meninas trabalhando aqui e tinha que levar o dinheiro sábado e voltar domingo! Tava ficando difícil. E que Geraldo, papai pegô e falou com Geraldo, ó, eu tenho aquele pedaço de, pedacinho de terra lá, cê vai pra lá, faz um rancho lá, vai pra lá, aí, fica fácil! Sua família tá lá, as menina também pode ir lá pra sua casa e pode intê no meio da semana fica mais fácil, que as Abóboras é aqui mais perto, não é muito mais perto não, mas é mais perto. Aí que Geraldo fez um rancho de sapé, que chamava.

Pouco tempo depois que Geraldo e sua família ocuparam o território, Arthur Camilo, sua esposa e seus outros filhos também foram residir no local. Seu Antônio, diz que na época em que seu pai decidiu ir para a região, ele tinha doze anos, e conta com detalhes como foi esse momento,

Com o passar do tempo foi que papai combinou de papai vir embora pra cá, porque tava mais fácil pra, pra as menina trabalhá. [...] Foi aí que nós veio pro rancho de sapé, o Jaba arrumou um carro de boi [...] e arrumou do seu João Cabeludo, Tio Dodo, irmão de mamãe, era carreiro dele, eu era guia de boi. Eu tava com quê? 12 anos. Eu saí guiando boi daqui lá no Macuco! Pra tio Dodo ir buscar a mudança de papai. Veio em dois carros. [...] E atrás, na traseira do carro, assim, amarrava uma vara assim e pra pô minha vó, assim, que foi escrava, chamava Maria do Amparo, morreu aqui com cento e tantos anos. [...] é umas histórias meio, né, que a pessoa pensa assim que não credita no que a gente fala.

Nascido em 1933, Seu Mário, também filho de Arthur e Carmelinda, disse que sua família foi para Contagem no início dos anos de 1940: “eu vim pra cá tava com nove anos.

Tem 70 anos que eu moro aqui [...] eu vim pra cá tava com nove anos. Eu vim do município de Esmeralda, Mata Macuco. Papai criou nós lá”.

Seu Antônio conta que inicialmente, moravam em uma casa construída em pau-a-pique, com telhado de capim, conhecido como sapê

Papai quando veio, nós não foi ali, nós não morava ali não, era ali embaixo perto da casa de, daquela casa de Parafuso. Depois de passado de tempo que ele fez, nós morou muito no rancho de sapé ali, ó. De capim, era coberto de capim. Não tinha tijolo, era barro, molhava barro com mão. Cavacava aquela porção de terra assim, pegava a gente que era mais menino, moleque e punha pisando naquilo, massando, pra podê dá liga pra pegá dentro das vara. E marrava as varinha, assim, longe um do outro (...) nós moramos foi nisso aí muito tempo. Aí, depois é que fez adobe! Nós fizemos adobe pra construir aquela casa. Depois tijolinho!

Izaíra Maria, a Tita, outra filha do casal, informou à Gomes e Pereira, que após algum tempo, seu pai construiu outra residência, a Casa Paterna, existente ainda hoje na Comunidade,

O primeiro rancho que papai fez aqui dentro da Comunidade já foi desmanchado. Foi lá embaixo, aonde a Juventina mora. Depois é que ele construiu aqui, porque mamãe não tinha muita saúde e lá era mais frio. Então derro conseio pra ele fazê a casa aqui, que é pra ela conservá mais a saúde. Então aonde construiu.

Nesse espaço Arthur Camilo e Carmelinda educaram e criaram seus descendentes, com uma vida simples, mas, repleta de amor, simplicidade, carinho, afeto e amizade. Ao longo dos anos, seus filhos começaram a se casar e constituir família.

A maioria se casou entre os anos de 1940 até o início de 1960, com a exceção de Maria do Rosário da Silva (Induca) e Izaíra Maria da Silva (Tita), que viveram solteiras na Comunidade, até o falecimento<sup>101</sup>. Conforme os depoimentos cedidos por seus descendentes, Arthur Camilo gostava que seus filhos estivessem sempre por perto. Assim,

<sup>101</sup> No local se instalaram, Geraldo Arthur Camilo e Maria Alvina, já casados antes de ir para a Comunidade, Joventina Paula de Jesus, casada com Geraldo Messias de Lima, em 27 de setembro de 1947, José Acácio, casado em abril de 1948, com Virginia Correa Vieira, Antônio Maria da Silva e Maria Aparecida e Mário Braz da Luz e Maria Auxiliadora, que casaram-se no mesmo dia, em 24 de maio de 1958, Raimundo Afonso da Silva, criado como filho na Comunidade, casado com Lúcia dos Santos, João Batista da Luz, casado com Nilza Conceição dos Anjos, em 28 de maio de 1960 e Joaquim Bonifácio da Silva, casado em 30 de dezembro de 1961, com Anita Amélia de Santana. Conceição Natalícia casou-se em 29 de julho de 1943, com Edvardes José da Luz, no entanto, foi residir no bairro da Praia, próximo à Comunidade, onde mora ainda hoje, com 95 anos.

mesmo depois de se casarem, construíam suas casas no território de seus pais e permaneciam junto à família.

Além do casal e seus descendentes, foram viver na Comunidade, Raimundo Afonso da Silva, sobrinho de Carmelinda, casado com Lúcia dos Santos, a Dona Lucinha, sobrinha de Arthur Camilo. Lucinha era irmã de Maria Auxiliadora, esposa do Seu Mário. Algum tempo depois, o senhor Joaquim Quadros, pai das duas irmãs, também foi morar no território, e assim como Raimundo, foi um importante Capitão do Congado na Comunidade. Desses casamentos, começou a se formar a segunda geração de Arthur Camilo e Carmelinda.

Portanto, percebe-se que foi a partir do desenvolvimento dessas famílias num espaço comum, que, paulatinamente, os Arturos, foram alcançando sua condição de Comunidade. O local, além de ser moradia, constituía-se no espaço onde desenvolviam, no cotidiano e nos momentos rituais, as tradições de matriz africana herdadas de seus antepassados.

Nesse ínterim, embora os Arturos lutassem para manter suas tradições, as mudanças ocorridas no mundo, principalmente econômicas, dificultavam essa preservação. Conforme visto anteriormente, quando a primeira geração de Arthur Camilo e Carmelinda, se estabeleceu em Contagem, ambos trabalhavam em atividades rurais, ligadas à lavoura e agricultura. Contudo, nos anos de 1940, a cidade passou por um intenso crescimento urbano e populacional, ocasionado, principalmente pela industrialização, que transformou Contagem no novo centro industrial do Brasil.

Esta transição no sistema econômico da cidade acarretou mudanças principalmente nas estruturas de trabalho da Comunidade dos Arturos. Neste contexto Gomes e Pereira afirmam que a relação da Comunidade com Contagem pode ser entendida por dois eixos: um diacrônico e outro sincrônico. O sentido diacrônico retrata o que aconteceu após a assinatura da lei áurea, quando muitos negros libertos mantiveram-se em seus antigos postos de trabalho. Este fato ilustra que estas relações de trabalho bem como seu contexto social ainda estavam marcadas pelo estigma da escravidão, como se observou anteriormente, nas relações de servidão existentes na vida de Arthur Camilo e Carmelinda.

Quanto ao sentido sincrônico, a Comunidade fora afetada diretamente pela mudança econômica do município, que partiu do polo rural para o industrial entre 1950 e 1960. Nesse período a maioria dos Arturos começou a trabalhar nas grandes empresas instaladas na

região<sup>102</sup>. Contudo, este fenômeno não fez com que a produção agrícola na Comunidade desapareça. Ainda não fosse uma produção para subsistência, a pecuária de pequeno porte sempre esteve presente na Comunidade. Os Arturos mantinham suas plantações e criações de gado apenas para o consumo próprio partilhado dentre os membros, porém suas demais necessidades básicas no quadro alimentar eram buscadas fora da Comunidade. Pode-se compreender que essa relação com a agricultura também está ligada às tradições da comunidade, haja vista que a festa do João do Mato possui suas bases ligadas à colheita<sup>103</sup>.

Desta forma conclui-se que a Comunidade dos Arturos não se manteve alheia às mudanças que ocorreram ao seu redor, uma vez que a produção interna se fazia insuficiente para sustentar as demais famílias da Comunidade. Os Arturos demonstraram uma consciência de serem agentes participantes desta estrutura para que a manutenção da própria Comunidade fosse garantida. Suas tradições e culto aos antepassados não cristalizaram os Arturos no tempo, tampouco sua identidade. Assim, de acordo com Gomes e Pereira: “As tradições geradas ao longo do tempo permitiu ao Arturo ser um trabalhador das grandes indústrias, mantendo-se como dançante das festas do Rosário e verticalmente voltado para sua cultura como guardião dos segredos do Candombe”<sup>104</sup>.

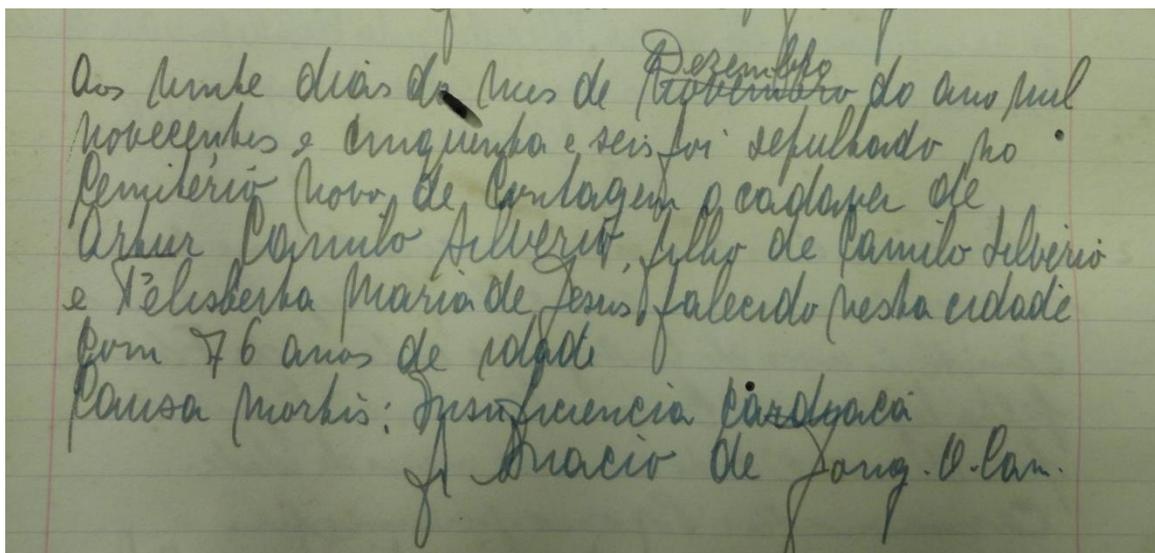
Nesse ínterim, os Arturos perderam a presença física de Arthur Camilo Silvério. O fundador da Comunidade faleceu de insuficiência cardíaca, em 19 de dezembro de 1956, aos 76 anos de idade, deixando toda a sua descendência órfã.

---

<sup>102</sup> GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras raízes mineiras...*, p.187.

<sup>103</sup> GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras raízes mineiras...*, p. 185.

<sup>104</sup> GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras raízes mineiras...*, p. 188.



**Figura 5:** Registro de Falecimento de Arthur Camilo Silvério em 1956.

**Fonte:** Foto Acervo IEPHA/ Memorial da Arquidiocese - Arquivo Arquidiocesano.

Embora a dor de perder o pai, o esposo, o avô, o capitão e a referência de força e religiosidade fosse grande, a Comunidade permaneceu mantendo as tradições repassadas por Arthur Camilo. Nas palavras de Joaquim Bonifácio da Silva, sua mãe, Carmelinda Maria, conhecida como Dona Carmela, foi a principal responsável pela manutenção da estrutura familiar dos Arturos,

Mamãe, sempre foi mantendo aquele ritmo dele. Até pra casá a gente pedia ela. Papai ensino nós a num despreza ela, pedindo pra ficá sempre perto. Nós sempre voltava. Eu construí aqui pra ficar perto dela. Tudo que a gente ia fazê, a gente tinha que passa aqui e avisá ela. 'Mãe nós vamo em tal lugar assim'<sup>105</sup>.

Nesse contexto, os Arturos continuaram realizando anualmente suas festas, celebrações e rituais e ganhando destaque na sua cidade, no Estado de Minas Gerais, e no Brasil.

De acordo com as *Referências Culturais da Comunidade os Arturos*<sup>106</sup>, inúmeras notícias e reportagens mencionaram os Arturos em seus jornais, revistas e periódicos Já em

<sup>105</sup> GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras raízes mineiras...*, p.178.

<sup>106</sup> *Referências Culturais da Comunidade dos Arturos* - Gerência de Patrimônio Imaterial GPI/DPM. IEPHA/MG, Belo Horizonte, 2013, 149p. Em anexo. Disponível também para consulta no [http://issuu.com/luismolinari/docs/referenciasculturais\\_arturos](http://issuu.com/luismolinari/docs/referenciasculturais_arturos)

1978, o jornal Folha de São Paulo, publicou uma reportagem com o título: Festas do mês de dezembro em Minas Gerais, na qual cita a Festa do João do Mato<sup>107</sup>.

No ano de 1988, a Comunidade foi objeto de pesquisa de Núbia Gomes e Edimilson Pereira, que na oportunidade, publicaram o livro *Negras Raízes Mineiras – Os Arturos*. Durante a década de 1990, existem diversas publicações sobre os Arturos, entre elas uma de 1996, em que o mesmo periódico noticiou sobre o Encontro de Folclore de Minas Gerais, informando que estariam presentes o congado, o Moçambique e o cortejo dos Arturos<sup>108</sup>.

Nos anos 2000 houve a publicação da segunda edição do livro de Gomes e Pereira, a publicação da obra de Glaura Lucas, intitulada *Os Sons do Rosário - o congado mineiro dos Arturos e Jatobá* e do CD-livro *Cantando e Reinando com os Arturos*, da mesma autora. Além disso, as reportagens aumentaram, consideravelmente. Várias são as notícias sobre a Folia de Reis, a exposição de fotos de Eustáquio Neves sobre os Arturos, Congada, e uma, de 2004, com a seguinte chamada: “A tradição dos Arturos é mantida por 600 pessoas, que conta um pouco das histórias e das expressões tradicionais da Comunidade<sup>109</sup>”.

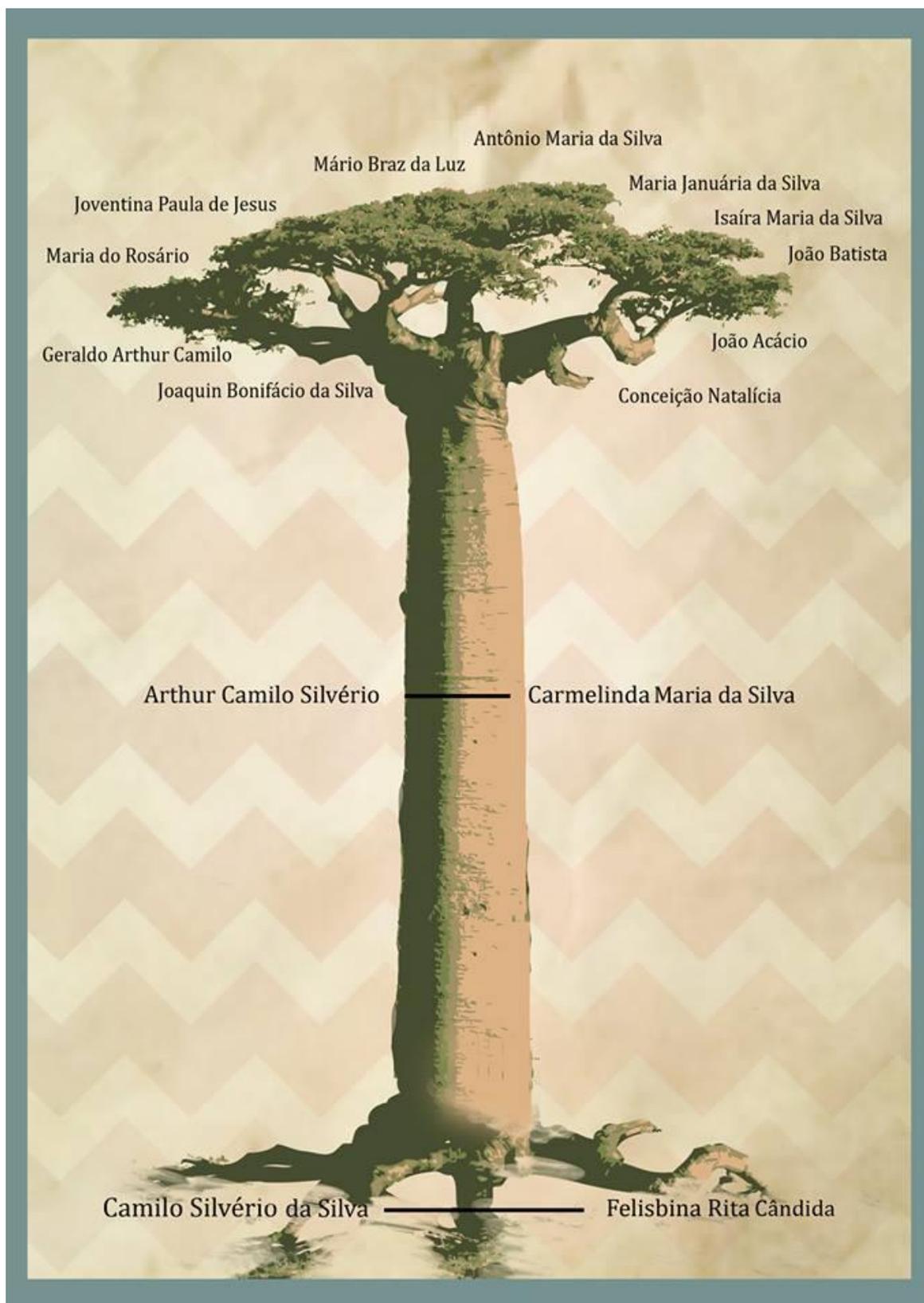
Arthur Camilo, sua esposa e seus filhos, estabeleceram nesse local, não só a sua casa, sua moradia, seu quintal, sua cozinha, mas seu *Lugar* de memória. Conclui-se, que a Comunidade dos Arturos constitui-se também em um espaço ritual, um espaço sagrado onde são levantados mastros, onde é feita a Benzeção, o Candombe, a Folia de Reis, a Festa de Nossa Senhora do Rosário e várias outras manifestações culturais do Estado de Minas Gerais e do Brasil.

---

<sup>107</sup> (Da redação). Festa do mês de dezembro em Minas Gerais. Folha de São Paulo. São Paulo, 1 dez. 1978. Turismo, pag. 35

<sup>108</sup> (Da reportagem local). Encontro de Folclore vai até esse domingo: Estados Apresentam danças folclóricas. Folha de São Paulo, São Paulo, 30 ago. 1996. Especial, pag. 4.

<sup>109</sup> (Da redação). Documentário: a tradição dos Arturos é mantida por 600 pessoas. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 jul. 2004. Ilustrada/televisão, pág. 7.



**Figura 6:** Árvore genealógica dos Arturos.

**Fonte:** Foto Acervo IEPHA.

## 1.6 Os lugares simbólicos da Comunidade

A partir do inventário de natureza imaterial e das considerações feitas anteriormente, constata-se que a Comunidade dos Arturos, com seus múltiplos elementos, constitui-se em um Lugar de referências culturais que lhe conferem importância para o Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Minas Gerais. Para se esclarecer o pleno sentido do espaço comunal, é oportuno discutir alguns conceitos úteis para a compreensão da Comunidade dos Arturos como Lugar.

Desde Durkheim e Mauss, em *Algumas Formas Primitivas de Classificação*<sup>110</sup> que a teoria antropológico-sociológica está ciente da importância do espaço social na classificação ontológica do mundo em que se vive. Analisando as classificações espaciais operadas por povos tribais<sup>111</sup>, Durkheim e Mauss encontraram os primeiros indícios dos métodos científicos de análise, os primeiros princípios classificatórios do mundo sensível que se complexificariam até chegar às ordenações científicas atuais. O que interessa nos estudos realizados pelos autores é o fato de que nas sociedades por eles estudadas, tanto as coisas, como as funções sociais são repartidas em diferentes regiões do espaço vivido.

É que cada região tem seu valor afetivo próprio. Sob a influência de sentimentos diversos, ela é referida a um princípio religioso especial e, por conseguinte, é dotada de virtudes *sui generis* que a distinguem de qualquer outra. E é este valor emocional das noções que desempenha o papel preponderante na maneira pela qual as idéias se aproximam ou se separam. É ela que serve de caráter dominador na classificação<sup>112</sup>.

O espaço vivido e dotado de significados é lido pelo geógrafo Yi-Fu Tuan por meio do conceito de lugar: “o espaço é mais abstrato do que o lugar. O que começa como espaço indiferenciado, transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de

<sup>110</sup> DURKHEIM, Emile; MAUSS, Marcel (1903). *Algumas Formas Primitivas de Classificação*. In Marcel Mauss, *Ensaio de Sociologia*. Perspectiva.(s/a).

<sup>111</sup> - Na época, apesar da importância inequívoca de seus estudos para as ciências sociais, os autores foram influenciados pelo evolucionismo, preconizando hierarquias entre as diferentes sociedades. Os povos tribais eram “objetos” de estudo preferenciais por estarem vivendo um estágio civilizacional por que as sociedades judaico-cristãs “ocidentais” já teriam passado e as sociedades tidas por “primitivas” ainda alcançariam.

<sup>112</sup> DURKHEIM, Emile; MAUSS, Marcel (1903). *Algumas Formas Primitivas de Classificação*. In Marcel Mauss, *Ensaio de Sociologia*. Perspectiva.(s/a), p. 453-54.

valor<sup>113</sup>.” O lugar da Comunidade é então redimensionado no espaço ao dotá-lo de sensações, afetos e referências da história vivida. Nesse sentido, a também geógrafa Ana Fandi Alessandri Carlos afirma que o lugar guarda em si, “não fora dele, os seus significados e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo”<sup>114</sup>.

Desse modo, procurou-se identificar nos Arturos e nos espaços externos apropriados simbolicamente, quais lugares eram os mais importantes para a Comunidade. Pode-se dizer que tais lugares possuem vínculos com sua religiosidade e com as moradias pertencentes aos ancestrais vivos e/ou falecidos. Dentre estas se destacam a Casa Paterna<sup>115</sup> e as casas onde são erguidos os mastros durante o período festivo de manifestação da fé da Comunidade. Os lugares de moradia não são dissociados da religiosidade, uma vez que eles são referência para o percurso efetuado nas Festas de Nossa Senhora do Rosário e na Festa da Abolição, além de serem lugares reverenciados por sua ligação com a ancestralidade familiar e com a posição uma vez ocupada por essa pessoa dentro da hierarquia do Reinado.

É importante mencionar os espaços externos à Comunidade que fazem parte do percurso ritual das celebrações das Festas de Nossa Senhora do Rosário e da Festa da Abolição. Um desses lugares apropriados afetivamente pela Comunidade é a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, onde é celebrada a Missa Conga<sup>116</sup> e são realizados atos rituais devocionais no cruzeiro localizado no adro da Igreja. Próximo ao cruzeiro, são erguidos para as Festas, os mastros com suas respectivas bandeiras estampadas pelos santos de devoção da comunidade, onde também são feitos atos de reverência ritual. Outro espaço externo importante para as manifestações de fé da comunidade é o cruzeiro da praça da Casa da Cultura<sup>117</sup>, onde são erguidos os mastros de aviso da Festa de Nossa Senhora do Rosário, no

<sup>113</sup> TUAN, Yi Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983, p. 6.

<sup>114</sup> CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 16.

<sup>115</sup> Onde moravam Arthur e Carmelinda. Atualmente residem nesta casa o filho do casal Mário Braz da Luz e sua esposa Maria Auxiliadora.

<sup>116</sup> A Missa Conga tem a mesma estrutura do rito católico. A diferença básica está nas músicas cantadas pelas guardas e no toque do tambor. Os cantos são entoados alternadamente pelas duas guardas. Nessa cerimônia, a realeza negra ocupa a parte da frente da igreja e no momento do ofertório depositam os objetos sagrados do Reinado no altar como as coroas, bastões e espadas. Ao final da missa, os reis e rainhas são recoroados.

<sup>117</sup> A Casa da Cultura Nair Mendes Moreira fica localizada na praça Vereador Josias Belém, número 1, no Centro. “Construída no século XVIII, tradicionalmente conhecida como “Casa do Registro”, é considerada a casa mais antiga da cidade e um dos núcleos de origem da antiga “Contagem das Abóboras”. A construção simboliza

décimo quinto dia anterior à Festa. São lugares que fazem parte da tradição das cerimônias festivas realizadas pela Comunidade, desde a sua formação. José Bonifácio, o Capitão do Moçambique Bengala, diz que vinha dormir próximo à praça junto ao seu pai, quando os congadeiros dormiam nos casarões próximos: “Tinha muita bananeira e aí a gente cortava para o papai, não levava colchão nem nada, forrava aqueles panos grandes assim, aquela turma...”<sup>118</sup>.

Tais lugares fornecem estabilidade material, afetiva e histórica à Comunidade. Estabilidade que, segundo o discípulo de Durkheim, Maurice Halbwachs<sup>119</sup>, está suscetível às mudanças devido às modificações no espaço ou na composição do grupo, como uma morte ou um casamento. Acontecimentos que permitiriam a tomada de consciência dos vínculos que mantêm o grupo coeso no momento em que também poderiam se romper. As mudanças ocorridas por tais acontecimentos, para Halbwachs, além de fortalecer o sentimento de pertencimento, causam uma mudança nas relações do grupo com o lugar.

Na Comunidade dos Arturos, José Bonifácio contou um fato que pode servir para se pensar sobre a questão das mudanças no espaço geográfico. Segundo ele, a Capela existente na Comunidade foi construída entre os anos de 1975-76, logo após a demolição da Capela do Rosário, em 1973, lugar devocional de grande importância para o grupo. Nesse momento poderia se dizer que a Comunidade se reestruturou e se fortaleceu “porque os vínculos que os ligava ao lugar se tornaram mais claros, no momento em que iam se romper<sup>120</sup>”, o que poderia acontecer se a capela comunitária não fosse construída.

Apesar de Bengala contar que já havia intenção por parte da Comunidade de se construir uma capela em seu terreno, a demolição da antiga capela precipitou um caráter de urgência na concretização do antigo plano. Ocupando um lugar privilegiado Comunidade, com uma grande área a sua frente, bem como um cruzeiro, poder-se-ia dizer que é o coração da religiosidade dos Arturos. O valor do sagrado, confundindo-se com o valor afetivo e potencializado pelas memórias e vivências religiosas, seja nas comemorações do

---

o "posto de registro" instalado na região das por volta de 1716". PREFEITURA DE CONTAGEM. Disponível em <[http://www.contagem.mg.gov.br/?es=patrimonio\\_historico&artigo=111950](http://www.contagem.mg.gov.br/?es=patrimonio_historico&artigo=111950)> Acesso em 22 abr. 2014.

<sup>118</sup> LUZ, José Bonifácio da. Comunidade dos Arturos. 13 de novembro, 2013. Contagem: Inventário para fins de Registro da Comunidade dos Arturos – IEPHA /MG. Entrevista concedida a Leonardo Augusto Silva de Freitas.

<sup>119</sup> HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva e o Espaço. In. “A Memória Coletiva”. Edit. Vértice, s/a. p. 134.

<sup>120</sup> HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva ..., p. 134.

Reinado, nas cerimônias do Candombe, seja no cotidiano, mistura-se com a própria Comunidade, fortalecendo-a. Nas palavras de Bengala:

[...] que ali é onde eu levo meus neto, levo meus filho. Ali, por exemplo, pra mim ir numa igreja fora daqui da minha comunidade é, às vezes, eu posso ir e não posso levar meus netos porque eles tão descalço, eles tão com, e ali não, ali nós temos nossa comunidade do nosso jeito. Se eu chegar lá com meus netos eles podem entrar descalço, eles podem entrar, né, sendo que tão vestido eles pode entrar da maneira que eles tivé. Se eu sentir que eles precisa tá entrando dentro da igreja eu posso pegar eles. E às vezes em outra igreja você fica restrito a muitas coisas. Então, é muito importante pra comunidade, foi muito importante pra nossa comunidade nós construir a nossa capelinha, tá?<sup>121</sup>.

A ligação que é mantida com os membros da comunidade falecidos também ocorre, mas não somente<sup>122</sup>, na Capela:

Porque ali nós depositamos tudo que era deles: os bastões, as coroa, né. inclusive até a farda, o fardamento de alguns deles tem. [...] Então, a gente sente que ali dentro tem uma força deles ali com a gente, né, que você vê que quando a gente vai fazer a abertura do congado [...] a gente tá, é, concentrado e pedindo força, pedindo pros nossos ancestrais que a gente percebe que eles estão por ali, né. Então é muito importante pra gente<sup>123</sup>.

Na imagem a seguir pode-se visualizar a riqueza do altar da Capela dos Arturos onde estão dispostas as imagens dos santos de devoção, bem como as bandeiras das Guardas de Congado, as coroas utilizadas pelo “trono coroado”, os bastões de mando dos capitães, além dos retratos do pai fundador da Comunidade, Arthur Camilo, (esquerda) e de José Aristides, Rei do Congado em Minas Gerais e amigo de Arthur (direita).

<sup>121</sup> LUZ, José Bonifácio da. Comunidade dos Arturos. 13 de novembro, 2013. Contagem: Inventário para fins de Registro da Comunidade dos Arturos – IEPHA /MG. Entrevista concedida a Leonardo Augusto Silva de Freitas.

<sup>122</sup> As casas dos ancestrais, os cruzeiros distribuídos pelo terreno comunitário, os mastros festivos, todos eles também são meios de contato com a esfera divina e os mortos.

<sup>123</sup> LUZ, José Bonifácio da. Comunidade dos Arturos. 13 de novembro, 2013. Contagem: Inventário para fins de Registro da Comunidade dos Arturos – IEPHA /MG. Entrevista concedida a Leonardo Augusto Silva de Freitas.



**Figura 7:** Altar da Capela da Comunidade dos Arturos.

**Fonte:** Acervo IEPHA.

Devido à importância simbólica e material concedida à Capela, pode-se defini-la como “centro”, na conceituação de Mircea Eliade<sup>124</sup>. Segundo ele, o *axis mundi*, consiste num ponto de orientação ideal da criação, onde se encontra a fonte de toda a realidade e da energia da vida. É todo espaço consagrado, onde há intersecção dos níveis cósmicos, onde se verifica uma possibilidade de ruptura e/ou junção entre o céu e a terra. A importância da Capela para a Comunidade impõe a noção, em Eliade, do homem religioso que “deseja viver o mais perto possível do Centro do Mundo”. O autor completa dizendo que “o homem religioso experimenta a necessidade de existir sempre num mundo total e organizado [...]”<sup>125</sup>.

O espaço religioso materializado na Capela possibilita a expressão de uma disposição de espírito dos fiéis. Eles compartilham a história da saga familiar e o legado deixado pelos ancestrais na vivência da fé em Nossa Senhora do Rosário, que tem na celebração do congado sua manifestação de fé mais pungente. Há, dessa maneira, essa memória coletiva

<sup>124</sup> ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

<sup>125</sup> ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano: a essência das religiões..., p. 43.

religiosa que se manifesta na disposição de espírito dos fiéis. Para Halbwachs, essa disposição para o culto assinala para “uma certa inclinação e direção uniforme da sensibilidade e do pensamento, está aí o fundamento e o conteúdo da memória afetiva religiosa.”<sup>126</sup>

Outro espaço guardado na memória afetiva da comunidade é a Casa Paterna. Símbolo da luta contra a opressão no trabalho, resgate da independência e liberdade na condução da vida familiar pautada na fé em Nossa Senhora do Rosário, a casa foi local de reunião familiar para a transmissão da história ancestral e dos saberes. Antes da construção da Capela, constituiu-se como o local apropriado para as rezas e da prática da cerimônia primeira da Comunidade, o Candombe. Para que a casa se transformasse na referência afetiva que é hoje na memória dos membros da Comunidade, um longo processo foi realizado. Um início, como bem poderia ser outro, pode ser identificado no conselho de Arthur para que seu filho mais velho Geraldo, que já trabalhava numa fazenda próxima, se mudasse para o terreno que herdara do pai, Camillo Silvério. É Antônio quem diz:

Aí, quando chegou aqui tinha Engenho de fazer farinha e carreiro e tudo, as minhas irmãs veio trabalhar no Engenho de fazer farinha, aí. Mas no dia de sábado, depois que elas acaba o serviço, ela arrancava daqui a pé e ia lá no Macuco. Lá no distrito de Esmeraldas, perto de Esmeraldas, levar um trocadinho, pra ajudá papai, que nós era muito irmão, as minhas irmã. (...) (...) E atrás, na traseira do carro, assim, amarrava uma vara assim e pra pô minha vó, assim, que foi escrava, chamava Maria do Amparo, morreu aqui com cento e tantos anos. (...) é umas histórias meio, né, que a pessoa pensa assim que não credita no que a gente fala. (...) Papai quando veio, nós não foi ali, nós não morava ali não, era ali embaixo perto da casa de, daquela casa de parafuso. Depois de passado de tempo que ele fez, nós morou muito no rancho de sapé ali, ó. De capim, era coberto de capim. Não tinha tijolo, era barro, molhava barro com mão. Cavacava aquela porção de terra assim, pegava a gente que era mais menino, moleque e punha pisando naquilo, massando, pra podê dá liga pra pegá dentro das vara. E marrava as varinha, assim, longe um do outro (...) [pau a pique] nós moramos foi nisso aí muito tempo. Aí, depois é que fez adobe! Nos fizemos adobe pra construir aquela casa. Depois tijolinho! Pra depois tijolo furado! É assim que foi, a vinda nossa pra cá foi assim. [tinha 12 anos na época; casa que hoje mora Parafuso, que foi Geraldo Parafuso, aleijado, casado com Joventino, deve ter mais de 100 anos] (...) é o que eu tava falando: ninguém fica satisfeito com o que tem. é o tal de quando ocê começa a comer um pedacinho de carne, você quer passar a comer só filé. Que aquela carne não serve mais. É o caso que aconteceu com a gente. A gente foi, aí, tentei, ‘ah, vão fazê uma casa, vão coisa’. Foi fazê adobe. Mas adobe também era pisado, era pisado no barro. Era...cê conhece adobe, né? Pois é, a gente fazia terra de adobe, foi aí que construiu seu

<sup>126</sup> HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva e o Espaço. In. “A Memória Coletiva”. Edit. Vértice, s/a., p. 155.

Marcolino, se...o filho dele. Como é que chamava meu Deus? Esqueci o nome do filho. Foi que fez aquela casa ali pra papai. (...) o depósito que tem em Contagem, de material, que vendeu as teia pra papai (...) Eu devia tá com 18, 17 anos que nós mudemos praquela casa<sup>127</sup>.

Do rancho de sapé, passando pela casa de pau-a-pique, ao adobe, até o tijolo de cerâmica, a Casa Paterna transformou-se e adaptou-se de acordo com o tempo, assim como a própria Comunidade dos Arturos. Como uma Comunidade que se funda por meio de processos históricos ligados intimamente ao período escravista e às tradições afro-brasileiras que se conformaram no período, pode-se falar da identidade dos Arturos como uma “identidade étnica”<sup>128</sup> que resulta da memória de uma história compartilhada, de uma origem particular e da relação que os membros da comunidade estabelecem com a história familiar. Assim, como pode-se falar sempre de uma Casa Paterna, apesar dos diferentes aspectos assumidos pela casa durante a história comunitária, do mesmo modo pode-se afirmar que as manifestações tradicionais presentes na Comunidade dos Arturos mantêm em sua essência o legado ensinado por Arthur e Carmelinda.

### 1.7. Expressões, Ritos, Ofícios e Celebrações

Conforme visto durante a construção sócio-histórica de todo o Dossiê, ao longo dos anos, a Comunidade dos Arturos passou a se constituir como um lugar de referência cultural e de resistência. Um lugar onde se vive, e se preservam diversas tradições da cultura brasileira. Seja na vivência diária no seu espaço comunitário, nos momentos rituais nas ruas, Igrejas e Cruzeiros de Contagem, ou em outras cidades, estados e países, os Arturos reproduzem a diversidade das práticas culturais coletivas repassadas pelos seus ancestrais.

Os sons e os ritmos ditados pelas batidas dos tambores são constantes em todos os momentos e estão presentes no Batuque, na Folia de Reis, no Candombe, no Reinado de Nossa Senhora do Rosário, na Festa da Abolição e na Festa do João do Mato. Nos quintas e

<sup>127</sup> Nas mudanças construtivas por que a “Casa Paterna” passou ao longo da história dos Arturos, é interessante notar o domínio de todas as técnicas construtivas pela Comunidade.

<sup>128</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Negros Estrangeiros...p.18.

nas matas da Comunidade permanecem as antigas práticas dos conhecimentos relacionados às raízes e plantas. Nos Arturos também estão presentes o ofício e rito da Benzeção, da construção de tambores, as guardas do congado, a culinária e de tantos outros que serão apresentados a seguir.

## Reinado



**Figura 8:** D. Lucinha, Rainha do Império (Tetane) e bisneto.

**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.



**Figura 9:** Guarda durante a festa de Nossa Senhora do Rosário.

**Fonte:** Foto Osvaldo Afonso.

O Reinado possui um significado amplo e profundo, é uma cosmovisão, uma concepção de mundo que organiza a vida dos grupos que dele participam, definindo ações e posturas diante da realidade.<sup>129</sup> Para os Arturos, o ano está dividido em dois tempos: o período do reino “aberto” e o período do reino “fechado”. De forma mais simplificada, o Reinado, é o momento em que o Candombe e as guardas estão ativos, a parte do ano em que os tambores tocam e os congadeiros cumprem a missão de louvar a Virgem do Rosário.

Muitos denominam o *Reinado* como o *Congado dos Arturos*. Embora as duas palavras sejam utilizadas, é importante destacar que a denominação não é consensual, nem entre os Arturos, nem entre estudiosos e existem diversas argumentações sobre o tema. Ponto

<sup>129</sup> De acordo com Leda Martins, “Os Reinados negros podem ser lidos como um microsistema que opera no interior do macrosistema, dramatizando um modo de reelaboração secular e religioso diverso, inscrito no cotidiano das Comunidades, expressão de uma cosmovisão e de uma vivência do sagrado singulares”. MARTINS, leda Maria. *Afrografias da memória: o reinado no jatobá*. São Paulo: perspectiva: Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997 .

pacífico é que, para a Comunidade dos Arturos, tal nomenclatura não altera a vivência, tão pouco a fé e as tradições vinculadas a devoção a Nossa Senhora do Rosário.<sup>130</sup>

Podemos descrever o Reinado como a junção entre um conjunto de crenças e valores africanos, especialmente de origem banto, integrados à fé e a liturgia católica. E é essa cosmovisão de vida que rege a prática comunitária dos Arturos. O culto aos ancestrais, a crença de que passado e presente coexistem em um mesmo plano, somados a devoção à Virgem do Rosário e à Santíssima Trindade, permite vislumbrar o eixo central dessa fé, compartilhada e vivenciada durante todo o ano.

O reino aberto é, portanto, o período mais importante no ano da Comunidade. É o momento em que reis, rainhas, guardas e todo o séquito cumprem sua função sagrada, seu dever. Também é o período em que os tambores sagrados, capazes de fazer o elo entre a dimensão dos vivos e dos antepassados mortos, tocam. Os principais deles são tocados durante a cerimônia do Candombe, conhecido como é chamado de “Pai do Reinado”. Nesse período também atuam a Guarda de Moçambique, responsável por conduzir o Trono Coroado, e a Guarda do Congo, que vai à frente, limpando os caminhos para que o Moçambique e a Realeza passem.

*a família aqui toda nasceu dentro do Reinado. Então não existe, porque o pessoal fala Congado, mas antigamente era Reinado. Agora, o pessoal, aqui, porque aí esses vindouros não sabe o quê que é. Porque aqui é Contagem, somos a cidade mais rica que existe por aqui, é Contagem. Porque ela tem um Reino, que é esse pedaço de terrinha de papai. Que isso que cês tá vendo essa Comunidade aqui foi formada por Arthur Camilo Silvério um Reino, aqui dentro. Que nós nunca brincou na guarda de fora, nós nunca saiu pra outra guarda, nós sempre aqui com ele. Então, se chama Reinado. Eu acredito que é o lugar que Nossa Senhora tá presente aqui com nós toda hora, que isso aqui é Dela, não é nosso.*

**“Seu” Antônio.**

<sup>130</sup> A utilização do Reinado foi estabelecida em conjunto com a Comunidade, em função do entendimento de que a denominação Reinado poderia representar melhor os valores expressos pelo bem cultural.

## Candombe



**Figura 10:** Cerimônia do Candombe com os três tambores da Comunidade.

**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.



**Figura 11:** Primeiro tambor da Comunidade.

**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.

O Candombe tem significados distintos, pode ser entendido tanto como os tambores sagrados quanto a cerimônia que se realiza em torno deles. Na América Latina, especialmente no Uruguai, também existem rituais denominados de Candombe, no entanto, seus repertórios variam conforme o local. Unanimidade é a presença dos tambores sagrados, instrumentos que, segundo a crença, são capazes de unir o passado ao presente, a dimensão dos antepassados à dimensão dos viventes.

Em Minas Gerais, o Candombe ocorre em alguns lugares e tem a característica de ser mais reservado, sendo restrito a um grupo familiar ou Comunidade. Para os Arturos, o Candombe é a cerimônia mais solene, importante e profunda de todo o Reinado. Segundo as crenças do Congado, foram seus instrumentos que retiraram Nossa Senhora das águas, dando início ao seu reinado na terra, ou o segundo reinado, – o primeiro reinado de Nossa Senhora é no céu, junto a Deus e seus anjos. O Candombe também é o momento de se lembrar do passado de sofrimento e dor, vivido por seus ancestrais escravos, que se fazem presentes naquele momento<sup>131</sup>.

Na Comunidade estão presentes três tambores sagrados: *Santana*, *Santaninha* e *Jeremias*. O primeiro serviu de andor para Nossa Senhora do Rosário no trajeto até o altar.

<sup>131</sup> MARTINS, Saul. Congado: família de sete irmãos. Belo Horizonte: SESC, 1988. 48p; LUCAS, Glaura. *Os sons do Rosário* – O congado mineiro dos Arturos e do Jatobá. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

Os Arturos acreditam que seus tambores são muito antigos, ainda do período da escravidão, e que foram os escravos que construíram. Dizem que foram doados por José Aristides, importante congadeiro, a Arthur Camilo Silvério.

Não se tem uma referência exata de quando o ritual começou a ser realizado nos Arturos. Acredita-se que Arthur Camilo já participasse do Candombe antes da formação da Comunidade, pois já realizava o ritual juntamente com Virgolino, fundador da Irmandade do Jatobá, e outros capitães do congado da região.

O Candombe abre e fecha o Reinado e é realizado somente nesse período: “A abertura é com os tambor. Primeiro tem que dar o sinal nos tambor. Tem que falar a linguagem nos tambor. Bate uma volta de Candombe, ou duas ou três.”(Geraldo Arthur Camilo em entrevista para Glaura Lucas)

A cerimônia acontece no interior da capela do Rosário e consiste em tocar os candombes, percutidos pelas mãos, enquanto um grupo de homens, mulheres e, eventualmente, crianças propõe pontos (cantos) e dançam. Antes de iniciar o rito é preciso pedir licença aos tambores. Segundo os participantes, os cantos propostos no Candombe são os pontos que eram cantados pelos escravos e tinham significado secreto, usado para se comunicarem.

*Então ficô seno o tambô sagrado, o Candome. É ele tiro ela. Num tambô ela veio sentada, igual andô. É Santana. Por isso nós começa o candome assim: Ê tamborete sagrado.*

**Geraldo Artur, filho de Arthur Camilo, falecido na década de 1970**

*É preciso pedir licença aos tambores e pedir a benção do Pai Eterno, pedir licença para entrar na casa dele.” “Eu me sinto com mais de cem anos, quando tô tocando o Santana.*

**José Bonifácio da Luz (Bengala)**

## Guarda de Congo



**Figura 12:** Guarda de Congo chegando à Comunidade.  
**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.



**Figura 13:** Guarda de Congo.  
**Fonte:** Foto Osvaldo Afonso.

As guardas existentes no Reinado, como a Guarda de Congo, estão relacionadas com os processos de mestiçagem cultural<sup>132</sup> ocorridos entre a fé cristã católica e os escravos negros. Tal estrutura consistia nas práticas sincréticas exercidas pelos escravos, como a coroação dos reis negros e os festejos com dança, música e teatro.

Na América Portuguesa, as celebrações religiosas associadas à devoção dos santos negros ganharam força no século XVIII, ampliando a prática do Reinado/Congado nas Comunidades negras. A celebração era e é permeada por influências africanas e europeias, mas os instrumentos, os ritmos e a eleição dos reis, apresentavam fundamentos essencialmente afros. Ainda que subjetiva, a ritualização desse costume carregava uma configuração social proveniente da África, com hierarquização, linhagem e reverência à ancestralidade. Nesses festejos, a figura de Nossa Senhora do Rosário é superior, é por ela que se dança, canta e vive.

Nesse contexto, a identidade da Guarda de Congo se constitui a partir da crença no aparecimento de Nossa Senhora do Rosário nas águas. Segundo a narrativa, o Congo se dirigiu para a areia, tocando seus instrumentos para que a santa saísse do mar, no entanto, apenas conseguiu fazer com que a imagem se movesse rapidamente, sendo retirada das águas somente pelos negros mais velhos, os moçambiqueiros. Nessa perspectiva, a Guarda

<sup>132</sup> A Mestiçagem Cultural é um processo de mesclas entre diferentes culturas e povos que resultam em algo novo com influências diversas das culturas que lhe deram origem.

de Congo vai à frente de todos os cortejos, com um canto alegre e festivo, enfeitando e abrindo caminho para a Guarda de Moçambique e o Reino passarem.

Na Comunidade dos Arturos, a Guarda de Congo foi formada, no final dos anos 50. É composta por homens e mulheres de várias idades. A guarda apresenta ocupações como a do Capitão-mor, Capitão-guia, entre outros. O Rei e a Rainha Conga são as principais referências religiosas, a representação do reino das nações africanas, e é a sua presença que constitui o Reinado dos Arturos. Com essa estrutura, a Guarda de Congo segue limpando o percurso e enfrentando os males. Anuncia também, com suas alegorias, fitas, brilhos e cores, o Trono Coroado.

*Então, na minha Comunidade, eu sou feliz por causa disso. Eles me dão apoio, eles me dão aquilo que eu quero, aquela liberdade de ser um mestre de Congo, aonde eu tenho a minha sobrinha, a minha prima, as minhas tias, os filhos deles, todos compartilham comigo na Guarda do Congo. A partir do momento que eles uniformiza, que eles estão entregues à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.*

**José Bonifácio da Luz (Bengala).**

*Aí convidaram a guarda pra ir lá tirar ela foi o congo, né. O congo tem viola, tem pandeiro, tem muita fita, ela gostou do canto. O Moçambique é mais lento, ele foi, ela gostou, e os tambor bateu, ela tem os Santana, chama Santana porque ela saiu do mar e sentou nele.*

**“Seu” Mário.**

## Guarda de Moçambique



**Figura 14:** Chegada da Guarda de Moçambique à Casa Paterna.

**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.



**Figura 15:** Integrante da Guarda de Moçambique com seu tambor.

**Fonte:** Foto Osvaldo Afonso.

A formação da Guarda de Moçambique também tem sua origem associada ao sincretismo religioso entre a matriz africana e a europeia, provenientes da interação portuguesa e do tráfico de escravos do século XVI. Nesse contexto, a fé católica foi introduzida no imaginário da população cativa trazida para a colônia portuguesa, propiciando o surgimento de ritos, festejos e celebrações, resultando em um “catolicismo negro” na colônia. Ao passo que os dogmas católicos eram utilizados como instrumento de dominação, os santos negros se apresentavam como elemento de proteção e amparo à sociedade africana escravizada.

Nessa conjuntura, de acordo com a fundamentação mítica, as guardas de Congado teriam se formado ainda na África, quando a imagem de Nossa Senhora do Rosário apareceu nas águas. Conforme a lenda, inicialmente a Guarda de Congo se dirigiu para a areia tocando seus instrumentos, na tentativa de retirar a santa do mar, mas a imagem apenas se movimentou rapidamente. Posteriormente, os negros mais velhos, os moçambiqueiros, bateram seus tambores, cantaram e pediram que a santa os protegesse, pedido que foi atendido. Então a Nossa Senhora do Rosário se encaminhou, no movimento das ondas, lentamente, até chegar à margem, lhes concedendo a graça de retirá-la da água. Os negros carregaram a Santa sobre seus tambores: o Santana, Santaninha e Jeremias, instrumentos sagrados utilizados no Candombe. Assim, é a partir dessa crença que a Guarda de Moçambique atua, lembrando a origem de seus antepassados africanos.

Nos cortejos o Moçambique caminha após o Congo, com ritmo e canto lento e pausado, acompanhado por uma dança vertical, rememorando o sofrimento dos seus ancestrais africanos. Os moçambiques são conhecidos como os “donos de Coroa”, os responsáveis pela condução e proteção do Trono Coroado. A Guarda é composta essencialmente pelos homens mais velhos da Comunidade, embora também possua membros de outras idades e do sexo feminino.

Atualmente, as principais referências nas guardas, tanto no Congo quanto no Moçambique, são o Sr. Antônio Maria da Silva, Mestre da Guarda de Moçambique e Capitão Regente da Comunidade e Mário Braz da Luz, Capitão-Mor da Comunidade, ambos filhos de Arthur Camilo e Carmelinda Maria.

*Maçambique é de nego véio que sabe das coisa. É mais antigo, da linha de Angola, de nego da Costa. Antigamente eles falava língua de nego e ninguém entendia. O Congo é mais vassourinha, mais de caboclo. Más nós é que guarda o Maçambique, ali na frente. Eles vem mais atrás, guardando a coroa e os rei.*

**“Seu” Mário.**

## Festa de Nossa Senhora do Rosário



**Figura 16:** Reunião das Guardas de Congo e Moçambique na Comunidade durante a Festa do Rosário.

**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.



**Figura 17:** Festa de Nossa Senhora do Rosário de 1993.

**Fonte:** Foto Lúcio Dias.

As Festas em louvor a Nossa Senhora do Rosário acontecem por toda Minas Gerais. A devoção a Santa está relacionada à ajuda aos mais necessitados e aos escravos negros. A Festa do Rosário da Comunidade dos Arturos é uma celebração extremamente importante, é o momento onde todos se reúnem em diferentes funções e louvam a virgem.

A festa é antiga, desde meados do século XIX, e a devoção à santa já existia e a festa era realizada pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem, formada em 1867. A Irmandade possui forte relação com a Comunidade dos Arturos sendo vista, atualmente, como extensão uma da outra. Segundo os relatos, Arthur Camilo, saía da Fazenda do Macuco, acompanhado pela esposa e pelos filhos, para participar dos eventos em devoção à Virgem do Rosário em Contagem. A devoção e participação na festa tornaram Arthur reconhecido, até hoje, como importante capitão do Congado. A Comunidade seguiu participando da celebração e cada vez mais se tornou responsável pela festividade, e na década de 1970 passou a ter a predominância.

A festa reúne uma série de ritos e expressões culturais que ocorrem simultaneamente em diversos locais. Durante o evento, as guardas, cada qual com seu ritmo e vestuários próprios, tocam em louvor aos santos. Todos agradecem pela vida, relembram o tempo de cativo e pedem bençãos aos reis. A celebração segue com o levantamento dos

mastros e estandartes festivos. Os cruzeiros e as imagens presentes na capela possuem dimensão simbólica e a comida se torna alimento do corpo e da alma.

Os participantes da festa são envolvidos em sua totalidade sensorial, com momentos de grande carga emocional, abrangendo os aspectos sagrados e profanos da existência. Estabelecer e reestabelecer contratos entre o sagrado e o profano sob a forma de promessas e atos devocionais, são tarefas a serem cumpridas nos três dias da festa. Músicas de devoção, acompanhadas por danças e passos característicos de cada guarda, são entoadas durante quase todos os momentos.

A festa reafirma a identidade da Comunidade dos Arturos, pois nela estão presentes as tradições herdadas dos pais fundadores. A celebração é a face mais exposta da Comunidade e por onde se torna mais conhecida e onde os elementos estéticos, da dança e de outras tradições estão em maior evidência.

*Ela é minha protetora, tenho fé com ela.*  
**Dona Tetane**

*A Senhora do Rosário aqui é a vida nossa, sabe? A gente vive dentro daquela fé viva. Qualquer coisa que a gente precisa a primeira, antes de falar mãe a gente fala Nossa Senhora do Rosário.*

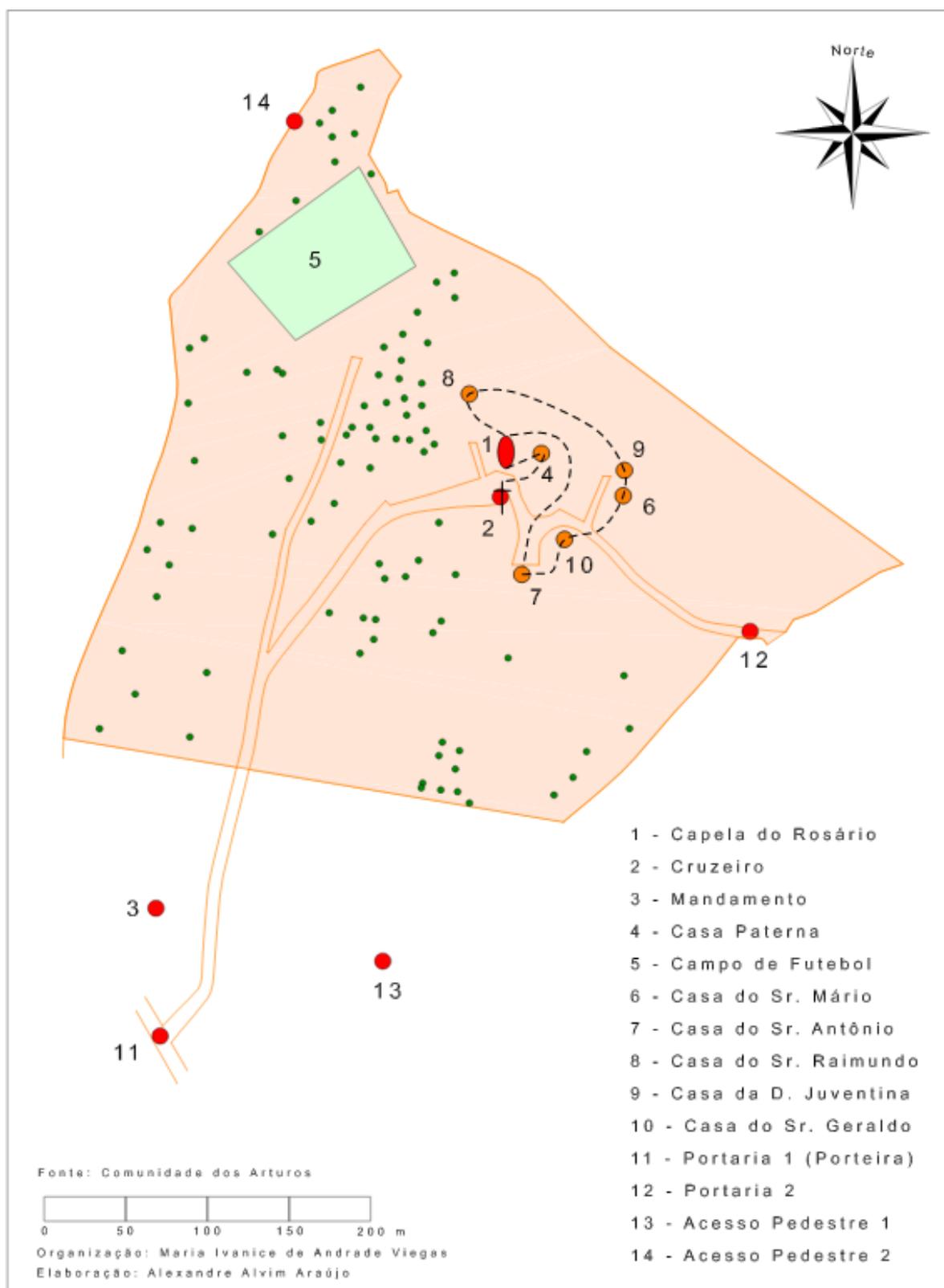
**Ana Lúcia**

*A fé em Nossa Senhora faz a gente se unir e se segurar. As vezes a gente fica assim ah hoje eu não vou, mas na hora que bate a caixa ocê lembra assim epa Senhora do Rosário! Eu não tô indo por, por mim as vezes, ocê entendeu? Eu tô indo porque eu amo Nossa Senhora do Rosário, porque tudo que eu peço ela me dar. Então pela a fé em Nossa Senhora do Rosário eu acho que isso nunca acaba.*

**Maria Lúcia**

*Porque papai criou nós dentro do rosário, se não fosse Nossa Senhora do Rosário nós talvez... Papai não tinha condição de tratar dos filhos dele, nós somos dez filhos. Pra um homem trabalhar no cabo da enxada pra tratar de dez filho não é brincadeira!*

**Seu Antônio**



**Figura 18:** Percurso das guardas dentro da Comunidade dos Arturos.  
**Fonte:** Ivanice de Andrade.

## Levantamento de Mastros



**Figura 19:** Mastros no terreiro do Capitão Antônio.  
**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.



**Figura 20:** Ritual do Levantamento de Mastro de 1993.  
**Fonte:** Foto Lúcio Dias.

O Levantamento de mastros é uma tradição ancestral celebrada originalmente em diversos países da Europa, inclusive Portugal. O hasteamento dos mastros é de origem pagã, e simbolizava a força e fertilidade masculina, também representava o ponto de conexão entre dois mundos; a terra e o céu. Ao longo do tempo o ritual sofreu modificações em sua essência original, sendo apropriada pelo catolicismo, que passou a erguer os mastros para as suas divindades.

No Brasil, a prática é realizada desde o século XVIII. Existem registros de levantamento de mastros na Bahia, em 1718 e em Pernambuco, em 1745, quando os pardos da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento, ergueram oito mastros, adornados com fitas e bandeiras de santos, nos festejos de São Gonçalo. Desde essa época, em várias localidades do país, nos dias consagrados aos santos católicos ou à Santíssima Trindade, são levantados mastros, ornados e encimados pela bandeira do homenageado<sup>133</sup>.

Em alguns lugares, o início do ritual é acompanhado por música, canto e foguetes, em outras, existe somente o “levantar da bandeira”. Todo esse ritual de içar os mastros enfeitados com fitas, laços, papéis, flores, cores e bandeiras, representa o momento de conectar a terra e o céu, é a ocasião em que o devoto encontra um ponto material de união com o sagrado, é, portanto, a verticalização do divino com o terreno.

<sup>133</sup> CÂMARA CASCUDO, Luis da. Dicionário do Folclore Brasileiro. Editora Itatiaia: Belo Horizonte, 1993.

Na Comunidade, os mastros são erguidos há pelo menos setenta anos, mas não há datação exata do primeiro hasteamento. Os Arturos levantam bandeiras em múltiplos momentos e por diversas motivações. Erguem os mastros das celebrações, de aviso, de pagamento de promessa e de devoção a determinado santo, entre outros. Os membros da Comunidade realizam o ritual em lugares simbólicos, tanto dentro da Comunidade quanto fora, como os cruzeiros, casas, igreja e capela.

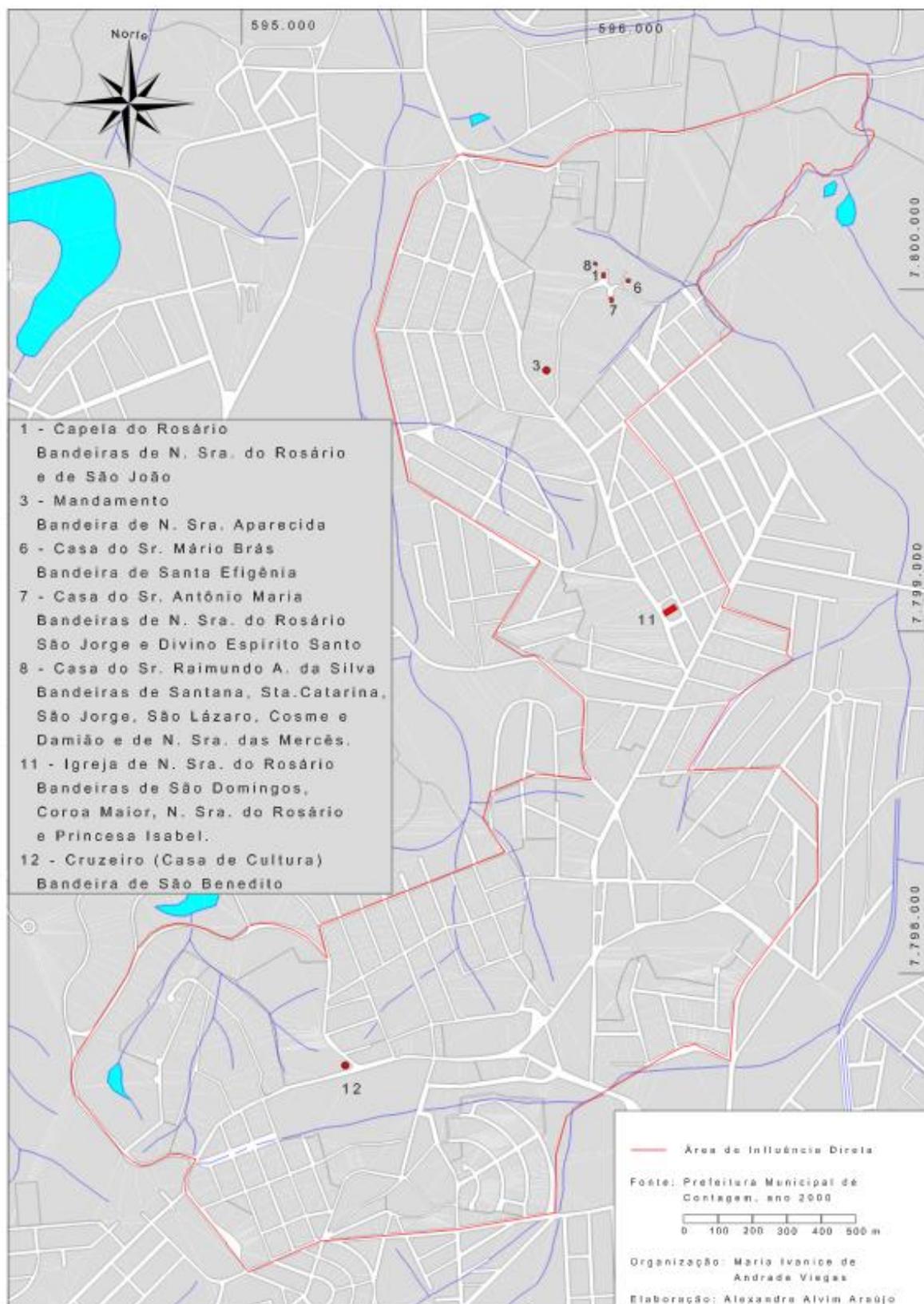
Os foguetes e os sons emitidos pelos tambores, caixas e gungas dos congadeiros anunciam o levantamento das bandeiras, momento permeado por fé, seriedade, emoção e pela dança feita em torno dos mastros pelas Guardas de Congo e Moçambique. O levantamento dos mastros constitui-se assim, em um importante momento de criação da identidade devocional da Comunidade, pois é a ocasião de demonstração de fé aos santos protetores e de cumprimento das promessas.

*Ei! Esta bandeira de papai,  
esta bandeira de mamãe,  
vamos lá no altar visitar Nossa Senhora,  
marinheiro, minha gunga saravar.*

*Eu vou levantar bandeirê, eu vou levantar bandeira  
Vou levantar bandeirê, vou levantar bandeira  
Ai olelê bandeirê, olelê bandeirê  
Eu levantei coroê, eu levantei coroa.  
Eu levantei bandeirê, eu levantei bandeira.*

*Quando você tá próximo da festa de outubro, quando levanta o mastro de aviso, ali eu acho que você reza o primeiro Pai-Nosso. Dali pra frente, você está imbuído de um contexto, que ocê sabe que vai fechar no dia de terminar a festa quando você desce os mastros, a despedida.*

**João Batista da Luz**



**Figura 21:** Locais de levantamento de Mastros e Bandeiras da Comunidade dos Arturos.  
**Fonte:** Ivanice de Andrade.

## Construção de Tambores



**Figura 22:** Preparação da madeira do corpo do tambor.

**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.



**Figura 23:** Construção de tambor dentro da Capela da Comunidade.

**Fonte:** Foto Lúcio Dias.

Os tambores são instrumentos de percussão compostos por uma membrana esticada geralmente sobre um suporte de madeira, que é golpeada para produzir o som. Os tambores se formaram, desde tempos longínquos, como instrumentos rituais e musicais em inúmeras culturas, e são considerados sagrados em sua grande maioria. Geralmente são utilizados em momentos festivos e ritualísticos, quase sempre para a comunicação e interação entre indivíduos e/ou para invocações de antepassados ou divindades.

Nos Arturos também é atribuído sentido sagrado aos tambores, possuindo grande importância na celebração dos ritos da Comunidade. Neles está atribuída a responsabilidade de manter a memória do período da escravidão, do sofrimento e resistência dos antepassados que viveram em cativeiro. A crença na sacralidade dos tambores está associada ao sentido mágico de comunicação com os ancestrais africanos e na aparição de Nossa Senhora do Rosário. Nessa narrativa os tambores do Candombe, Santana, Santaninha e Jeremias, vieram da África e estão na base fundante da devoção à Nossa Senhora do Rosário e em sua retirada das águas. Assim tais tambores só podem ser tocados nos “cantos à Nossa Senhora”.

Os demais tambores e caixas são construídos pelos próprios integrantes da Comunidade. São utilizados pelas guardas de Congo e Moçambique e também têm um

sentido sagrado, sendo tocados, preferencialmente, nas festas da Comunidade, como a Festa de Nossa Senhora do Rosário, a Festa da Abolição e a Festa do João do Mato.

A Comunidade dos Arturos constrói e dá manutenção nos tambores ao longo de todo ano, entretanto, essa atividade se intensifica nos períodos que antecedem as festividades. Além disso, os detentores desse saber realizam oficinas de construção de tambores em outras irmandades e comunidades que não carregam esse saber. A tradição da construção é antiga e se perde nos anos, sendo repassada de geração em geração dentro da Comunidade. Muito enfatizam o papel do Raimundo Afonso da Luz que detinha amplo conhecimento sobre a construção dos tambores.

*Ao som desses tambores é que várias questões foram realizadas. Desde a vinda, desde o negro ainda na África, a sua viagem, né? Aqui para o Brasil como escravo, aqui no Brasil trabalho escravo, então assim, o negro uma vez escravizado, tratados como animais era através de seus rituais que muita das vezes eles se comunicavam, porque durante o dia eles não podia nem se comunicar uns para com os outros, então as nossas tradições hoje tem uma origem, tem uma forma de ser realizada onde através dos cantos e da expressão da dança nós nos comunicamos uns para com os outros e os tambores contribuiu pra isso. E hoje a gente tem condições através do som tambores de reviver esse momentos, valorizar esses momentos dos nossos ancestrais e pra que a gente tenha condições de mostrar, de preservar e mostrar para as novas gerações o quanto é importante as nossas tradições.*

**Jorge**

*Os ancestrais da gente que não tá mais aqui quando bate o tambor parece que a gente ver eles tudo reunindo de novo.*

**Toninho**

## Festa da Abolição



**Figura 24:** Cortejo dos escravos durante a Festa da Abolição.

**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.



**Figura 25:** Criança participantes da Festa da Abolição.

**Fonte:** Foto: Lúcio Dias.

A celebração pela abolição da escravidão ocorre por todo o Brasil em lembrança ao fim do período escravocrata. Na Comunidade dos Arturos a festa faz a ligação com o tempo de cativo e com a libertação dos escravos. É o momento de rememorar a luta e o sofrimento de seus antepassados, além de possibilitar uma atualização daquele momento, revigorando o sentimento de força que os Arturos levam para a vida cotidiana.

Antigamente a festa era chamada de “Reinadinho” ou “Festa Pequena”, isso em função de durar menos dias que a chamada “Festa Grande”, em devoção a Nossa Senhora do Rosário. No início, a festa era realizada no próprio dia 13 de maio e dentro da Comunidade, todavia, a partir da década de 1970 a celebração passou a ser “Festa da abolição”. A data da realização mudou para o segundo sábado e domingo do mês de maio, e houve um aumento de presença público externo. Nesse mesmo momento o município passou apoiar a celebração, e foram introduzidos elementos como a encenação da assinatura da Lei Áurea, a caracterização de alguns Arturos como escravos, o boi e a realização da Missa Conga. Atualmente os Arturos adotam uma postura mais crítica na Festa, e utilizam o evento para discutir o papel do negro na sociedade e a luta por seus direitos.

A Festa de Abolição é um evento complexo composto por vários elementos com etapas distintas e, por vezes, simultâneas. Nos dias da celebração os Arturos, as guardas e

ternos de congado de várias cidades de Minas, a população e turistas em geral, percorrem espaços dentro e fora da Comunidade, no vai e vem de cantos e cores. A Capela da Comunidade é o ponto central de onde saem e retornam os reis, rainha e as guardas. As ruas do entorno, os Cruzeiros, as igrejas, a Casa Paterna, as casas de reis e rainhas e tantos outros, tornam-se locais de passagem obrigatória.

Em cada um desses pontos ocorrem ritos e/ou eventos específicos que variam do Candombe à Matina, passando pelo levantamento de mastros e bandeiras, rezas, pagamento de promessas, Missa Conga, cortejos com o Reinado e as guardas e ternos. Uma miríade de sons, cantos e batidas que compõem a atmosfera. Do fogão e do forno saem os alimentos do corpo e da alma, para todos que ali estão.

A Festa da Abolição é uma confraternização para celebrar a liberdade e principalmente para não esquecer o passado de sofrimento e de angústia que os antepassados dos Arturos e de grande parte da população brasileira foi submetida. Por isso “as guardas, nesta festa, privilegiam os cantos que se referem ao cativo”<sup>134</sup>.

*No tempo do cativo, quando o senhor me batia,  
Eu gritava por Nossa Senhora, Meu Deus,  
as pancadas em mim não doía,  
Eu gritava por Nossa Senhora, Meu Deus,  
as pancadas em mim não doía.*

*Eles hoje não sofre igual sofria não. Os outros sofria porque não tinha outro recurso, o recurso que tinha era aquilo mesmo. Mas hoje não, hoje tem recurso. (...) É, as autoridades protege nós. E as graças de Nossa Senhora do Rosário não deixa, ela protege a gente. Que nós sofria demais da conta!!  
Nossa Senhora!!!*

**Dona Tetane**

*Você era discriminado por ser negro, discriminado por ser Artur e discriminado por participar de manifestação afrodescendente. Porque as pessoas faziam o pré-julgamento antes de conhecer a própria história.*

**João Batista**

---

<sup>134</sup> LUCAS, Glaura. Os sons do rosário: o congado mineiro dos Arturos e Jatobá. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p.69.

## Culinária dos Arturos



**Figura 26:** Preparativos do Almoço servido na Festa da Abolição.

**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.



**Figura 27:** Almoço servido durante a Festa de N. S. do Rosário.

**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.

A culinária da Comunidade dos Arturos é um importante elemento aglutinador, promovendo a união entre os membros da família e os visitantes. Nesta dimensão, a culinária está presente em todos os momentos, desde as vivências cotidianas, até as festas, rituais e celebrações tradicionais. Ela faz parte de um *sistema culinário*,<sup>135</sup> uma relação de trocas simbólicas que integram o sabor, o gosto e o paladar, com a fé, a alegria e os agradecimentos, nos vários cafés, lanches, almoços e jantares ofertados pela Comunidade.

Nas festividades são estabelecidas aproximações entre os vários participantes. A conexão se refere, entre outras coisas, às obrigações ocasionadas pela cortesia recebida, oferecendo o alimento como forma de retribuir a visita de uma guarda. Nessa perspectiva, a comida torna-se simbólica e se une às trocas espirituais que ocorrem durante os festejos. Tal relação é ainda mais forte na Festa de Nossa Senhora do Rosário, pois o alimento é oferecido a Santa, e é por Ela que se dança, canta e vive.

Na cozinha, os alimentos produzidos fazem parte da “típica” comida mineira. Entre os ingredientes estão presentes, principalmente, os polvilhos doce e azedo, a farinha de trigo, fubá de moinho d’água e comercial, leite, açúcar, queijo, banha, manteiga, ovos, canjica,

<sup>135</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Sistemas culinários como patrimônios culturais. In.: Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios, Rio de Janeiro, 2007. p.159 – 174.

café, alfavaca, limão, coquinho licuri, arroz, feijão, macarrão, carnes, legumes, verduras, mamão, cravo da índia, urucum, cheiro verde, alho, pimenta, coco e amendoim.

Os alimentos preparados são diversos, geralmente na Festa de Nossa Senhora do Rosário há um café da manhã, com bolos e biscoitos, e no almoço, arroz, tutu de feijão, e outros pratos alternados. No João do Mato e na Folia de Reis, o cardápio também é variável, podendo ser arroz doce, caldo de mandioca, feijoada, entre outros. Assim, unindo os ingredientes às técnicas do fazer, saem das gamelas de madeira, assadeiras, panelas, caldeirões, folhas de bananeira e do almofariz, a comida que alimenta o corpo e a alma. Sua preparação, tais como os biscoitos amarelo e branco, a rosquinha, o corre-corre, o roscão ou rosca da rainha, entre outros, é um ritual que está inserido no cotidiano da Comunidade.

*[A culinária] significa que é uma tradição nossa da irmandade, da Comunidade, porque a gente vem, assim, aprendeu com nossa tia. Eu, principalmente, aprendi tudo com minha tia que já faleceu. E é bom, porque é a cultura, né, nossa e isso é uma diversão que a gente tem também. (...) a lembrança que eu tinha é que minha tia, que é falecida, como a sogra dela também, faleceu há pouco tempo, a minha mãe, minhas outras tia, minha tia Conceição, a gente vinha pra ajudar, tinha novena, (...), na casa da minha avó. E fazia os doces também, ajudava eles a fazê, que tinha, que criança num sabe muita coisa, mas elas tava ali ensinando a gente, tinha um doce de mamão que era enrolado, enroladinho, costurado, elas ensinava a gente a fazê, depois da novena a gente ia enrolando os docinho, ia fazendo, ia cortando as bandeirinha, isso tudo à noite antes da festa.*

**Lia**

## Festa do João do Mato



**Figura 28:** João do Mato encontro encontra com a Comunidade.

**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.



**Figura 29:** Ritual de expulsão do João do Mato em frente à casa paterna.

**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.

A Festa da Capina ou Festa do João do Mato está relacionada aos laços de solidariedade rural. A tradição de auxílio nas atividades de roçado, de capina, de limpeza de córregos, entre outras, eram características comuns do chamado Brasil rural e que gradativamente vem se modificando ao longo dos anos. A Festa do João do Mato se insere nesse contexto sociocultural, e por ser dinâmica, passa por mudanças.

Na Comunidade dos Arturos todos atribuem à tradição a “época do cativeiro”, remetendo ao tempo em que seus ancestrais eram escravos. Dona Tetane, Seu Mário e Seu Antônio, afirmam que seu pai, Arthur Camilo, aprendeu o rito ainda moço na Fazenda do Macuco, atual Esmeraldas/MG. Já naquele tempo, os familiares praticavam o ritual nos mutirões de capina. Atualmente a festa está se tornando cada vez menos frequente, em virtude, principalmente, da passagem do mundo rural para o urbano.

O rito consiste na expulsão do João do Mato, *símbolo antropomórfico da vegetação que nasce sem ser semeada e deve ser destruída.*<sup>136</sup> No ritual da Comunidade, os trabalhadores vão roçando o mato e entoando cantos. Em determinado momento, quando a capina chega ao fim, surge de alguma moita o João do Mato. Após se verem, os roceiros e criatura discutem e os humanos dominam e expulsam o João do Mato de suas terras com enxadas e foices. Depois de vencida, a criatura é encaminhada em cortejo até a Casa

<sup>136</sup> Tesouro do Folclore Nacional

Paterna, aonde é feita uma proposta. Os trabalhadores oferecem uma prenda em troca de deixar as terras. O João do Mato aceita o presente e vai embora, mas não sem antes dizer que irá voltar no próximo ano e ocupar os lugares que não foram cuidados. Depois todas as crianças são chamadas para retirar as folhas e revelar a identidade do João do Mato, até então desconhecida.

O João do Mato informa sobre o comportamento da natureza e educa sobre como cuidar da terra para que os homens consigam cultivá-la. O rito deve acontecer antes do natal e geralmente ocorre na segunda semana de dezembro.

*Antigamente dava gosto porque tinha capina grande de até quarenta home. Hoje num tem mais. Meu pai era chegado de mio e era chamado longe pra capiná. A urtima veiz que fui com ele foi em Ismeralda e tinha quarenta home. Capinava lindo e dexava ôtra pra ôtro. Capinava lindo e deixava uma moita. Alí iscundia o Juão-do-Mato. O Juão-do-Mato era como dono de capim. O rocerero começava a capiná a moita e ele pulava fora e falava: - Tiraro a minha moita e onde eu vô morá? Vô cumpanhá ôceis! O encarregado do mio intregava para o dono da roça e o banderero integrava a bandeira para o dono da casa.*

**Geraldo Artur, filho de Arthur Camilo, falecido na década de 1970<sup>137</sup>**

*Se ocê não deu conta de capinar sua roça até dia 24 aí todo mundo fazia aquela brincadeira porque a minha já tava pronta, a de todo mundo já tava limpa, então o João do Mato ele chegava, mandava: - O fulano, roça de fulano ele não deu conta. Ele abriu a perna demais, mas não deu conta de fechar. É que porque ocê plantou milho demais e não deu conta de capinar.*

**“Seu” Antônio**

---

<sup>137</sup> SABARÁ, Romeu. *Comunidade negra dos Arturos: o drama de um campesinato negro no Brasil*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da USP, 1997. 303p. Tese de Doutorado em Antropologia Social.

## As Folias



**Figura 30:** Mestre Antônio com os músicos durante a Folia de Reis.

**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.



**Figura 31:** Reis Magos em frente à Casa Paterna.

**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.

As Folias de Reis são festejos de origem europeia, comemorados como forma de rememorar a história bíblica da viagem dos três Reis Magos, que saíram à procura do Menino Jesus para presenteá-la. O surgimento da tradição tem início na Península Ibérica e posteriormente foi transportada para a América Portuguesa. Inicialmente, a maioria das folias acontecia nas comemorações litúrgicas do ciclo do Divino Espírito Santo, ou Festa de Pentecostes, uma das celebrações mais antigas do catolicismo popular, ainda no século XIV. Com o passar do tempo, o rito se estendeu para outras datas e, assim expandiu-se em Folia de Reis, a Folia de São Benedito, a Folia de São Sebastião, entre outras. Os ritos apresentam essencialmente o canto, a dança e o teatro, e por meio dessas expressões os foliões articulam a fé com o divertimento, é a junção entre o sagrado e o profano.

Nos Arturos a festividade teve início no final do século XIX, período em que, de acordo com Mário Braz da Luz, seu avô, Camilo Silvério, já realizava a celebração juntamente com seu pai, Arthur Camilo, e seu sogro, Joaquim Quadros, que era mestre de Folia. Segundo ele, dentro da Comunidade o rito começou a ser praticado a partir da promessa que Joaquim Quadros, fez a São Sebastião, pedindo que voltasse a chover e para que a febre amarela fosse eliminada. Atendida a graça, o pagamento foi o de realizar a Folia durante o mês de janeiro e recolher “esmolos” para a celebração de uma missa para o santo.

A Folia de Reis nos Arturos conta com os Reis Magos: Belchior ou Melchior, Gaspar e Baltazar, que são representados pelos palhaços chamados: Véio, Friage e Bastião. Véio representa Belchior, Friage é Gaspar e o Bastião, o Baltazar e São Sebastião. Na Comunidade os palhaços são considerados sacros, atuando em diversos momentos com falas religiosas. Os palhaços são os personagens principais da Folia. Eles que carregam a bandeira com a imagem dos Reis Magos, conversam com os donos das casas lhes contando da trajetória dos reis e do nascimento de Jesus. Além disso, são responsáveis por entreter crianças e adultos com suas brincadeiras e danças, como a catira ou lundu e o “bate pau”.

Na celebração os foliões vão de casa em casa cantando em cortejo. Quando chegam a determinada residência perguntam: “*Oi senhor dono da casa, abre a porta acende a luz. Abre, abre a sua porta*”. A casa é aberta e dentro dela aparece o dono. Bastião explica que estão seguindo a estrela de Belém “*à procura do Messias verdadeiro*”. O dono convida a folia para entrar e o palhaço pergunta se quer que entrem calados ou cantando, a resposta é sempre, cantando. A bandeira é entregue ao dono da casa que percorre os cômodos. Depois são cantadas músicas juntamente com os moradores, e quando existe um presépio na residência, cantam de frente a ele.

*Todo ano eu danço e gosto, ajudo todo mundo aí, quando eu num visto a farda eu ajudo eles aí a cantar. Eu gosto muito de folia de reis. A folia é tudo pra mim, porque é do sangue né? Tem o sangue da Comunidade aí. Gosto muito da folia e é tudo pra mim.*

**Lucílio, palhaço bastião.**

## Batuque



**Figura 32:** Roda do batuque, Jorge, “Seu” Mário, “Seu” Antônio e Dona Tetane.

**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.



**Figura 33:** Músicos afinando violões.

**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.

O Batuque constitui-se em uma dança de matriz africana, coreografada coletivamente em forma de roda, tendo se disseminado na América Portuguesa por meio dos africanos escravizados. Praticada até hoje em algumas regiões do Brasil, foi uma das expressões culturais responsáveis pelo surgimento, entre outros, da dança de roda, quando o sagrado e o profano se fundem em uma mistura de ritmos, em que as “batidas” no tambor determinaram o canto e a gestualidade. A dança se organiza com o alinhamento de homens junto aos seus instrumentos musicais, em frente a uma fileira de mulheres, formando um corredor no meio, onde a dança acontece. Predominam nessa dança, os instrumentos de percussão, atabaques, guaiás, puítas, pandeiros e por vezes uma viola.

Na Comunidade dos Arturos, a expressão surgiu por meio de Arthur Camilo, que repassou para seus filhos a forma de cantar e dançar do Batuque. Segundo Conceição Natalícia, a Dona Tetane, Mestre do Batuque e filha de Arthur Camilo, a dança foi repassada por seu pai há aproximadamente 80 anos, quando ela e seus irmãos eram crianças. Segundo Dona Tetane, este também era o momento em que o pai criava um cenário de divertimento e descontração para seus filhos.

Mário Braz da Luz, também filho de Arthur, diz que antigamente o Batuque era realizado durante a madrugada até o amanhecer, logo após as danças tradicionais das festas de casamentos e/ou aniversário. Diz que seu pai gostava que se dançasse o Batuque “de

manhã cedo”, não se preocupando em “importunar” quem queria continuar dançando forró.

Para esses momentos entoava o seguinte canto:

*O Batuque é bão é de manhã cedo,  
de cara fechada eu não tenho medo.  
O Batuque é bão é de manhã cedo,  
de cara fechada eu num tenho medo.*

A dança se tornou uma tradição na Comunidade, entretanto, segundo os filhos, o Batuque perdeu um pouco da magia e da alegria que conduzia a dança após a morte de seus pais, ficando interrompido por um período. Recentemente, a partir da crença de que seus antepassados se fazem presentes nos festejos da Comunidade e da saudade de realizar o Batuque, fez com que a dança voltasse a ser realizada pelos Arturos.

*Ai minha moreninha, olha lá que eu te dou um tiro ai ai, olha lá que eu te dou um tiro ai ai. Agora a resposta, É um tiro de revolver. Só as moças, as donas e as senhoras cantavam no batuque, cantavam é um tiro de revolver com uma bala de suspiro ai ai, é uma bala de suspiro ai ai. O batuque começou com papai. Ele, nós tava tudo pequeno ele dançava e punha nós pra dançar junto com ele. Ele ensinava nós, segura nós, ensinava nós.*

**Dona Tetane**

*Dei um beijo na laranjeira, dei um beijo na larajeira. Pois não tem dinheiro que pague beijo de moça solteira, beijo de moça solteira.*

**“Seu” Antônio**

*Batuque na cozinha a sinhá não quer, tição relou queimou meu pé. Ele começa na cozinha. Quando tinha algum casamento a turma, forró, quando acabava o forró e o povo cansava aí ele entrava e chamava nós pra dançar o batuque. Aí o povo que vem, quem tá de fora não entra não.*

**“Seu” Mário**

*Meu galo já cantou, a barra do dia envém. Envém, envém, a barra do dia envém.*

**“Seu” Antônio**

## A Benzeção e seu ofício



**Figura 34:** Benzeção para cobreiro.  
**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.



**Figura 35:** Instrumentos intermediários para cura de cobreiro  
**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.

O rito da benzeção sempre foi e é bastante difundido em todo o Brasil, embora também houvesse restrições à prática. No meio rural, as benzeções, o conhecimento sobre as plantas e sua utilização na cura de moléstias era prática comum. A medicina oficial era encontrada somente nos grandes centros urbanos e seu acesso era limitado a pessoas ricas. As rezas e os chamados “remédios do mato” eram a forma mais comum de se tratar uma série de males que variavam de picadas de animais peçonhentos, dermatites, insolações, desgastes naturais do organismo, até disfunções causadas pelo contágio com seres sobrenaturais.

Na Comunidade dos Arturos, a benzeção emergiu da necessidade de cura dos males que afetavam seus membros, portanto está envolvida por uma religiosidade própria que faz com que a prática adquira particularidades distintas. Uma delas é a tradição vinculada ao culto de Nossa Senhora do Rosário. A fé é o manancial para a prática da benzeção cujos herdeiros de Arthur Camilo são seus portadores mais legítimos.

Arthur Camilo e seu amigo pessoal, o congadeiro José Aristides, são as primeiras referências na transmissão dos saberes da cura na Comunidade, sempre baseada na fé em Rosário de Nossa Senhora. Arthur passou seus ensinamentos a seus filhos Geraldo, Rei Congo de Minas Gerais<sup>138</sup>, e Juventina, Rainha Conga de Contagem, que eram os

<sup>138</sup> Eleito pela Federação dos Congados do Estado de Minas Gerais.

responsáveis pela saúde física e espiritual da Comunidade. Após o falecimento dos dois filhos, coube a outro irmão o Sr. Mário Braz da Luz assumir o posto de benzedor oficial da Comunidade, ensinamento que recebeu de sua irmã Juventina.

A benzeção pode acontecer em qualquer lugar, mas a preferencia de Sr. Mário para a prática da benzeção é dada pelo espaço em frente à casa paterna. Todos os dias, exceto nos finais de semana, enquanto houver luz natural, o Sr. Mário atende aos que chegam para benzer. A procura é grande e a esposa de Mário, Sra. Maria Auxiliadora, diz que as pessoas costumam procurá-lo até às nove horas da noite.

A benzeção faz parte do cotidiano da Comunidade dos Arturos. Para benzer é preciso ter o dom e a fé. Atualmente existem poucos benzedores na Comunidade, mas alguns de seus membros têm a fé necessária e o conhecimento das orações e das plantas para dar seguimento às palavras de cura.

Nossa Senhora Aparecida tire esse quebrante, proteje seu anjo de guarda, chega essa coluna do lugar pra tirar essa depressão, chega sua espinhela no lugar. Eu benzo ocê de carne quebrada, chega essa espinhela no lugar, chega essa coluna no lugar. Que a Nossa Senhora Aparecida vai dar ocê uma boa hora, ela que vai ser sua médica, Senhora do Rosário, ela que vai ser sua médica, vai dar ocê uma boa hora e protege ocê. Ocê tá cercada pela luz branca divina.

**“Seu” Mário**

Você pede a Nossa Senhora, vou te benzer fulano com Nossa Senhora Aparecida, ela me dá aquele poder no ocê, abençoa as palavras. Benza a pessoa pela Nossa Senhora. Ela foi a padroeira nossa, e todo mundo tem a fé com Nossa Senhora, tudo que cê pede ela ocê é atendido, é uma dor de dente, é!!!. Nossa Senhora do Rosário anda apertado com nós aqui porque nós somos devotos dela.

**“Seu” Mário**

## Conhecimentos das Plantas



**Figura 36:** “Seu” Mário receitando plantas para cura.  
**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.



**Figura 37:** Mata da Comunidade de onde são retiradas várias plantas utilizadas para benzeção.  
**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.

O saber relacionado às plantas é antigo e está presente em diversas sociedades. No Brasil, sua utilização para fins curativos nasceu com os primeiros habitantes da terra, que possuíam habilidade no reconhecimento e no uso terapêutico das plantas. Até o século XVIII, os europeus instalados na região que se tornou o Brasil não demonstraram interesse em conhecer os elementos medicinais das plantas. Somente após esse período, começaram a considerar o potencial das plantas curativas como recurso para a cura das moléstias dos trópicos. Nesse contexto, os saberes dos indígenas foram apropriados pelos europeus, no momento em que a medicina oficial e a ciência farmacêutica ainda estavam em formação. Com o tráfico transatlântico, os africanos escravizados, também trouxeram para a colônia seus conhecimentos sobre as ervas medicinais.

Diante disso, a confluência dos saberes africanos, indígenas e europeus, mesclou-se e resultou em uma multiplicidade de ofícios praticados por benzedores, sangradores, curandeiros, barbeiros, raizeiros, parteiras, entre outros. É importante ressaltar, que nesse processo caminham juntas magia, religião e cura, sendo comum encontrar para cada tipo de doença um santo ou uma divindade que atue juntamente com a planta no tratamento da enfermidade.

Na Comunidade dos Arturos, o conhecimento e a utilização das plantas como recurso curativo surge, com Arthur Camilo. Arthur, “*um caçador nato*”, nas palavras de seu neto José

Bonifácio da Luz, o Bengala, sendo lembrado ainda hoje como um grande mateiro, ou seja, aquele tinha domínio sobre a natureza da região e que conhecia as características de cada espécie, indicando sua comestibilidade e seus usos. Conhecia plantas em que sua utilização poderia ser medicinal e até mágica, como era o caso do *cipó caboclo*: “o *cipó caboclo* se você amarrá o *caboclo* com *cipó caboclo*, amarrar ele mesmo, tá amarrado mesmo. Ele pode até soltá do *cipó*, mas a vida dele vai...”.

Quando a Comunidade se estabeleceu territorialmente, seu espaço se colocava em um contexto agrário, com abundância de plantas com poder curativo. Esse saber se reflete na Benzeção, que tem como características o uso de plantas como auxiliares à cura. De uso medicinal ou mágico/religioso, as plantas que curam fizeram e fazem parte do cotidiano da Comunidade, seja através da Benzeção ou do uso medicinal.

Atualmente, o saber relacionado às plantas é dominado por poucas pessoas da Comunidade, sendo o Seu Mário, filho de Arthur, quem melhor conhece este saber. Sua esposa, Maria Auxiliadora, diz ser bastante *chazeira* e os prepara para seus netos e bisnetos, “aquela mania de neto pra vó e de vó pra neto”, quando lhe solicitam para dores de cabeça, resfriados, ou por um simples afeto.

## Mestres: Dona Tetane, Seu Mário e Seu Antônio.



**Figura 38:** Dona Tetane, “Seu” Mário e “Seu” Antônio, mestres da Comunidade dos Arturos.

**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.

Quando falamos de patrimônio cultural imaterial estamos dizendo de um patrimônio vívido, de uma prática cultural que depende exclusivamente das pessoas. Para que uma tradição permaneça é preciso transmiti-la, e a figura dos mestres é fundamental nesse processo. A transmissão ocorrer de várias formas, mas a transmissão oral é fator principal para a manutenção de muitas tradições presentes no Brasil e em Minas Gerais, como a Benzeção, o Congado, a Folia, e outros. O Mestre transfere seus saberes continuamente por meio da oralidade, considerando sua “vocação” para ensinar e seu desejo de perpetuar o que um dia lhe foi passado.

Para o IEPHA/MG, a identificação e valorização dos Mestres é parte fundamental em um programa de patrimônio imaterial. Reconhecer e valorizar o chamado *patrimônio vivo* é dever da sociedade e do estado que deve promover ações nesse sentido. Ser mestre é não apenas deter o conhecimento, mas fundamentalmente transmiti-lo a outras gerações.

Na Comunidade dos Arturos os ensinamentos e as tradições são repassadas dos mais velhos aos mais jovens. Respeitando os valores que os unem e que lhes dão identidade. Assim como outros Arturos já falecidos, Dona Tetane, Seu Mário e Seu Antônio são reconhecidamente mestres. Os três filhos de Arthur Camillo e Carmelinda são a referência da Comunidade na transmissão de diversas tradições. O saber que, detêm do cotidiano e da vivência do grupo, ultrapassa uma expressão cultural ou rito. Seus conhecimentos são amplos e são mestre das tradições relativas ao Reinado/Congado de Nossa Senhora do Rosário da Comunidade dos Arturos.

Dona Tetane é a principal referência no Batuque. Tem, ao longo dos anos, passado para as novas gerações o conhecimento e prática do canto e da dança do Batuque, mostrando aos mais jovens a importância de se preservar essa tradição que ela traz desde seu pai Arthur Camilo. Por isso é considerada e reconhecida na Comunidade como Mestre do Batuque<sup>139</sup>.

Seu Mário é o principal benzedor dos Arturos. Sua prática é reconhecida por pessoas da Comunidade e de diversos outros municípios do Estado. Sua capacidade de transmissão dos conhecimentos faz com que seja considerado Mestre da Benzeção. Detêm também grande conhecimento das plantas e é o Capitão-Mor da Comunidade responsável por todas as atividades do Reinado/Congado.

Seu Antônio também é Mestre em praticamente todas as manifestações. Conhecedor das tradições da Comunidade dos Arturos, ele transmite as orientações para os demais membros, nas manifestações, ritos e comemorações, principalmente as relacionadas ao Reinado de Nossa Senhora e à Guarda do Congo. É Mestre da Folia, ensinando os cantos e a importância da adoração ao Menino Jesus. Do Batuque carrega a memória da infância presentes nas cantigas aprendidas com seu pai, fundador da Comunidade.

Enfim, pela valorização e ação do Mestre é possível alcançar parte do que anseia todas as políticas de Patrimônio Imaterial: a salvaguarda.

---

<sup>139</sup> Esse reconhecimento recebeu um reforço com o Prêmio Mestres da Cultura Popular o Prêmio Mestres da Cultura Popular - edição Humberto Maracanã recebido em 2008 e possibilitou a divulgação do seu saber em outras cidades e estados.

*Papai tinha muita fé! Ele nasceu no reinado e morreu no reinado. Ensinava os filhos, ensinava todos que queria brincar ele ensinava, dançava. Ele acostumou os filho tudo acompanhando ele, todos eles dançam reinado, até hoje é os filhos que faz o reinado.*

**Dona Tetane**

*Meu pai dava a força do inxemplo pra nós. Pra trabaiá e pra dançá. Ele pedia nós pra continuá com a festa, de qualqué forma. Até quando ele adoeceu. Nós interrô ele, mas num interrô a festa do Rosaro. E ele fica com nós. Quando eu canto, vejo ele me olhano, satisfeito, igual quando ele cantava. Aí eu pulo e danço...Nossa Senhora! E eu e ele! Que força que ele dá pra nós!<sup>140</sup>*

**“Seu” Antônio**

*Ela (Juventina) viu que eu tinha, (o dom) e eu...ela pediu pra mim benzê ela, eu fui benzê, eu falei: ‘mas eu não sei benzê’. [Juventina] - ‘mas tô te ensinado ocê!’ [Mário] - Eu benzi ela e no outro dia ela falou comigo: ‘olha, ocê pode continuá! Minha dor de cabeça, cê já tirou ela’.*

**“Seu” Mário**

---

<sup>140</sup> GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras raízes mineiras: Os Arturos*. 2. ed. Belo Horizonte: MAZA Edições, 2000. p.434.

## Grupo Filhos de Zambi



**Figura 39:** Filhos de Zambi durante a Festa da Abolição.

**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.



**Figura 40:** Encenação próxima à casa paterna, na Festa da Abolição.

**Fonte:** Acervo IEPHA/ MG.

O Grupo Afro-Brasileiro Arturos Filhos de Zambi, surgiu em meados de 1992, a partir da iniciativa de integrantes da Comunidade. No início surgiu como uma forma de trabalhar temas e questões afro-brasileiras. A primeira apresentação foi na Capela do Rosário da Comunidade, onde fizeram uma roda e uma oficina de percussão. Rapidamente passaram a ter suas atividades ampliadas, adentrando em outros campos como o teatro, a dança e a percussão.

O grupo é formado em sua maioria por jovens Arturos, mas também integram crianças e adultos. Os próprios membros ensaiam e montam as apresentações, sendo por vezes, professores e aprendizes uns dos outros. Muitas das histórias, danças e ritmos apresentados pelo Filhos de Zambi são expressões próprias da Comunidade, aprendidas no convívio e principalmente pelo contato com os mais velhos.

Os Filhos de Zambi, além de ser um instrumento de motivação para os mais jovens, tem papel importante em refrear os processos constantes de espetacularização dos ritos e celebrações realizados pela Comunidade. Principalmente, pelos inúmeros convites que as Guardas de Congo e Moçambique recebem para se apresentar em eventos. Nesse sentido o grupo se constitui como uma alternativa ao processo de exploração dos valores religiosos, buscando resguardar o âmbito sacro em que as guardas estão inseridas. O grupo é o responsável pela apresentação da encenação de abolição da escravatura na Festa da Abolição.

*Então, com isso, trazendo os jovens para os Filhos de Zambi, que é uma coisa assim, mais solta, porque, o Congado, tem aquela coisa do respeito, da religiosidade, nem tudo pode fazer dentro do congado, tem todo um respeito. Tem uma norma a ser cumprida dentro do Congado. Não que os Filhos de Zambi não tenham. Mas é uma coisa mais pra jovem mesmo. Mais livre, mais solta, então, eles vieram. Nós viemos de novo. Aí tá aí. Já vai voltar pro congado, vai valorizando, aprendendo a valorizar, aí já vai ajudando na cozinha, já vai sendo fiscal. Então vai voltando tudo. De uma forma ou de outra. Então eu acho que a importância pra Comunidade foi isso. Principalmente para os mais velhos. O meu avô, meu tio, veem isso por este lado. Os Filhos de Zambi resgatando as pessoas para o Congado. Porque é a cultura maior, é o carro chefe dos Arturos. Que é o Congado. A guarda de Congo e de Moçambique. Então eles precisam muito da gente. Nós temos que estar aí segurando, puxando que eles estão indo e nós ainda estamos aqui né. Então tem que manter.*

**Renata**

*A história, a gente puxa mesmo da história, de nós mesmos né. Muitas vezes pra montar o próprio grupo de dança como o teatro a gente faz estudo até mesmo da própria Comunidade. Por que eu creio que depois que a gente começou a mexer com o grupo de dança e de teatro a gente sabe muito mais da Comunidade do que se a gente não... porque o grupo é que fez a gente pegar e vamos estudar a história. Por que, se não, nós não estaríamos sabendo tanto sobre a Comunidade e nem valorizando. Porque tem muitos jovens aqui da Comunidade que não participam de nada. Que se perguntar eles não tem a noção da história. Não sabem. Não tem noção assim, do tamanho, da importância de ser um Arturos, o tamanho e a riqueza que é essa Comunidade.*

**Miriam**

## CAPÍTULO II - A COMUNIDADE DOS ARTUROS E NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

### 2.1. Nossa Senhora do Rosário e seu Reinado

A responsabilidade da difusão do culto a Nossa Senhora do Rosário, tanto na Europa quanto na África, é atribuída aos dominicanos, segundo Leda Martins<sup>141</sup>. A autora afirma que no ano de 1090, já se tinha relatos sobre cristãos utilizando-se do rosário de Maria. A expansão e divulgação dessa fé é atribuída ao fundador da ordem dos dominicanos, São Domingos de Gusmão (1170 - 1221). Corroborando com essa análise, Souza afirma que o culto a Nossa Senhora do Rosário foi difundido pelos dominicanos “entre os negros residentes em Lisboa, ocorrendo em alguns lugares da África e por toda a América, sendo frequente invocação das irmandades de ‘homens pretos’”<sup>142</sup>.

O culto a Nossa Senhora do Rosário é consagrado, conforme Nilza Botelho Megale<sup>143</sup>, após a vitória da Liga Santa cristã contra o Império Otomano, numa batalha naval ocorrida em Lepanto, Grécia, no dia 07 de outubro de 1571. Segundo a lenda sobre o combate, os cristãos, em desvantagem numérica, realizaram a batalha com o rosário nas mãos e, após a vitória, louvaram à N. S. do Rosário em agradecimento. O feito significou o fim da ameaça turca na Europa e a liberdade dos escravos cristãos de posse dos turcos. Esse fato seria um dos primeiros vínculos da escravidão com N. S. do Rosário.

Após a importante vitória, o papa Pio V (1566-1572) criou a festa de Nossa Senhora da Batalha. A festa deveria ser comemorada em toda igreja onde houvesse um altar de N. S. do Rosário, no primeiro sábado de outubro, dia do histórico combate. O nome da festa foi mudado com o papa Gregório XIII (1502-1585), em 1573, para Festa de Nossa Senhora do Rosário, sendo transferida sua comemoração para o primeiro domingo de outubro. De acordo com Francisco van der Poel<sup>144</sup>, foram ainda atribuídas outras vitórias à virgem do

<sup>141</sup> MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória: o Reinado do Rosário do Jatobá*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997, p. 48.

<sup>142</sup> Souza, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 358.

<sup>143</sup> MEGALE, Nilza Botelho. *Invocações da Virgem Maria no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. Pp. 429-435.

<sup>144</sup> POEL, Francisco van der, OFM. *O rosário dos homens pretos*: ed. Comem. Do centenário da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos de Araçuaí, MG. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981, p. 61.

rosário, “com a libertação de Viena (Áustria) das tropas turcas em 1863 por Carlos, imperador dos Romanos, e a vitória do príncipe Eugênio sobre os turcos em 1716 perto de Neusatz no Danúbio”.

A história da devoção negra a Nossa Senhora do Rosário é firmada, no continente africano, com a catequização do Reino do Congo, primeiro êxito missionário português no continente, ainda em princípios do séc. XVI. Assimilando maneiras da corte portuguesa e incorporando o catolicismo europeu, o Rei do Congo, batizado com o novo nome cristão de D. Afonso I, foi uma personalidade histórica perpetuada na memória de seus súditos e, através da oralidade, sua fama atingiu o patamar de figura mítica para grande parte da África. Isto mesmo depois da desintegração dos reinos pelas guerras civis ocorridas na virada do século XVII para o XVIII. Conforme Souza: “Desde o século XVI, o Congo foi considerado um reino católico, irmão de Portugal, mantendo com este país reações mais ou menos próximas conforme a política em vigor [...]”<sup>145</sup>.

Outro ponto para se enfatizar é a aparição de Nossa Senhora do Rosário em Argel, possivelmente no deserto, quando Martins considera a inauguração da relação com a divindade católica, em que foi processado todo um trabalho de reelaboração mítica por meio da cultura africana, imbricada com o catolicismo do colonizador.

Por conseguinte, os negros africanos trazidos para o trabalho compulsório no Brasil colônia provavelmente já haviam tido contato com as histórias a respeito da fé em Nossa Senhora do Rosário, bem como na grandiosidade do Reino do Congo, que havia incorporado à sua maneira os símbolos de distinção de poder, como a coroa, as espadas, estandartes, bastões de mando, entre outros. Todos, símbolos da força da fé católica elaborados por uma cultura africana e reintroduzidos no Brasil pelos negros escravizados.

A perda dos vínculos familiares provocada pelo tráfico negreiro, fez com que os africanos buscassem outros meios de estabelecer relações entre eles. Um dos principais foi a relação estabelecida por meio de afinidades étnicas, quando compartilhavam de um mesmo complexo sociocultural. O lugar da inserção social, para além das senzalas, eram as

---

<sup>145</sup> Souza, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 261.

irmandades religiosas, onde os escravos obtinham da administração colonial a aprovação de se encontrarem, festejarem o padroeiro local e elegerem seu “rei de nação”.

Um dos mais antigos relatos sobre festas envolvendo a coroação de reis negros na América portuguesa foi escrito por Urbain Souchu de Rennefort, em 1666. O funcionário da Companhia Francesa das Índias Orientais descreveu da seguinte forma uma festa ocorrida em Olinda:

Após irem à missa cerca de 400 homens e mulheres, elegeram um rei e uma rainha, e marcharam pelas ruas cantando, dançando e recitando os versos que fizeram, acompanhados de oboés, trombetas e tambores bascos. Estavam vestidos com as roupas de seus senhores e senhoras, com correntes de ouro e brincos de ouro e pérolas, alguns deles mascarados, todas as diversões desta cerimônia lhes custaram 100 escudos. O rei e seus oficiais não fizeram nada em toda essa semana, além de andarem solenemente, com a espada e a adaga ao seu lado.<sup>146</sup>

De acordo com Souza, o relato apresenta uma possibilidade de como os reinos africanos foram transfigurados para a América. Segundo ela, no período colonial, os reis coroados eram escolhidos a partir de uma ascendência sobre os demais membros da irmandade e gozavam de autoridade real sobre a comunidade de escravos. Muitas vezes recebiam privilégios de seus senhores que viam neles um importante mecanismo de interlocução com os outros escravos. Além do mais, todo o preparativo de arrecadação para as festas – que por vezes recebiam contribuições dos senhores –, e a mobilização dos participantes em torno dos reis, contribuía para a festa adquirir a prerrogativa de ser uma importante forma de organização social e política.

Além disso, as festas representavam um momento de solidariedade. No livro *Festas e tradições populares do Brasil*, Mello Moraes Filho cita a descrição da coroação de um rei negro, em 1748, no Rio de Janeiro, em que podemos perceber a solidariedade entre as diferentes nações:

[...] Apenas amanhecia o dia de Reis, o campo de S. Domingos, nas proximidades da capela, opulentava-se de um espetáculo variado e estranho em que Mocambiques,

<sup>146</sup> Souza, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista...* p. 206

Cabundás, Benquelas, Rebolos, Congos, Cassanges, Minas, a pluralidade finalmente dos representantes de nações d'África, escravos no Brasil, exibiam-se autênticos, cada qual com seu característico diferencial, seu tipo próprio, sua estética privativa.<sup>147</sup>

A despeito da presença das diversas etnias nas festas, o autor salienta, mais a frente no texto, o poder aglutinador que os congos exerciam sobre os diferentes grupos, sendo capazes de gerar um sentimento de união entre todos eles.

As Danças Dramáticas, definição de Mario de Andrade<sup>148</sup> para diversos grupos de danças que envolviam música e performance, acompanhavam quase todas as festividades religiosas no período colonial. Nas encenações, o rei congo, assim como o foi D. Afonso I, representava o ápice do cristianismo responsável pela conversão do rei estrangeiro e pagão. Souza sugere que tais danças, reviviam o mito do primeiro rei do congo, “criado no processo histórico concreto das comunidades negras na América portuguesa (...)”<sup>149</sup>. Spix e Martius<sup>150</sup> observaram tais danças e as denominaram, em 1818, de congada. Richard Burton, em 1867, por sua vez, chamou de congada toda a representação feita pela corte negra e seu séquito, nas comemorações de Nossa Senhora do Rosário. Já Silvio Romero<sup>151</sup> denominou de “congós” os dançadores por ele observados em 1873, e de “folgado” a dança em si.

Segundo Souza, as descrições de tais coroações ocorreram com mais frequência nas regiões cujos escravos eram de etnia banto, vindas da África Centro-Occidental. Nas palavras da autora: “durante os séculos XVI e XVII foram mais importantes os portos localizados na região da foz do rio Zaire; nos séculos XVII e XVIII predominou o porto de Luanda, tendo no século XIX as rotas do tráfico de novo se voltando para a região do antigo reino do Congo”<sup>152</sup>. Dessa configuração sociocultural, somada à influência histórica do reino do Congo sobre as demais comunidades e a tendência à formação de uma identidade comum de negros católicos é que os reis congos prevaleceram nas festas das irmandades<sup>153</sup>.

<sup>147</sup> Souza, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista...*p. 252

<sup>148</sup> *apud.* Souza, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista...*p. 300.

<sup>149</sup> Souza, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista...*p. 307.

<sup>150</sup> *apud.* Souza, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista...*p. 295.

<sup>151</sup> *Apud* Souza, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista...*p. 296.

<sup>152</sup> Souza, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista...*p. 258.

<sup>153</sup> A origem específica no continente africano dos festejos em devoção a Nossa Senhora do Rosário é objeto de controvérsias entre uma origem essencialmente *bantu*, ou *iorubá*, ou ainda uma combinação entre ambas. Do

Em 1808, com a vinda da família real para o Rio de Janeiro, as festas de exteriorização da religiosidade afro-brasileira em torno das irmandades começam a sofrer progressivas restrições nos grandes centros urbanos, passando a serem vistas como incompatíveis com as novas normas de civilidade exigidas então. Para as autoridades católicas as festas, antes vistas como auxiliares na missão catequética, deixaram de cumprir seu objetivo quando a Igreja “se tornou mais eficiente no processo de implantação de um projeto que buscava maior controle sobre os conteúdos da fé e as formas como ela era vivida pela população de um modo geral”. Para os senhores as festas dos negros deixaram de ser exibição de prestígio para serem substituídas por “títulos de nobreza, cargos burocráticos, educação”<sup>154</sup>, de acordo com as novas normas de civilidade que a Família Real portuguesa impôs à colônia. Contudo, apesar do crescente cerceamento às festas de rua nos grandes centros, em outros lugares do Brasil elas continuaram principalmente em Minas Gerais, onde as irmandades de negros exerceram sua influência com maior força.

Na América Portuguesa, existiam ainda as Capelas e Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, ambientes que sustentavam e contribuíam para o desenvolvimento do culto, da devoção e dos festejos dedicados à Santa. Nessas Igrejas, as Irmandades faziam assembleias e discutiam sobre as festas, eleições, funerais, missas e assistência mútua.

Nesse sentido, para compreender a história de devoção à Santa, presente fortemente na Comunidade dos Arturos, serão abordados os processos históricos de desenvolvimento da Capela e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Contagem.

---

ponto de vista do dinamismo cultural, entende-se que pensar na existência de uma origem estritamente banto e/ou iorubá nas práticas afro-brasileiras, é desconsiderar a miscigenação, assimilação e o sincretismo, resultante das trocas culturais e religiosas entre esses os povos. Nesse sentido não foi pretensão do presente Dossiê determinar uma ascendência para os rituais da Comunidade. Para a discussão, verificar: MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da Memória: O Reinado do Rosário do Jatobá*. São Paulo/ Belo Horizonte: Perspectiva/ Mazza Edições, 2003, p. 183-314; MUNANGA, Kabengele. *Origem e histórico do quilombo na África*. Revista USP. São Paulo (28): 56-63, Dezembro-Fevereiro 95/96 ; CARVALHO, José Jorge de. A tradição Musical Iorubá no Brasil: um cristal que se oculta e revela. In: TUGNHY, Rosangela Pereira, e Ruben Caixeta. (org.) QUEIROZ. *Músicas Africanas e indígenas no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

<sup>154</sup> Souza, Marina de Mello e. *Reis negros no Brasil escravista...*p. 321

## 2.2. A antiga Capela do Rosário *locus* devocional dos Arturos

A religiosidade católica constituiu-se em um traço marcante na formação e no desenvolvimento do município de Contagem, ocupando ainda hoje, um lugar de destaque na cidade. Essa característica pode ser percebida entre outras coisas, no nome do antigo Arraial, que homenageia à São Gonçalo e nas práticas culturais da cidade, que além dos Arturos, conta com outros grupos de Folia de Reis e Congado.

Segundo Campos e Anastasia, a Igreja de São Gonçalo, erguida durante o século XVIII, era a única existente na Freguesia, até 1837. Contudo, além da devoção ao Santo, os moradores da região também eram devotos de Nosso Senhor dos Passos, Nossa Senhora das Dores, São Sebastião e Nossa Senhora do Rosário.

Posteriormente, para o culto a Nossa Senhora do Rosário, foi construída uma Capela, na qual não se conhece a datação exata de sua edificação. Conforme observaram Campos e Anastasia, a igreja não consta no Mapa Estatístico de 1832, nem na Corografia de 1837, indicando que provavelmente tenha sido erguida após essa data, entre 1837 e 1845<sup>155</sup>.

As autoras afirmam que para abrigar maior número de devotos, a Capela passou por uma vagarosa reforma, que durou mais de trinta anos, sendo iniciada em meados de 1855 e finalizada somente 1889<sup>156</sup>.

A Capela de Nossa Senhora do Rosário parece ter sido sempre muito simples, e em condições precárias. Alguns documentos datados dos anos iniciais do século XX apresentam que igreja foi utilizada para cursos de catequese e missas, e que constantemente, foram realizados eventos no intuito de arrecadar dinheiro para sua reforma.

Em um registro de 1937, intitulado “Reconstrução da Igreja de Nossa Senhora do Rosário”, o vigário (nome ilegível), apontou que encontrou a Igreja “em lamentável estado de conservação e uma grande parte da mesma em completa ruína”<sup>157</sup>. O padre informa que a ele e seus fieis cabia o dever de manter erguida uma parte da história de seus antepassados, constituindo-se em seus “legítimos continuadores, conservando essas

<sup>155</sup> CAMPOS, Adalgisa, e Carla Junho ANASTASIA. *Contagem...p.* 61.

<sup>156</sup> CAMPOS, Adalgisa, e Carla Junho ANASTASIA. *Contagem...p.*61.

<sup>157</sup> MEMORIAL DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE: Listagem dos Livros de Registros Paroquiais. Paróquia São Gonçalo – Contagem. 1937.

reliquias, que nos deixaram”<sup>158</sup>. O pároco conclui, informando que, os irmãos, as autoridades eclesásticas e o prefeito José da Rocha Cunha, conseguiram reformar a igreja “radicalmente”, e que nesse momento a referida igreja “se acha em perfeito estado de conservação”<sup>159</sup>.

A partir da década de 1950, concomitantemente ao impulso da industrialização no município, a arquitetura colonial de Contagem tornou-se alvo de sistemática destruição. No período entre 1955 e 1976, grande parte do patrimônio arquitetônico da cidade foi destruído<sup>160</sup>. Com a Capela de Nossa Senhora do Rosário não foi diferente, sendo necessária a convocação de uma comissão, criada 8 de março de 1970, em defesa da Igreja.

Contudo, apesar de todos os esforços da comissão, composta inclusive por Geraldo Arthur Camilo, filho de Arthur Camilo, e do relatório elaborado por Paulo Krüger Corrêa, na qual consta que a igreja não necessitava ser derrubada, a Capela Nossa Senhora do Rosário foi demolida em 1973<sup>161</sup>.

### 2.3. O papel da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário na Comunidade dos Arturos

Durante os séculos XI, XII e XIII, despertou-se na sociedade europeia um sentimento assistencialista, cooperativista e social. Esse pensamento culminou no estabelecimento de diversas ações e espaços filantrópicos por toda a Europa, constituindo-se no que Russell-Wood chamou de “nascimento da consciência social na Europa.”<sup>162</sup>

Nesse período, segundo o autor, existiam diversas albergarias, hospedarias, hospitais e leprosários instalados nos caminhos dos peregrinos da Península Ibérica, composta por Portugal e Espanha. Tais espaços eram mantidos pela Coroa, pelas Câmaras municipais, pela

<sup>158</sup> MEMORIAL DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE: Listagem dos Livros de Registros Paroquiais. Paróquia São Gonçalo – Contagem. 1937.

<sup>159</sup> MEMORIAL DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE: Listagem dos Livros de Registros Paroquiais. Paróquia São Gonçalo – Contagem. 1937.

<sup>160</sup> CAMPOS, Adalgisa, e Carla Junho ANASTASIA. *Contagem...*p. 133.

<sup>161</sup> MEMORIAL DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE: Cx. 400, Pasta Paróquia São Gonçalo – Contagem: Chancelaria / Patrimônio Imobiliário. Relatório de Paulo Krüger Corrêa Mourão, 27/03/1970.

<sup>162</sup> RUSSELL-WOOD, A.J. R., 1939-Escravos e libertos no Brasil Colonial/ A. J. R. Russell-Wood; tradução de Maria Beatriz Medina. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 191.

Igreja e pelos leigos, e cumpriam o papel social de prover o sustento e proteger a população vitimada por doenças, pela fome e pela falta de trabalho.

Nesse entremeio, situam-se também o surgimento das irmandades religiosas, que atuavam na vida espiritual, prezando também pelo “bem-estar físico daqueles irmãos (e seus dependentes) que precisassem de esmolas, assistência médica, alimentos, roupas e sepultamento”, além de, quando possível, ajudarem caritativamente os necessitados da paróquia<sup>163</sup>.

Em Portugal, as primeiras irmandades surgiram entre os séculos XII e XIII. Tais confrarias foram transportadas para os territórios conquistados pelos portugueses na África, Ásia e América. De acordo com Caio Boschi: “o trabalho dos homens da Igreja na Colônia foi essencialmente o de desempenhar uma função política no quadro geral da colonização”<sup>164</sup>.

Nesse sentido, as irmandades negras, dedicadas principalmente à Santa Ifigênia, São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, se estabeleceram, entre outras coisas, como parte do projeto colonizador, auxiliando no controle e legitimando a hegemonia do Estado português. Além disso, tais irmandades apresentavam-se como importante base de sustentação para o sistema escravista, pois a catequização católica foi amplamente utilizada no processo de controle social da população negra.

De acordo com Russel-Wood, a formação das irmandades negras no Brasil estava associada com uma série de fatores, objetivos e propósitos, fazendo parte de um complexo leque de intenções. Algumas dessas confrarias foram criadas essencialmente por negros escravos ou libertos, como resultado de uma busca por identidade; outras irmandades foram estabelecidas pela associação entre negros, mulatos e brancos, outras pela elite local<sup>165</sup>.

Nesse sentido, segundo o autor: “deve-se enfatizar que o desenvolvimento das irmandades de negros e mulatos variou consideravelmente de um lugar para o outro, dependendo em grande parte da economia predominante”<sup>166</sup>.

---

<sup>163</sup> RUSSELL-WOOD, A.J. R., 1939-Escravos e libertos no Brasil Colonial...,p. 192.

<sup>164</sup> BOSCHI, Caio César. Os leigos e o poder-irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. Editora Ática. São Paulo. 1986, p.61.

<sup>165</sup> Para ver outros casos específicos, consultar Russel-Wood, 2005.

<sup>166</sup> RUSSELL-WOOD, A.J. R., 1939-Escravos e libertos no Brasil Colonial...,p.200.

Rossel-Wood afirma que durante os séculos XVI, XVII e XVIII as confrarias negras e mulatas se disseminaram vertiginosamente na colônia, principalmente na Bahia e em Minas Gerais, sendo raro, durante o período oitocentista, encontrar alguma vila, arraial ou cidade que não tivesse uma irmandade negra ou mulata<sup>167</sup>.

No caso de Contagem, a irmandade dos homens de cor foi criada tardiamente, em meados do século XIX. Segundo o Registro de Terras de 1855, José Antônio da Costa Ferreira, grande proprietário de escravos, inclusive de Felisbina Rita Cândida, mãe de Arthur Camilo, solicitou provimento para ser

Zellador da Capella de Nossa Senhora do Rosário (...) cuja ocupação serviria bem fielmente zellando as alfaias, e ornamentos novo reparo e argumento da dita igreja para que se celebrem os officios Devinos com a devida decência, assistindo com os guisamentos e mais misteres percisos [...].

Após assumir o cargo e tornar-se responsável pela igreja, José Antônio, juntamente com outros moradores da região, fundaram a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, na qual o Estatuto data de 1867.

O compromisso foi redigido no consistório da Capela, que ainda estava em reformas, e foi assinado por José Antônio da Costa Ferreira, com o cargo de Juiz, Joaquim José Alvarenga, como tesoureiro, Francisco Antônio de Salles, como procurador, Joaquim Brochado de Macedo, secretário, Antônio Teixeira Ferraz, Padre Francisco de Paula e Silva, Braz Reis Chaves, Romualdo José de Macedo Brochado, Antônio Joaquim de Santa Anna, Francisco Liandro da Cunha, Antônio Felício da Rocha, Pedro d'Alcântara Diniz Moreira, Joaquim Gonçalves da Silva Diniz, João Damasceno Diniz Moreira, Avelino Antônio e Domingos José Diniz Costa<sup>168</sup>.

No compromisso, ficou evidente que a população cativa, não participou oficialmente do estabelecimento da Irmandade. Conforme verificado, os homens instituidores do Estatuto faziam parte de uma elite, achando-se entre eles farmacêutico, juiz de paz, grandes fazendeiros donos de escravos, comerciantes, entre outros. Viu-se ainda, entre os citados

<sup>167</sup> RUSSELL-WOOD, A.J. R., 1939-Escravos e libertos no Brasil Colonial..., p. 200.

<sup>168</sup> MEMORIAL DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE: Listagem dos Livros de Registros Paroquiais. Paróquia São Gonçalo – Contagem. Livro do Estatuto da Irmandade N. S. do Rosário, 1867. Cx. 97, Fl. 13f.; 13v.. (E. 1 – P. 6)

acima, que existia uma relação de parentesco, como por exemplo, Domingos José era pai de Pedro de Alcântara, que por sua vez, era casado com a prima de Romualdo José. Outra ligação se deu com Pedro de Alcântara, que possuía diversos laços parentais com José Antônio, o Juiz da Irmandade.

Verificou-se que, embora possuísse algumas pequenas diferenças, o compromisso da Irmandade da Freguesia de São Gonçalo apresentava um elemento comum entre os estatutos do Rosário, qual seria, a prática das virtudes cristãs, evidenciado no artigo 6º: “não poderá ser admitido Irmão, todo aquele que sujeito a vícios que ofendá a Moral Pública ou que professar Religião diferente da do estado”.

Além disso, diferente do compromisso de Vila Rica e Diamantina, o da Irmandade de São Gonçalo da Contagem, embora não definisse explicitamente uma condição social, muitos de seus artigos indicavam que os membros do grupo deveriam possuir renda suficiente para compor a Irmandade. Elemento percebido em seu artigo 3º, que ressalta que aquele que estivesse doente também poderia fazer parte da associação. Para isso, caso fosse livre, teria que entregar uma esmola de dezesseis mil reis, e sendo escravo, pagar o valor de dez mil reis<sup>169</sup>. O artigo 2º do Capítulo 1º que informa que:

Será admitido irmão todo aquele que designando-se ao thezoureiro lhe entregar a quantia de hum mil reis de sua entrada, este lhe dará a cédula do recebimento que sera apresentada ao secretario para lavrar termo da entrada no livro competente ficando o admitido desde logo ligado ao cumprimento do que impessa estes estatutos: se souber escrever afrignará o termo de sua entrada<sup>170</sup>.

O Estatuto deixava claro que a sociedade cativa poderia alcançar qualquer cargo na Irmandade, caso cumprisse com os requisitos solicitados. Para ser Juiz, por exemplo, o individuo poderia: “ser livre ou escravo, com tanto que tenha bom comportamento, livre de vícios, principalmente o de crápula, que influa sentimento de devoção aos mais Irmãos, convocando ao que não forem para se congregarem nesta Irmandade”<sup>171</sup>.

<sup>169</sup> MEMORIAL DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE: Listagem dos Livros de Registros Paroquiais. Paróquia São Gonçalo – Contagem. Livro do Estatuto da Irmandade N. S. do Rosário, 1867. Cx. 97, Fl. 4f. (E. 1 – P. 6)

<sup>170</sup> MEMORIAL DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE: Listagem dos Livros de Registros Paroquiais. Paróquia São Gonçalo – Contagem. Livro do Estatuto da Irmandade N. S. do Rosário, 1867. Cx. 97, Fl. 1f. (E. 1 – P. 6)

<sup>171</sup> MEMORIAL DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE: Listagem dos Livros de Registros Paroquiais. Paróquia São Gonçalo – Contagem. Livro do Estatuto da Irmandade N. S. do Rosário, 1867. Cx. 97, Fl. 4f. (E. 1 – P. 6)

Ainda ao falar dos cativos, o compromisso diz que: “todo o escravo que se apresentar por irmão desta Irmandade, se mudar de escravidão ou domicílio, fará saber ao secretário para fazer-lhe afim de saber de sua pertença”<sup>172</sup>.

Além do compromisso, a Irmandade produziu outros documentos, extremamente relevantes. Encontrou-se no livro de Receitas e Despesas da Irmandade, datado de 1888 e 1889, o nome de Camillo Silvério, pai de Arthur Camilo. Esse registro o apresentava como Regente do Congado, cargo de ampla relevância no Reinado de Nossa Senhora.

Na ocasião, Camillo Silvério entregava quantias em dinheiro para a Irmandade. Sua primeira doação foi realizada em 21 de outubro de 1888, no valor de 8\$000 réis, posteriormente, no ano de 1889, foram feitas mais duas entregas, uma de 3\$000 réis, em 25 de agosto e outra de 2\$000, em 05 de outubro<sup>173</sup>. Diante desse documento, embora não se saiba se, na época, Camilo Silvério fosse escravo ou liberto, ele certamente possuía uma importante atuação na Irmandade.

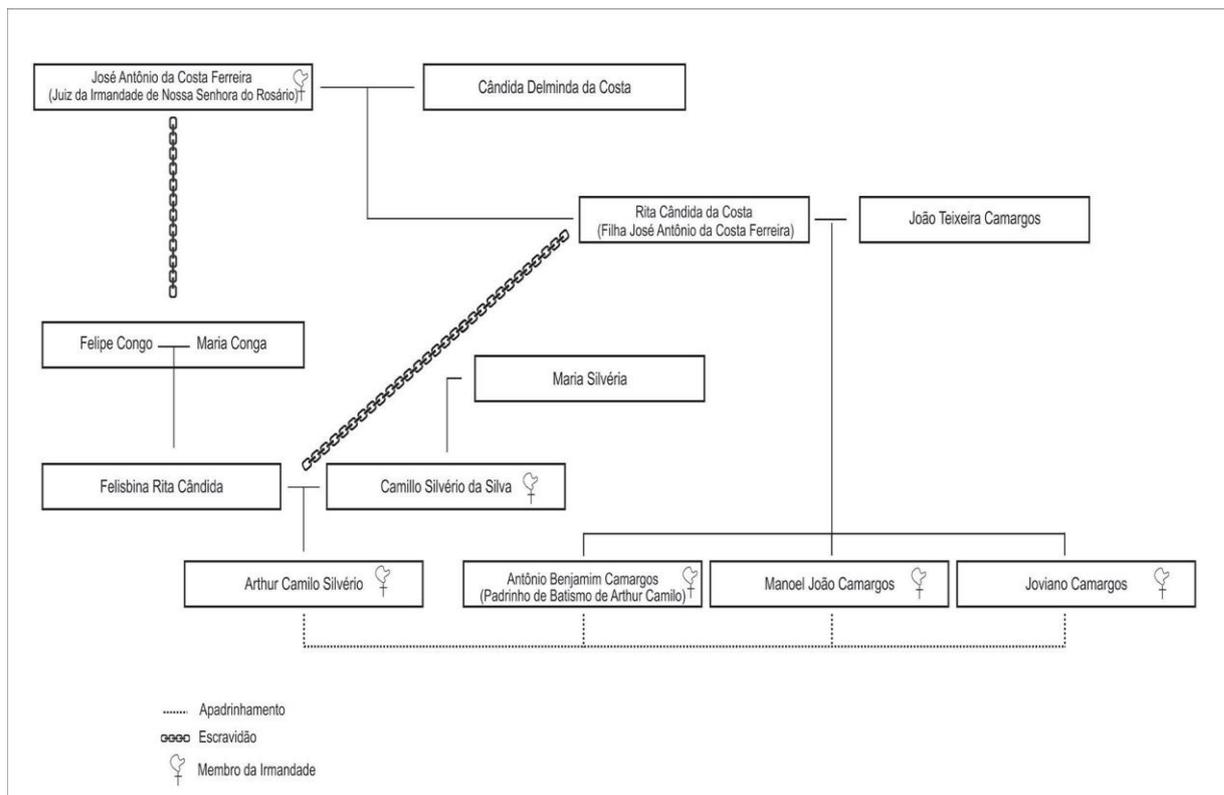
Na listagem de doadores da Irmandade, constam os nomes de José Antônio da Costa Ferreira e João Teixeira Camargos, também oferecendo quantias em dinheiro. Nesse sentido, procurou-se estabelecer relações entre a genealogia dos Arturos e os senhores ligados a Irmandade.

Conforme visto anteriormente, José Antônio da Costa Ferreira, juiz da Irmandade, casado com Cândida Delminda da Costa, foi proprietário de Felisbina Rita Cândida. No levantamento genealógico realizado pelo IEPHA/MG<sup>174</sup>, verificou-se que sua família estabeleceu parentesco com os Camargos. Este foi o caso de Rita Cândida da Costa, filha do casal citado acima. Rita Cândida casou-se com João Teixeira Camargos, que consta como dono de Camillo Silvério e Felisbina à época do nascimento de Arthur Camilo. Estas relações podem ser melhor compreendidas no gráfico esquemático abaixo:

<sup>172</sup> MEMORIAL DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE: Listagem dos Livros de Registros Paroquiais. Paróquia São Gonçalo – Contagem. Livro do Estatuto da Irmandade N. S. do Rosário, 1867. Cx. 97, Fl. 4f. (E. 1 – P. 6)

<sup>173</sup> MEMORIAL DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE: Listagem dos Livros de Registros Paroquiais. Paróquia São Gonçalo – Contagem. Livro de Receitas e despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, 1888 – 1889. Cx. 99, (E. 1 – P. 6)

<sup>174</sup> Árvore genealógica dos Arturos. INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS.



**Figura 41:** Gráfico esquemático da relação entre os senhores vinculados à Irmandade e os Arturos.  
**Fonte:** Acervo IEPHA.

Há também, uma ligação com Pedro Alcântara Diniz Moreira, pois seu filho, José Pedro de Alcântara, foi o declarante da morte de Camillo Silvério, conforme verificado em seu atestado de óbito.

Posteriormente a essa época, conforme documentação analisada, a Irmandade entrou em decadência a partir de 1897. Com isso, na tentativa de reorganizar a associação, foi aberto, em 1920, um Livro de Atas com a seguinte informação:

Servirá este livro para lançamento de Actas da Mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da Freguesia de Contagem, reorganizada, de conformidade com o Compromisso, aos sete de Novembro de 1920. Contem cem (100) folhas rubricadas por mim com a rubrica de que uso e diz J Martins levando na ultima pagina o termo de encerramento. Villa de Contagem, 07 de Novembro de 1920. Pe. Joaquim Martins<sup>175</sup>.

<sup>175</sup> MEMORIAL DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE: Listagem dos Livros de Registros Paroquiais. Paróquia São Gonçalo – Contagem. Livro de Atas da Irmandade do Rosário da Paróquia de São Gonçalo da Contagem. 1920-1958. Cx. 100, (E. 1 – P. 6)

No retorno, as famílias mais abastadas da cidade continuaram sendo responsáveis pela Irmandade, como é o caso dos Camargos. Nesse momento, verificou-se outra vez, que os dirigentes da Irmandade eram os senhores dos ancestrais dos Arturos. Conforme averiguado, Rita Cândida e João Teixeira Camargos (citados anteriormente como donos de Camillo Silvério e Felisbina) eram pais de: Augusto Teixeira Camargos, Joviano Camargos, juiz, Manoel João Camargos e Antônio Benjamim Camargos, todos da Irmandade, e, padrinhos de Arthur Camillo. Percebe-se assim, que estes senhores estabeleceram com os Arturos, laços que ultrapassaram os limites do cativo e da servidão, ficando em posição de mando também na estrutura religiosa.

Esse senhorio, embora tenha recuperado a Irmandade com a abertura do livro de Atas em 1920, esmoreceu, deixando de escrever no livro em 1921. Retomado somente em 1958. Após essa data, os documentos existentes sobre a Irmandade, são os pedidos de manutenção da Capela do Rosário, e o novo Estatuto, elabora em 1972.

Os Arturos, já estabelecidos como comunidade em seu território atual, participaram ativamente da construção do documento que substituiu o compromisso de 1867, tornando-se os principais responsáveis pela associação. Na ocasião, foram os filhos de Arthur Camilo que ocuparam cargos na Irmandade, sendo Geraldo Arthur Camilo, Capitão-mor, Izaíra Maria da Silva, 2ª secretária e Mário Braz da Luz, como 2º tesoureiro.

No novo Estatuto, são contempladas as missas e as rezas de terço, além de manter as dimensões culturais presentes nos rituais da Irmandade do Rosário, tais como o Congado e a celebração dedicada à Santa. O documento de registro de títulos do Estatuto destaca ainda, que são membros efetivos: “os componentes da Guarda de Congo e Moçambique, os benfeitores contribuintes e honorários”<sup>176</sup>.

Diante do exposto, viu-se que, somente após mais de cem anos do primeiro Estatuto, os principais detentores das tradições associadas às irmandades negras ocuparam lugar de direção na Irmandade. Além disso, constatou-se ainda, que os Arturos contribuíram para a manutenção da associação, visto que, após a sua integração, o culto, a devoção e a Festa de Nossa Senhora do Rosário se tornaram constantes.

---

<sup>176</sup> ARQUIVO DA CASA DE CULTURA NAIR MENDES MOREIRA. Registros de Títulos e Documentos das Pessoas Jurídicas, 1973.

Atualmente, a Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Contagem, representa juridicamente a Comunidade dos Arturos, e atua em conjunto com seus integrantes, decidindo sobre a programação das festividades, além de deliberarem sobre outras questões relacionadas à Comunidade.

#### 2.4. Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Arturos

Vislumbrou-se brevemente parte do processo sócio histórico em que a fé comunitária foi depositada em Nossa Senhora do Rosário. A manifestação mais pungente de devoção à Santa é realizada na Festa que leva seu nome, inserida no ponto alto do ciclo de seu Reinado. Durante a festa, pode-se distinguir vários elementos que fazem da cerimônia o paroxismo do vínculo da Comunidade.

A presença de suas Guardas de Moçambique e do Congo, a presença do trono coroadado, com seus reis e rainhas, a visita das guardas provenientes de outras comunidades de mesma fé, o alimento que é compartilhado por todos os presentes, tudo, faz com que a Comunidade nesse momento experiencie um momento de efervescência coletiva<sup>177</sup>. Nesse momento, é criada densidade social nas relações da comunidade, cujos vínculos são estabelecidos com base nos sentimentos e emoções gerados pela comunhão na fé.

O catolicismo popular, por outro lado, permite essa abertura em que a convivência entre as pessoas e os santos é estabelecida por relações de proximidade, quase domésticas<sup>178</sup>. O mito de aparição e resgate de N. S. do Rosário confirma e legitima essa proximidade onde o negro tem participação privilegiada. Nesse sentido a festa atende a um fim ideal mítico da existência humana, consequência de uma prática eminentemente enraizada na tradição. A antropóloga, especialista em festas, Léa Perez, afirma que a

---

<sup>177</sup>Efervescência, no dado à palavra por Émile Durkheim: “Pois o que define o sagrado é o fato de ser acrescentado ao real; ora o ideal corresponde à mesma definição: não se pode explicar um se explicar o outro. Viu-se, com efeito, que se a vida coletiva, quando atinge um certo grau de intensidade, desperta o pensamento religioso, é porque ela determina um estado de efervescência que modifica as condições da atividade psíquica. As energias vitais estão superexcitadas, as paixões mais vivas, as sensações mais fortes; existem mesmo algumas que não se produzem senão neste momento (As Formas Elementares da Via Religiosa. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção Os Pensadores. Introdução e Conclusão, p. 226).”

<sup>178</sup> FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: introdução à sociedade patriarcal no Brasil - I. 40ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

manifestação festiva tradicional pode ser vista como “alguma forma de arcaísmo, de sobrevivência, de nostalgia, ou até mesmo de atraso”, no entanto, quando vivida pelos participantes do ritual festivo ela é experienciada “como explosão de vida, como revigoramento e, portanto, como uma espécie de renascimento, pleno de atualidade, de inovação, de ruptura. Para quem participa dela, a festa não tem idade, é sempre atual”<sup>179</sup>.

No processo histórico de imbricação cultural que resulta na devoção festiva a Nossa Senhora do Rosário, diferentes matrizes religiosas conformaram gestos, cânticos, práticas e rituais alicerçados na fé da tradição. A memória histórica concretizada na festa possui elementos nitidamente vinculados ao catolicismo popular, matizado por uma herança cultural africana. O que existe das religiões de matriz africana<sup>180</sup>, ou afro-brasileiras, permite que a manifestação aponte para um significado cuja fundamentação estaria na própria compreensão do sagrado. Quem desenvolve o conceito de uma “teologia da festa” é Berkenbrock<sup>181</sup>, para uma “compreensão do lugar da festa dentro da lógica divina/sagrada destas religiões.” O autor identifica nestas festas a presença marcante de uma matriz cultural iorubana, que estabeleceria um “paradigma para a cosmologia afro-brasileira”<sup>182</sup>. De acordo com essa cosmologia, a realidade vivida pelos indivíduos inseridos na comunidade está imersa em uma totalidade<sup>183</sup>, referencial ideal que a vida terrena, por meio dos rituais, procura sempre reestabelecer. “A realidade de divisão experimentada pelo ser humano atual é ao mesmo tempo uma eterna saudade da unidade inicial”, constituinte da realidade primeira, “subjacente à atual”, informa Berkenbrock<sup>184</sup>.

Percebe-se nas condutas rituais vividas durante o período festivo/cerimonial de N. S. do Rosário, o objetivo último de “busca ou a manutenção do contato, do equilíbrio, da

---

<sup>179</sup> Perez, Léa Freitas. Dionísio nos trópicos: festa religiosa e barroquização do mundo - por uma antropologia das efervescências coletivas. In: Mauro Passos. (Org.). A festa na vida: significado e imagens. 1ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 53.

<sup>180</sup> São chamadas de religiões de matriz africana: Umbanda, Macumba, Candomblé, Xangô, Casa de Mina, entre outras denominações.

<sup>181</sup> BERKENBROCK, V. J. A festa nas religiões afro-brasileiras. In: Mauro Passos. (Org.). A Festa da Vida. 1ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 191-221., p. 195

<sup>182</sup> BERKENBROCK, 2002: 205

<sup>183</sup> Para conhecimento do mito iorubano que explica o porquê da divisão em dois níveis da existência, o divino e o terreno, ver em Berkenbrock 2002, p. 207-209. Não custa lembrar que o mito por excelência da sociedade judaico-cristã também relata a existência como resultado da expulsão do Homem do paraíso, devido ao pecado de Adão.

<sup>184</sup> BERKENBROCK, V. J. A festa nas religiões afro-brasileiras...p.211.

harmonia entre os dois níveis da existência<sup>185</sup>”. Quando a festa se mostra como um momento privilegiado da existência, a união entre santos, ancestrais mortos e vivos é possível. Há, portanto, uma suspensão temporária da separação entre as esferas profanas e sagradas, durante a celebração. Tanto para os escravos, como para seus descendentes que mantiveram a tradição de fé, dançar com o sagrado recompõe a própria existência. Segundo Berkenbrock<sup>186</sup>, as festas afro-brasileiras permitem confundirem-se a África e o Brasil, abolindo o oceano e apagando-se o tempo da escravidão: “Não existem mais fronteiras entre natural e sobrenatural; o êxtase realizou a comunhão desejada”.

Bastões de comando das guardas, coroas utilizadas pelo “trono coroadado<sup>187</sup>”, tambores utilizado no Candombe e na festa, os objetos rituais enfim, todos têm também seu significado espiritual e necessitam da devida preparação ritual, pois “não se trata apenas de providenciar (comprar ou confeccionar) o instrumento. Ele precisa receber sua preparação espiritual<sup>188</sup>”.

A mesma atenção ritual com os objetos utilizados na festividade é também identificada por Souza<sup>189</sup> como pertencendo aos cultos religiosos de origem banto. As coroas, por exemplo, são objetos de culto que incorporam as virtudes da entidade representada na coroa e também de seu portador. Por conseguinte, as coroas usadas por ancestrais da comunidade ainda possuem o poder espiritual de seu antigo portador. Souza chega a afirmar que atualmente, como em Catalão (GO), “a figura do rei não tem maior relevância ou significação”, pois “a pessoa do rei se dissolve no objeto-coroa<sup>190</sup>”, este sim alvo maior de respeito e veneração.

Mais importante que saber as origens primeiras da história da festividade, é constatar que a festa mobiliza uma série de saberes e práticas que necessariamente se inter-relacionam no momento da celebração. O saber-fazer culinário é recuperado neste instante e compartilhado entre os participantes da festa. As Guardas põem em prática toda a etiqueta ritual necessária para a adequada conexão com a esfera sagrada. Conexão que

<sup>185</sup> BERKENBROCK, V. J. A festa nas religiões afro-brasileiras...p.206.

<sup>186</sup> BERKENBROCK, V. J. A festa nas religiões afro-brasileiras...p.217.

<sup>187</sup> Reis e Rainhas participantes da festa.

<sup>188</sup> BERKENBROCK, V. J. A festa nas religiões afro-brasileiras...p.202.

<sup>189</sup> Souza, Marina de Mello e. Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

<sup>190</sup> Brandão, Carlos Rodrigues. *A festa do santo preto*. Apud Souza, 2002.

recupera a benzeção em outros termos daqueles presentes na prática cotidiana comunitária. Há a relação necessária da festa com o saber ligado às virtudes sagradas dos mastros e bandeiras. E, finalmente, a cerimônia do candombe é realizada, estabelecendo os vínculos necessários com os ancestrais.

## 2.5. Religiosidade na Comunidade dos Arturos

A tradição e a fé presentes na Comunidade dos Arturos são meios eficazes de solidariedade e coesão do grupo social. No entanto, em meio aos valores herdados dos ancestrais, a comunidade tem sido, como toda a sociedade, atravessada por outros valores, incluindo os de origem religiosa. Como relata Maria Auxiliadora da Luz, esposa de Mário Braz da Luz:

Então, eu falo, na minha família tem de tudo, graças a Deus, temos o espírita, têm os católicos que somos eu, Mário, né, e tem os evangélico também. De todo modo, na minha família tem de tudo um pouco, né. Então, eu valorizo muito o que eles seguiram, né, aí, eu falo: bom, quis sê crente. Maravilha. Palavra de Deus é tão bonita, né. Então eu gosto muito, sabe, da palavra.<sup>191</sup>

A fé alicerçada na tradição católica popular convive cada vez mais com diferentes crenças religiosas, à medida que a comunidade se expande. Diante da afirmativa de Maria Auxiliadora, percebe-se que não há consenso religioso atualmente, há a aceitação das escolhas pessoais religiosas, em que o vínculo familiar fornece a solidariedade e a aceitação da diversidade interna. Porém, essa diversidade pode ser uma força contrária à sobrevivência da tradição, já que quem escolhe a orientação evangélica, por exemplo, afasta-se das celebrações religiosas tradicionais, não participando das Guardas de Congado, não entrando “no ritmo de Nossa Senhora”. Indagada sobre a distância mantida por fiéis de outras orientações religiosas nas celebrações tradicionais da Comunidade, Maria Auxiliadora responde:

<sup>191</sup> LUZ, Maria Auxiliadora da Comunidade dos Arturos. 09 de abril, 2013. Contagem: Inventário para fins de Registro da Comunidade dos Arturos – IEPHA/MG. Entrevista concedida a Leonardo Augusto Silva de Freitas.

ah, se afasta, né, que os evangélico não gosta de entrá na, na, no ritmo de Nossa Senhora. Né, isso eles não gosta, né. Mas, porém os meus filhos, meus netos que são evangélicos não, não se atreva na religião da gente, não. Não se atreva não. Mas, a gente leva a vida muito pra frente, sempre eu falo que louvado seja Deus.  
192

A Comunidade, portanto, vivencia o que Pierre Sanchis<sup>193</sup>, respeitado antropólogo no campo de estudos da religião, distingue na contemporaneidade brasileira: um “pluralismo religioso”. O autor identifica dentro das possibilidades de escolhas religiosas do brasileiro um trânsito ambivalente entre o catolicismo oficial, servindo como uma matriz afiliativa genérica, e seu diálogo com a escolha individual da pertença religiosa de cada um, estabelecida dentro das “relações modernas de liberdade e autonomia individual<sup>194</sup>.”

Conforme Sanchis, a referência generalizada ao catolicismo não significaria uma adesão ou reverência imediata a ele. Mas, no Brasil, as diferentes identidades religiosas são definidas dentro do catolicismo, “a partir dele, ao longo dele, na sua sombra, mas também face a ele e frente a ele”<sup>195</sup>. A estrutura relacional que a vertente do cristianismo ocidental permitiu e permite é definida pelo autor como uma “estrutura virtualmente sincrética”. Segundo Sanchis, é sua estrutura organizacional, em forma de “religião” institucionalizada, de “sua visão de um universo mediador do sagrado, de seu culto carregado de presença corporal e cósmica”, bem como de sua “afinidade com a dimensão mítica operacionalizada na liturgia, que predispõe o catolicismo a privilegiar a dimensão simbólica”<sup>196</sup>. Desse modo, a “estrutura virtualmente sincrética” católica orienta um “outro” sentido sem necessariamente condicioná-lo a um significado fechado, o que permite outras leituras a partir dessa abertura simbólica permitida pelo catolicismo.

Foi essa “porosidade” do catolicismo brasileiro que propiciou o diálogo com a tradição africana, trazida pelos escravos e reinterpretada pela matriz católica. A lenda de aparição e resgate pelos negros da imagem/manifestação de Nossa Senhora do Rosário

<sup>192</sup> LUZ, Maria Auxiliadora da Comunidade dos Arturos. 09 de abril, 2013. Contagem: Inventário para fins de Registro da Comunidade dos Arturos – IEPHA/MG. Entrevista concedida a Leonardo Augusto Silva de Freitas.

<sup>193</sup> SANCHIS, Pierre. “Desencanto e formas contemporâneas do religioso”. In. Ciências Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 03, p. 27-43, outubro 2001.

<sup>194</sup> SANCHIS, Pierre. “Desencanto e formas contemporâneas do religioso”..., p.39.

<sup>195</sup> SANCHIS, Pierre. “Desencanto e formas contemporâneas do religioso”...,p.24-25.

<sup>196</sup> SANCHIS, Pierre. “Desencanto e formas contemporâneas do religioso”...,p. 28-29.

insere-se neste contexto. A história, transformada em mito<sup>197</sup> estruturante do pensamento religioso da comunidade, fornece o apoio mitológico necessário para fundamentar os ritos tradicionais presentes na Comunidade dos Arturos. Nesse sentido, a historiadora Leda Maria Martins afirma para os Reinados negros:

A sintaxe que organiza os ritos e toda a representação simbólica deriva-se da narrativa fundadora, tecida pelo cruzamento do texto católico com repertórios textuais de arquivos ágrafos africanos, reencenados, com um texto terceiro, pela tradição oral<sup>198</sup>.

A narrativa fundadora, a qual se refere Martins, é o mito da aparição da imagem de Nossa Senhora do Rosário: sua busca, primeiro pelos brancos e depois pelos escravos, quando a imagem/Nossa Senhora aceita ser levada por eles, com suas músicas, batuques e danças oferecidas à santa. Todos os componentes da narrativa são componentes fundamentais da cosmovisão instaurada pelo Reinado que guia as práticas rituais do período, que é, ao mesmo tempo, devocional e festivo. Para Martins, “o narrar, cantado e dançado, é sempre um ato de constituição e construção simbólicas de uma identidade coletiva” cujo fundamento maior é “a figuração do negro como agente no enredo que o tem por objeto”<sup>199</sup>.

Irmã de Arthur Camilo, Josina Januária da Silva foi entrevistada por Romeu Sabará, em sua Tese sobre a Comunidade, onde lhe deu o seguinte depoimento sobre o mito de Nossa Senhora do Rosário:

Nossa Sinhora apareceu no mar.  
Chamô o padre, o padre pelejô, não vei.  
Chamô a banda de música, ficô queta.  
Vei o Congado, ele rodô, rodô, ela não buliu.  
Vei o Moçambique, cantô dois ponto, deu dois passo.  
Tornô a cantar outro verso, ela buliu outro passo.  
Incarriô os canto, água arredo pra cá e pra lá, abriu aquela rua, fizeram andô e levaram ela<sup>200</sup>.

<sup>197</sup> Mito no sentido de uma narrativa que estrutura o pensamento para as condutas práticas.

<sup>198</sup> MARTINS, Leda Maria. Afrografias da memória..., p.47.

<sup>199</sup> MARTINS, Leda Maria. Afrografias da memória..., p 49.

<sup>200</sup>SABARÁ, Romeu. *Comunidade negra dos Arturos...* p. 172.

Nas palavras do falecido Geraldo Arthur Camilo, ele fala do mito, assim como do Candombe:

O Candombe é quando Nossa Senhora apareceu no mar. Ela foi tirada com o Candombe, porque não havia caxa que tirasse ela.

Ninguém tinha liberdade, que era tempo de escravidão. O povo era só trabaia. Então Nossa Senhora apareceu lá nas água. Os rico foi tirá ela com banda de música e tal, ela num quis. Quando o padre foi celebrá missa, falano palavra, ela só mexeu um mucadim, mas parô. Porque Nossa Senhora não queria luxo. E foro aqueles fazendeiro com muito luxo, coi9sa boa pra pô ela ali dentro, aquele luxo. Ela parô. Eles pelejô, pelejô, ela ficô parada lá nas água. Eles então vei embora.

O escravo viu tudo, pensô lá e combino com os companheiro dele:

- Ah, vô falá com o sinhô – se o sinhô dé nós a liberdade de nós conversa com ele – nós vão pedi ele se ele dexa nós í pelejá lá pra vê. Nós falamos que a moçpa tava lá, eles achava que era mentira, descubriro que era verdade. Eles já foro com banda de música, já foi o padre, foi os ricaço com tudo quanto há [...].

- Ah, mas cumé que nós vai arrumá?

-- Ah,tem aquele pau ali – tá curado, né? – nós põe um pedaço de coro ali no tampo dele e nós vão batê, cantano nossa language. Às vez, quem sabe? E nós vão fazê nossas oração, leva nossos terço de conta de lágrima (Eles fazia o terço era de noite: a hora que tava descansano eles tava fazeno).

E assim o escravo foi e falô com o seu sinhô dele.

- Ah, nego, ocês tá quereno é coro! Pois se nós foi lá, com uma banda de música, primero nós levô o padre, fomo com tudo tão organizado e ela num saiu [...] Agora ocês é que vai [...].!

E os escravo disse:

- Não, num há problema. Se o sinhô dá licença, nós vai. Se consegui, bem. Se num consegui [...]

- Mas nós fizemo igreja, oratore, tudo enfeitado de tudo que nós podia, agora [...]

- Não, nós vamo só fazê a nossa oração lá. Se nós recebê a graça, muito bem; se nós num recebê, nós volta pra senzala e vamo trabaia.

E foi ele disse:

- Cês vai. Se ela num vié, caboco, cês perdeu a vez, cês vai entrá é no coro.

Eles pegaro seus tambô, que era um par de três tambô e foi. Chegaro lá, fizero oratore de sapé, pusero arco de bambu enfeitado pra ela passa e foro bateno os tambô, cantano dançano pra ela. Ela deu um passo. Parô. Eles torno a cantá, cantano demais, ela veio vino devagarzinho, até que chegô na berada. Parô outra vez. Eles cantano, cantano.

Ah, os branco achô ruim! Quando ela parô na berada, eles tiraro ela. Com as banda de música, foguete essas coisa. Tudo de novo. Ela ficô quetinha: pegaro ela, levô, fizero lá uma capelinha, pôs ela lá dentro. Os nego, esses já foi ficano pra trás e acabô indo tudo pra senzala deles.

Quando foi no outro dia, eles abriro lá a capela, cadê ela? Tinha voltado pro mesmo lugá.

- Oh, que diabo! Nós foi com banda de música e os nego é que pôs ela na berada da areia; nós chegô, botamo ela no andô, tomô ela dos nego, levamo pra capela e a santa num tá mais lá.

Voltaro tudo pra vê: a santinha lá no mei do mar, parada.

Os nego armô a capelinha deles – cá no ponto de pobre, né? – de pé no chão, otros de precata, cantano, ela veio vino, eles arranjo seu andô deles. Tudo no ponto de

pobre – pôs ela no lugá lá – lugá de nego, humilde – e ela ficô. Aí eles fizeram a igrejinha dela e ela nunca que voltô.  
Então ficô seno o tambô sagrado, o Candome. É ele tiro ela. Num tambô ela veio sentada, igual andô. É Santana. Por isso nós começa o candome assim:  
- Ê tamborete sagrado.  
Com licença, auê!  
Por isso é que nós bate o Candome, brincano, igual desafio. Porque o branco desafia o nego e parece que eloe ganha. Mas ganha é cá os nego véio. Igual com Nossa Senhora [...] quem ganhô?  
Candome é um desafio, uma brincadeira de gente forte, que põe ponto, lebrano os passado<sup>201</sup>.

Martins analisa as variantes do mito em algumas narrativas por ela transcritas e nelas identifica três elementos persistentes:

1º) a descrição de uma situação de repressão vivida pelo negro escravo; 2º) a reversão simbólica dessa situação com a retirada da santa das águas ou da pedra, capitaneada pelos tambores; 3º) a instituição de uma hierarquia e de um outro poder, fundados pelo arcabouço mítico<sup>202</sup>.

Esse núcleo convergente identificado por Martins revela as modalidades de recriação do tema, conforme o dinamismo da oralidade, permitindo acréscimos, detalhes, simplificações e supressões que, no entanto, mantêm a coesão mítica. Dir-se-ia, complementando a análise de Martins, que a manutenção de todo o arcabouço mítico é permitido por um “símbolo dominante”, conforme Victor Turner<sup>203</sup>, que se refere a um valor axiomático compartilhado pelo grupo social: a imagem/manifestação de Nossa Senhora do Rosário. É preciso levar em conta o aspecto operacional do símbolo dominante. Este carrega consigo outros símbolos que desempenham atividades simbólicas em torno dele, e, portanto, todos os outros componentes presentes nos rituais festivos da comunidade – tais como os mastros, os bastões de mando, as coroas – são operacionalizadas em função da predominância de Nossa Senhora do Rosário.

Outros aspectos do símbolo dominante, dentro de um ritual, é sua capacidade de condensar e unificar os significados mais díspares, ao mesmo tempo em que polariza esse

<sup>201</sup> GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras raízes mineiras...*, p. 285-286.

<sup>202</sup> MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da memória...*, p. 56.

<sup>203</sup> TURNER, Victor. “Os símbolos do Ritual Ndembu”. In. *Floresta de Símbolos: aspectos do Ritual Ndembu*. Niterói, RJ: EdUFF, 2005.

significado entre o polo sensorial<sup>204</sup> e o ideológico. Este último se refere à ordem moral e social, às normas e valores estruturais. Quando os membros da Comunidade enfatizam a manutenção dos vínculos comunitários como calcados fundamentalmente nas tradições e vivências de fé, estão se referindo a esse polo ideológico do símbolo dominante. Quem exemplarmente diz sobre isso é José Bonifácio da Luz, o Capitão Bengala: “É a vivência do Sagrado, valorizando através de práticas coletivas num calendário festivo a memória, a crença, a fé acima de qualquer preceito ou preconceito”<sup>205</sup>.

---

<sup>204</sup> O polo sensorial do símbolo dominante refere-se apenas aos fenômenos e processos naturais e fisiológicos, relacionados com a forma externa do símbolo. Não é relevante para a presente análise.

<sup>205</sup> Carta enviada à Fundação Palmares.

### CAPÍTULO III – QUESTÕES SOBRE DIREITOS

Entende-se que a compreensão da Comunidade dos Arturos enquanto um Lugar abarca vários aspectos históricos e sociais inter-relacionados. Um deles refere-se à participação de seus ancestrais com o regime escravista. Como os efeitos sociais e políticos do regime revelaram-se como características de longa duração no país, a Comunidade negra, após a abolição, ainda sentiu por várias décadas tais efeitos. Atualmente estão inscritos juridicamente mecanismos de compensação e reparação dos constrangimentos causados aos negros, que ainda sofrem com preconceitos advindos da exclusão social e econômica. Entre outros aspectos relevantes para a compreensão da Comunidade dos Arturos como Lugar estão: a formação do Estado e da nação brasileira, num país onde esse processo ocasionou discrepâncias no sentido e na amplitude da cidadania, as ideologias raciais contidas na formação do ideal de nação, e o reconhecimento constitucional dos direitos de populações até então invisíveis juridicamente – as populações étnicas tradicionais<sup>206</sup> e os *remanescentes de quilombos*<sup>207</sup>.

A Comunidade dos Arturos, em busca de reconhecimento político para ampliação de seus direitos enquanto uma Comunidade negra, com origens ancestrais ligadas ao continente africano, submetidas ao sistema escravocrata e às opressões sofridas pela permanência do domínio hierárquico patriarcal, foi em busca dos direitos reparatórios inscritos constitucionalmente nos dias de hoje. Desse modo, a Comunidade procurou as instituições encarregadas no reconhecimento político para fins de regularização fundiária<sup>208</sup>. A

---

<sup>206</sup> O Decreto Federal n.º 6.040, de 07 de Fevereiro de 2007, conceitua as comunidades e povos tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios tradicionais, além de recursos naturais, como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Para tanto, se utilizam de conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição: Assim, são comunidades tradicionais: povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, ciganos, povos de terreiro, dentre outras. Defensoria Pública da União – Comunidades Tradicionais.

[http://www.dpu.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1737&Itemid=251](http://www.dpu.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1737&Itemid=251) Acesso em 08/04/2013.

<sup>207</sup> *Remanescentes de quilombos* é a expressão com que a legislação reconhece as comunidades negras, conforme o Decreto 4.887/2003.

<sup>208</sup> Não há na comunidade um consenso sobre o processo iniciado junto ao INCRA, pois uma das condições do Instituto para a regularização fundiária é de unificar em uma pessoa jurídica a posse comunal do terreno.

Fundação Cultural Palmares foi acionada em 2004, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2011.

Na carta enviada pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, representante jurídica da Comunidade dos Arturos, para a fundação Palmares, percebe-se a consistência argumentativa nas manifestações de cunho imaterial baseadas nos valores culturais e religiosos afro-brasileiros:

As tradições da Comunidade dos Arturos advêm da herança cultural de um agrupamento familiar de negros que habitavam uma propriedade particular em terras do município de Contagem.

Caracteriza-se pela manutenção da cultura negra, herdada dos ancestrais e conservada na vivência das manifestações sacralizadas durante as festas religiosas que fazem do grupo um universo à parte.

(...) A origem da comunidade é o negro Arthur Camillo Silvério e sua esposa, Carmelinda Maria da Silva – eles primeiros da grande família. É através de Arthur (pai) que se formam os Arturos (descendentes) e a marca do nome atesta a força da ancestralidade: filhos e netos e bisnetos de Arthur são hoje **ARTUROS**, família mantida e alimentada pela raiz inicial. (*Negras Raízes Mineiras – Os Arturos* – Núbia P.M. Gomes e Edimilson Pereira)

A unidade dos Arturos é mantida fundamentalmente calcada nas tradições religiosas/ míticas e práticas do cotidiano coletivo de seus integrantes. Tendo o agrupamento familiar, organizado por Arthur Camilo Silvério, consolidado – se a cada ano na repetição de práticas que transcendem o momento de sua ocorrência e reportam a todos à raiz formadora da Comunidade. É a vivência do Sagrado, valorizando através de práticas coletivas num calendário festivo a memória, a crença, a fé acima de qualquer preconceito ou preconceito.

As principais festas promovidas pela Comunidade são: **Festa da libertação** (13 de maio), **Festa de Nossa Senhora do Rosário** (mês de outubro), **Festa do João do Mato** (dezembro), **Festa da Folia de Reis** (ciclo natalino).

Diante do exposto, vimos solicitar a Vossa Senhoria o reconhecimento da Comunidade dos Arturos como “Quilombo”, pelo seu comprometimento com a preservação dos valores culturais e religiosos afro-brasileiros, mantidos até a atualidade.<sup>209</sup> (*Grifo Nosso*)

No dia 25 de novembro do mesmo ano foi emitida a Certidão de autorreconhecimento atestando que a Comunidade dos Arturos “é remanescente das

<sup>209</sup> Consta em anexo a íntegra da carta enviada à Fundação Cultural Palmares para o reconhecimento da Comunidade dos Arturos como “quilombo”, cuja data de envio é 19 de novembro de 2004.

comunidades dos quilombos<sup>210</sup>”. Seguindo a sequência jurídica para a aquisição de direitos territoriais, a Comunidade, em 2011, procurou o INCRA/MG para a regularização do território utilizado nas suas práticas cotidianas e rituais, para além do território demarcado pelo título de compra das terras emitido em 1888, adquirido por Camillo Silvério.

A resposta do INCRA/MG para o ofício encaminhado pela Diretoria de Proteção e Memória solicitando informações sobre o processo de regularização fundiária do território da Comunidade foi a seguinte:

Em atenção ao OFÍCIO N<sup>o</sup>. 007/2014-DPM, informamos que o INCRA-MG ainda não realizou na comunidade quilombola de ARTUROS, localizada em Contagem/MG, os estudos requeridos para a identificação e delimitação do território por ela pleiteado, mediante elaboração de Relatório Antropológico, motivo pelo qual o processo administrativo n<sup>o</sup>. 54170.003744/2005-76, que trata da regularização fundiária desse território, está com sua tramitação praticamente paralisada. Hoje, não temos previsão sobre quando os citados estudos poderão ser realizados<sup>211</sup>.

Por conseguinte, pretende-se, neste capítulo, ampliar e aprofundar o conhecimento sobre a importância da Comunidade dos Arturos como um Lugar de extrema relevância para o Patrimônio Cultural. Com esse objetivo, serão discutidas as premissas referentes à formação do Estado brasileiro, as ideologias presentes no imaginário a respeito de uma formação ideal de nação, a ressemantização da noção de quilombo relacionada à história da mobilização da comunidade negra para a conquista de direitos, e, finalmente, a questão da identidade étnica.

### 3.1. Estado e nação

É de amplo reconhecimento que a criação da noção de Estados-nações acompanhou os ideais Iluministas e igualitários advindos da Revolução Francesa. Antes disso, haviam Estados, bem como nações, mas não sua combinação, que compreende uma delimitação

<sup>210</sup> Letras maiúsculas foram usadas no documento de certificação emitida pela Fundação Cultural Palmares, todavia manteve-se o padrão do texto.

<sup>211</sup> Ofício enviado pelo INCRA/MG ao IEPHA/MG.

territorial e a devida burocracia administrativa e política para administrar a nação, que constitui o agrupamento social unido por uma relativa unidade cultural.

Segundo a cientista política Elisa Reis<sup>212</sup> (1988), tanto o conceito de Max Weber para nação, como de Marcel Mauss, requerem a noção de Estado e indicam a reciprocidade entre os termos e a conseqüente dificuldade para conceituá-los. A nação é definida em Weber<sup>213</sup> como “uma comunidade de sentimento que normalmente tende a produzir um Estado próprio”. Em Mauss, encontra-se a seguinte definição para nação: “uma sociedade material e moralmente integrada, com fronteiras fixas, e onde há uma relativa unidade moral, mental e cultural entre seus habitantes, que conscientemente aderem ao Estado e suas leis”<sup>214</sup>.

Elisa Reis afirma que a “simbiose entre ‘nacionalidade’ e ‘Estado’ insinua de forma bastante convincente o caráter ideológico do processo de construção da nação, sua constante atualização da legitimidade do Estado”<sup>215</sup>. Reis também afirma que o conceito de Estado nacional “refere-se a um processo histórico contínuo” e dinâmico que “interagem continuamente com as práticas concretas de classes e grupos com as quais desempenham um jogo de influências mútuas”. A constituição do Estado e da nação pode se dar de maneiras assimétricas, conforme o processo histórico de cada um. Quando há um descompasso entre a consolidação da autoridade, sobre um domínio territorial, e a “a incorporação dos súditos desse Estado à arena política, por outro”, há conseqüências para o “sentido e amplitude da cidadania”<sup>216</sup>.

Por sua vez, a cidadania a que Reis se refere diz sobre o *status* daqueles indivíduos pertencente ao Estado nacional, o que “corresponde a uma identidade social ‘politizada’ que emerge de características políticas, econômicas e culturais de uma sociedade<sup>217</sup>.” Em sua análise dos processos ideológicos presentes na construção dos Estados nacionais, Reis privilegia as representações ideais da nação na construção da sociedade.

<sup>212</sup> REIS, Elisa P. O Estado Nacional Como Ideologia. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 1, p. 187-203, 1988.

<sup>213</sup> WEBER, 1946: 171-179. *Apud* REIS, Elisa P. O Estado Nacional Como Ideologia...p. 188.

<sup>214</sup> MAUSS, 1953-4:20. *Apud* REIS, Elisa P. O Estado Nacional Como Ideologia...p. 188.

<sup>215</sup> REIS, Elisa P. O Estado Nacional Como Ideologia...p. 188.

<sup>216</sup> REIS, Elisa P. O Estado Nacional Como Ideologia...p. 189.

<sup>217</sup> REIS, Elisa P. O Estado Nacional Como Ideologia...p. 189.

Durante o período do Império brasileiro, a ênfase foi dada na construção do Estado em detrimento à nacionalidade<sup>218</sup>, para a devida consolidação de um centro de poder que abarcasse um território tão amplo ainda em vias de definição. A presença de latifundiários com poderes quase autárquicos fez com que a estratégia adotada para a construção do Estado fosse “baseada na aliança entre a autoridade central e proprietários rurais”<sup>219</sup>.

De qualquer forma, o poder do centro burocrático era principalmente uma afirmação simbólica da ordem pública, uma vez que na prática a população continuava a prestar sua lealdade básica aos detentores privados do poder, os proprietários rurais. Não eram apenas os escravos, enquanto propriedade privada, que permaneciam fora da arena política. A ampla maioria da população livre não tinha qualquer identificação com uma unidade territorial mais ampla que os domínios de um potentado rural<sup>220</sup>.

O interesse de Elisa Reis na análise da formação do Estado Nacional brasileiro recai sobre a formação de Estados autoritários durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e da ditadura iniciada em 1964, entretanto, para fins de análise, apropria-se das “representações ideais da nação” para as ideias relativas às noções predominantes da formação racial do povo brasileiro, o que tem consequências diretas no desenvolvimento histórico do conceito político de cidadania<sup>221</sup>. Se num primeiro momento houve uma hierarquização da cidadania, e, até mesmo uma exclusão da vida política e dos direitos sociais de parcelas significativas da sociedade, percebe-se nos últimos anos uma preocupação em ampliar o acesso pleno a políticas públicas, sendo incluídos e reconhecidos constitucionalmente diferentes atores sociais nas suas especificidades. Ao invés de uma nação composta de “senhores” e seus dominados, entre brancos, negros e mestiços, há hoje

---

<sup>218</sup> No entanto, a “nação” enquanto ideologia política já estava presente nos discursos a respeito da escravidão no país.

<sup>219</sup> REIS, Elisa P. O Estado Nacional Como Ideologia...,p. 191.

<sup>220</sup> REIS, Elisa P. O Estado Nacional Como Ideologia...,p. 191.

<sup>221</sup> Importante frisar que o conceito político moderno da cidadania é incompatível com o regime monárquico, escravista e centralizador, anterior à independência do Brasil. Guillermo O’Donnell concebe o cidadão inserido na “*aposta institucionalizada*” da democracia. A aposta democrática pressupõe uma *cidadania política*, um aparato jurídico estabelecido em Constituição, e um Estado, entendido como entidade territorial portadora dessa cidadania. O indivíduo – concebido como autônomo, responsável e racional – deriva de uma definição jurídica de um agente apto a votar e ser votado e, portanto, capaz de assumir um cargo eletivo, até prova em contrário. Para uma melhor compreensão ver: O’DONNELL, Guillermo. Teoria Democrática e Política Comparada. Dados, Rio de Janeiro, v. 42, n.4, 1999.

toda uma matiz de diversidades culturais inseridas politicamente. Entretanto, há toda uma disputa ideológica e política em torno dos novos direitos conquistados pelos diferentes atores conformadores da nação, como negros e índios. O que demonstra que o projeto de ampliação dos direitos não é consenso entre os legisladores, contudo, avanços foram feitos na inclusão social de diferentes atores participantes do projeto democrático.

### 3.2. Raças, ideologias e etnias

Do descompasso entre a consolidação da autoridade no domínio territorial brasileiro e a incorporação neste estado dos diferentes atores sociais constituintes da nação ocorreram de fato consequências para o “sentido e amplitude da cidadania”. Seguindo Thomas E. Skidmore, ele afirma como o pensamento sobre a identidade nacional, com estreito vínculo com a cidadania, é intimamente ligada ao pensamento sobre raça<sup>222</sup>.

Desse modo, conforme Lilia Schwarcz<sup>223</sup>, até o final do séc. XVIII havia um relativo otimismo advindo da Revolução Francesa e seus ideais igualitários, quando então os diferentes grupos sociais constituíam “povos” e “nações” homoganeamente constituídos. Como reação intelectual frente à concepção igualitária entre diferentes sociedades, o termo “raça” ganha espaço no pensamento social no início do XIX com a ideia de heranças físicas permanentes nos diferentes grupos humanos. É o conceito de diferentes “raças” na constituição da humanidade proposto pela primeira vez por Georges Curvier (1769-1832), conforme Schwarcz.

Nas discussões acerca da identidade nacional, a teoria do branqueamento racial foi a mais hegemônica no final do século XIX, no Brasil. A teoria defendia o aumento da população branca em detrimento das raças tidas como inferiores, como os mestiços, indígenas e negros, na tentativa de salvar o país da degeneração da nação brasileira. A

---

<sup>222</sup> Esclarecendo que não existe em biologia o conceito de raça. O que existe é a espécie humana que se divide em diversas culturas, em diversos modos de ser e estar no mundo.

<sup>223</sup> SCHWARCZ, Lília. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil. 3a. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 47.

conjugação das teorias racistas do Conde Arthur de Gobineau<sup>224</sup> (1816-82) e das teorias do naturalista Charles Darwin<sup>225</sup> (1809-1882), usadas para o evolucionismo social, contribuíram para a difusão entre a elite brasileira da pretensão de se constituir uma sociedade cuja aristocracia seria homogeneamente branca. Gobineau, diplomata com aspirações políticas, quando esteve em missão oficial no Brasil, em 1853, assim escreveu sobre seus habitantes:

nem um só brasileiro tem sangue puro, porque os exemplos de casamentos entre brancos, índios e negros são tão disseminados que as nuances de cor são infinitas, causando uma degeneração do tipo mais deprimente tanto nas classes baixas como nas superiores.<sup>226</sup>

Antes de Gobineu, outro teórico europeu influenciou os brasileiros. Henry Thomas Buckle (1821-1862) foi um dos representantes do que se convencionou chamar de “determinismo geográfico”. Os europeus do norte desfrutavam o clima ideal e sua raça era “superior” às demais. Portanto, os que viviam em climas tropicais e não tinham a ascendência privilegiada “superior” eram excluídos até mesmo da possibilidade de construção de uma civilização<sup>227</sup>.

Oliveira Vianna foi um dos pensadores brasileiros mais influentes na difusão das teorias de Gabineau. No livro *Evolução do Povo Brasileiro* (1938), Oliveira Vianna defende a economia latifundiária brasileira apropriando-se do conceito de “aristocracia rural” de Gobineau para procurar legitimar o poder político e econômico dos grandes proprietários rurais. Ao analisar o recenseamento de 1920, Oliveira Vianna considerou o país como um verdadeiro caos étnico devido à fusão das diferentes raças, acusando negros e índios de serem “raças bárbaras”. Contudo, defendendo a imigração das raças superiores arianas, haveria um lento e inexorável processo de embranquecimento, ou arianização, da população

---

<sup>224</sup> Para Gobineau, haveria uma raça suprema: os arianos, cujos representantes mais puros seriam os alemães. Para maiores informações sobre a essência de sua teoria racial, consultar: GOBINEAU, Arthur de. (1983), *Essai sur l'inegalité des races humaines*. 4ª edição, 1853. Paris, Gallimard.

<sup>225</sup> De acordo com Schwarcz, a publicação de *A origem das espécies*, em 1859, de Charles Darwin, fez com que sua teoria da evolução biológica constituísse “uma espécie de paradigma da época”. SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das raças...*, p. 54.

<sup>226</sup> *apud* SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco...*, p. 70

<sup>227</sup> SKIDMORE, T. 2012: SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco...*, p. 68.

brasileira. Desde que se controlasse o aumento da população negra e mestiça<sup>228</sup>. Antes de Oliveira Vianna, afinado com a teoria do embranquecimento racial, Frederico Burlamaque publica, em 1837, seu ponto de vista sobre a escravidão:

Ainda de nós depende o estatuir hum modo de emancipação e deportação progressiva, de maneira que o mal diminua pacificamente por uma gradação lenta e insensível, e que os escravos sejam substituídos *pari passu* por trabalhadores livres e de raça branca.<sup>229</sup>

Outro pensador brasileiro a se debruçar sobre a identidade nacional foi Silvio Romero<sup>230</sup> (1851 – 1914), da geração de intelectuais da década de 1870. Ele defendia a existência de diferenças ontológicas entre as raças, mas apostou na ideia que essa mistura poderia ser positiva e que o mestiço prevaleceria como a “*genuína formação histórica brasileira*”. A partir de Silvio Romero, a cultura brasileira passa a ser compreendida como o resultado dessa mistura das raças, no plano biológico e espiritual, simbolizada no mestiço sua maior afirmação<sup>231</sup>. Dizia ele:

Sabe-se que a seleção natural na mestiçagem ao cabo de algumas gerações faz prevalecer o tipo de raça mais numerosa (...) a branca. Quase não temos mais famílias extremamente arianas; os brancos presumidos abundam. Dentro de dois ou três séculos a fusão étnica estará talvez completa, e o brasileiro mestiço bem caracterizado.<sup>232</sup>

Como exemplo da ideologia racial, Ilka Boaventura Leite<sup>233</sup> cita a colonização ocorrida na região sul do país iniciado no período colonial, mas com grande fluxo de “imigrantes” europeus no final do século XIX. A ideologia racial previa um processo “evolucionista” que ao fim da mistura das raças, o elemento branco prevaleceria. Para acelerar a evolução da composição “racial” brasileira a imigração europeia foi defendida por dois motivos. O

<sup>228</sup> SEYFERTH, G. “Colonização, imigração e a questão racial no Brasil, v. 53.” *Revista USP*, 2002, p.133.

<sup>229</sup> *apud* CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Negros Estrangeiros...*p.85.

<sup>230</sup> *apud*. SCHWARCZ, Lilia. Complexo de Zé Carioca. Sobre Uma Certa Ordem da Mestiçagem e da Malandragem. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 29, n.10, p. 17-30, 1995,p.53.

<sup>231</sup> Skidmore não compartilha a visão otimista de Schwarcz para com Silvio Romero. Para Skidmore, o intelectual sergipano se contradizia sobre a mistura das raças no Brasil, apresentando respostas ambíguas que demonstravam sua insegurança com relação ao benefício ou não da mistura de raças. Para maiores esclarecimentos consultar SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco...*,p. 73-79.

<sup>232</sup> *apud* SCHWARCZ, Lilia. Complexo de Zé Carioca..., p.53.

<sup>233</sup> LEITE, Ilka Boaventura. O Projeto Político Quilombola..., p.967.

primeiro dizia sobre a suposta contribuição dos imigrantes para suprir a carência de mão de obra em decorrência da abolição. O outro motivo dizia respeito à aceleração do processo de branqueamento brasileiro<sup>234</sup>. Para Leite, houve o estabelecimento de uma espécie de “topografia étnica” que foi traduzida pela hegemonia da continuidade das expropriações territoriais a que são submetidas até os dias atuais as etnias não pertencentes ao projeto de embranquecimento.

No final dos anos 20 e anos 30, do século XX, os modelos raciais de análise da identidade brasileira, foram criticados e substituídos por argumentos de ordem social, econômica e cultural, deixando-se de lado as diferenças biológicas. Foram, na época, promovidas políticas públicas que viabilizassem “uma autêntica identidade brasileira”. Foram criadas “e aprimoradas instituições culturais que visavam resgatar nosso folclore, nossa arte e nossa história”<sup>235</sup>.

Dentro deste contexto, Gilberto Freyre, em 1933, lança *Casa Grande e Senzala*, tendo como base o culturalismo norte-americano. Na obra, Freyre oferecia uma espécie de nova racionalidade para a sociedade multirracial brasileira onde foi celebrada a singularidade da mestiçagem. Freyre, ao mesmo tempo, fazia apologia da civilização luso-tropical, uma civilização sincrética, “pioneira em função da ausência de segregação e de uma miscigenação extremada e singular<sup>236</sup>”. A obra de Gilberto Freyre representou uma guinada do pensamento social brasileiro, que até então via a convivência entre negros, brancos, índios e mestiços como uma marca da degeneração física e moral a que o país estava sujeito<sup>237</sup>. Para Freyre, foi à ausência de orgulho racial entre os colonizadores portugueses, composto na sua maioria de cristãos-novos, que possibilitou assimilar as diferentes origens raciais e culturais do povo brasileiro. A suposta hegemonia proposta para a nação foi representada pela contribuição da figura *sui generis* do mestiço brasileiro. A corrente de pensamento inspirada

<sup>234</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco...*, p: 62-62.

<sup>235</sup> SCHWARCZ, Lilia. *Complexo de Zé Carioca...*, P.54.

<sup>236</sup> SCHWARCZ, Lilia. *Complexo de Zé Carioca...*, p. 55.

<sup>237</sup> Em 10 de novembro de 1928, Paulo Prado lançava “Retrato do Brasil: Ensaio sobre a Tristeza Brasileira” em que é nítido o contraste com o otimismo freyreano: “Numa terra radiosa vive um povo triste. Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram [...]. A melancolia dos abusos venéreos e a melancolia dos que vivem na idéia fixa do enriquecimento — no absorto sem finalidade dessas paixões insaciáveis — são vincos fundos da nossa psique racial, paixões que não conhecem exceções no limitado viver instintivo do homem, mas aqui se desenvolveram de uma origem patogênica provocada sem dúvida pela ausência de sentimentos afetivos de ordem superior (...) (p. 13)”.

na tese de Gilberto Freyre é tida como a principal responsável pela manutenção das relações hierárquicas interétnicas no país, conhecida como a Teoria da Democracia Racial, que foi suplantada apenas nas décadas de 1970 e 1980, com os movimentos sociais ressurgindo com a expectativa do fim da ditadura de 1964.

Ao longo da década de 1950, influenciados pelas narrativas consolidadas dentro e fora do país sobre a democracia racial freyreana, o Brasil é escolhido como laboratório do Projeto Unesco. O projeto visava apresentar ao mundo em detalhes uma experiência singular e bem sucedida no campo das interações raciais. Desenvolvida em diversas cidades brasileiras, a pesquisa contava com a participação de cientistas sociais estrangeiros e nacionais, muitos deles ligados à Escola Paulista de Sociologia. Florestan Fernandes (1920-1995) e Roger Bastide (1898-1974) afirmaram, conforme Rodrigo Ednilson de Jesus,

que a persistência da discriminação racial no Brasil, evidenciado nos trabalhos desenvolvidos, estava associada a fatores históricos como a escravidão tardia, a herança colonial e a dependência em relação ao capital externo. Segundo eles, a passagem do sistema de trabalho servil para um modelo de trabalho livre e assalariado não havia proporcionado à população negra recém-liberta o usufruto real das vantagens do sistema capitalista, pois esta população havia passado dos postos mais subordinados na hierarquia servil, aos postos mais precários da hierarquia capitalista<sup>238</sup>.

Como consequência das conquistas na ampliação dos direitos de cidadania através da Constituição de 1988, nos últimos anos ocorreu uma crescente reivindicação pelo reconhecimento de uma identidade étnica. Foi esse reconhecimento de direitos insurgentes, concedidos a populações tradicionais capazes de provar seu vínculo com grupos étnicos minoritários, que deu início a um processo de mobilização dessas populações visando o reconhecimento de sua diferença étnica e, conseqüentemente, de seus direitos fundiários. Normalmente, a constituição étnica dessas populações se faz em contraposição à identidade universalizante e unificadora decorrente do “pertencimento” ao Estado-Nação.

Sendo assim, essas populações buscam uma inversão do movimento homogeneizador constitutivo da identidade nacional brasileira, que, ao conceber a nação

<sup>238</sup> JESUS, Rodrigo Ednilson de. Ações Afirmativas, Educação e Relações Raciais: lutas por redistribuição e reconhecimento. Paidéia (Belo Horizonte), v. VIII, 2012, p. 162.

como resultado da mistura entre as três raças, elaborou uma reclassificação de “negros” e “índios” supostamente integrados, transformando-os em “povo”, com “os registros de suas festas e crenças sendo realizados sob o título de tradições populares.”<sup>239</sup>

Neste momento da Constituição de 1988, porém, o “povo” procurou identificar-se novamente com suas “etnias originárias”, processo resultante de uma estratégia política, mas que nem por isso deixa de ser legítimo. Portanto, como nos fala Arruti (1997)<sup>240</sup>, as “etnias emergentes” definem-se como remanescentes ou descendentes de índios e, mais recentemente, de negros e, como tais, reivindicam os direitos hoje concedidos a tais grupos pelo Estado.

Conforme Arruti, os grupos étnicos são “criados” no sentido da produção de novos sujeitos políticos em que mobilizam “uma série de elementos de identidade comum e de caráter localizado que remetem a um mesmo passado de escravidão e submissão, a fim de alcançarem novos recursos, em particular os de natureza territorial<sup>241</sup>.” Como nos aponta Arruti, a reivindicação de uma etnia só é possível devido à identificação desses grupos com um grupo ancestral negro ou índio do passado. É devido à criação de identidade e de pertencimento que se assume o caráter cultural da etnicidade, em que o novo sujeito político, diferente de se agarrar ao passado, assume “uma atitude positiva e propositiva, através da qual seriam produzidas demandas e um projeto comum, ou seja, cuja vinculação e razão de ser está no futuro<sup>242</sup>.” Para a antropóloga Eliane Cantarino O’Dwyer, a etnicidade é um tipo de processo social “no qual os grupos orientam as ações pelo reconhecimento territorial das áreas que ocupam (...) para reivindicar os direitos de uma cidadania diferenciada ao Estado brasileiro”<sup>243</sup>.

De acordo com a perspectiva antropológica, a territorialidade de um grupo social pode estar em conexão com a sua identidade étnica, “como nos casos dos povos indígenas e

<sup>239</sup> OLIVEIRA, João Pacheco de. *Uma Etimologia dos “Índios Misturados” Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais*. Em: *Mana: estudos de Antropologia Social*, v. 4, nº 1. 1998. p. 58.

<sup>240</sup> ARRUTI, José Maurício Andion. A Emergência dos “Remanescentes”: Notas para o Diálogo entre Indígenas e Quilombolas. Em: *Mana: estudos de antropologia social*. Volume 3, número 2, outubro de 1997.

<sup>241</sup> ARRUTI, José Maurício Andion. A Emergência dos “Remanescentes”...,p.27.

<sup>242</sup> ARRUTI, José Maurício Andion. A Emergência dos “Remanescentes”...,p.25.

<sup>243</sup> O’DWYER, Eliane Cantarino. *Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo*. Iberoamericana (Madrid), v. 42, p. 111-126, 2011.

das chamadas populações tradicionais, entre elas os quilombolas<sup>244</sup>”. A necessária consciência comunitária de pertencimento ao território é o que Roberto Cardoso de Oliveira<sup>245</sup> chama de uma “identidade contrastiva”. Portanto, o elemento étnico cultural torna-se importante e socialmente relevante quando são assim percebidas pelos próprios atores sociais como fonte de afirmação identitária frente aos contextos sociais contrastivos e/ou de conflito.

### 3.3. O quilombo ressemantizado

A palavra “quilombo”<sup>246</sup> já estava presente no cotidiano da colônia desde antes da Abolição. Com significado de “acampamento guerreiro na floresta”, foi apropriada pela administração colonial por meio de leis e decretos que tinham a intenção de evitar e controlar os quilombos, considerados então como “unidades de apoio mútuo criadas pelos rebeldes ao sistema escravista”, conforme Ilka Boaventura Leite<sup>247</sup>. Em 02 de dezembro de 1740, o Conselho Ultramarino enviou resposta ao Rei de Portugal esclarecendo sobre o significado de “quilombo” que então é definido como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. O número de escravos caracterizando os quilombos fora diminuído em 20 de agosto de 1847, na Lei n. 236, em que se lê: “Art. 12 – Reputa-se há escravo aquilombado, logo que esteja no interior das matas, vizinho ou distante de qualquer estabelecimento, em reunião de dois ou mais com casa ou rancho”<sup>248</sup>.

Esses significados sobre quilombo concebidos durante o período colonial e imperial brasileiro referem-se a uma definição histórica *strictu sensu* que sofreu um longo processo de ressemantização. Isso ocorreu a partir dos movimentos negros reivindicatórios por

<sup>244</sup> O'DWYER, Eliane Cantarino. Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo..., p.112.

<sup>245</sup> *apud* O'DWYER, Eliane Cantarino. Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo..., p. 113.

<sup>246</sup> A palavra quilombo é de etimologia *bantu*. No dicionário da língua portuguesa de Antônio de Moraes Silva (1789) ela é assim designada: “s. m. (*usado no Brasil*) A casa sita no mato, ou ermo, onde vivem os calhambolas, ou escravos fugidos.” Em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/2/quilombo> . Acesso em 28abr2014.

<sup>247</sup> LEITE, Ilka Boaventura. O Projeto Político Quilombola..., p. 995.

<sup>248</sup> *Apud*. LEITE, Ilka Boaventura. O Projeto Político Quilombola..., p. 996.

direitos políticos, atuando, sobretudo contra práticas racistas discriminatórias, que foram decisivos para se alcançar os direitos atuais inscritos na pauta constitucional, quando o termo “quilombo” ressurgiu em “*remanescentes de quilombo*”.

O debate da comunidade negra contra o racismo, contra as práticas de expropriação territorial e aniquilamento da identidade, foram liderados, na década de 1930, pela Frente Negra Brasileira<sup>249</sup> – (FNB). Cujo funcionamento se estendeu até 1937 com a emergência do Estado Novo. Para Ilka Boaventura Leite, a Frente Negra é considerada como “a mais importante organização dentre tantas que existiram na luta contra o racismo”<sup>250</sup>. Abdias do Nascimento (1914-2011), um de seus membros mais ilustres, diz sobre o período:

A Frente fazia protestos contra a discriminação racial e de cor em lugares públicos [...] sob a perspectiva de integrar os negros na sociedade nacional. Dessa forma combatia a FNB os hotéis, bares, barbeiros, clubes, guarda-civil, departamentos de polícia, etc. que vetavam a entrada ao negro, o que lembrava muito o movimento pelos direitos civis dos negros norte-americanos<sup>251</sup>.

Nas décadas de 1970 e 1980 parlamentares como Abdias do Nascimento e militantes do Movimento Negro Unificado<sup>252</sup> mobilizaram-se para que o quilombo passasse a ser um “dispositivo jurídico capaz de promover a defesa e a efetiva entrada dos descendentes dos africanos na nova ordem jurídica da Nação<sup>253</sup>”. Sob influência do centenário da Abolição, das mobilizações e reflexões dos movimentos negros e dos setores progressistas da sociedade, a Assembléia Constituinte de 1988 aprovou o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais

<sup>249</sup> A Frente Negra Brasileira foi fundada em 16 de setembro de 1931, na cidade de São Paulo. Funcionou entre os anos de 1931 a 1937 (JESUS, R. E. 2011:160).

<sup>250</sup> LEITE, Ilka Boaventura. O Projeto Político Quilombola..., p. 968.

<sup>251</sup> NASCIMENTO, Abdias do. *Memórias do exílio*. Lisboa: Arcádia, 1976. Disponível em: <[www.abdias.com.br/movimento\\_negro/frente.htm](http://www.abdias.com.br/movimento_negro/frente.htm)>. Acesso em: 28/03/2014

<sup>252</sup> “No dia 07 de julho de 1978 foi realizado um ato público contra o racismo nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, reunindo milhares de pessoas que denunciavam a discriminação racial sofrida por quatro garotos do time de voleibol do Clube de Regatas Tietê, e protestavam pela morte de Robson Silveira da Luz nas dependências do 44º Distrito de Guinazes, resultado de torturas praticadas por policiais e pelas péssimas condições carcerárias no Brasil. Este momento foi o marco para o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Fundado em 18 de Junho de 1978, posteriormente denominado MNU, onde produziu e incentivou no Brasil uma ampla discussão sobre questões raciais do ponto de vista das populações de ascendência africana denominadas povo negro. Até hoje, o MNU está denunciando as desigualdades raciais, e construindo um projeto político do ponto de vista do povo negro”. Disponível em: <https://www.blogger.com/profile/05994186866218803389>. Acesso em 21 abr. 2014.

<sup>253</sup> LEITE, Ilka Boaventura. O Projeto Político Quilombola..., p.968.

Transitórias, onde se lê: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”<sup>254</sup>.

Ilka Leite destaca que após a Abolição não houve qualquer menção aos Quilombos no Brasil até aquele momento, além de que “não houve anteriormente qualquer jurisprudência que reconhecesse os negros como fazendo parte do País. Um silêncio de um século é então rompido em 1988”<sup>255</sup>.

Após a promulgação da Constituição, a retórica do movimento negro foi reforçada na ideia de reparação dos estigmas gerados aos trabalhadores negros e das novas formas de exclusão social sofridas por eles. O resultado da mobilização foi a regularização do artigo 68, através do Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003:

Art. 2º - Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida<sup>256</sup>.

É importante destacar no texto do decreto que o conceito de quilombo contempla a realidade histórica brasileira, tratando da opressão sofrida historicamente não apenas ao período anterior à Abolição. Desse modo, os diversos mecanismos de exclusão da população descendente de africanos são considerados, bem como as diferentes formas de resistência assumidas pelas comunidades<sup>257</sup>. O Decreto 4.887 explicita também a questão do direito étnico, reconhecendo as especificidades de cada grupo, e os compreendendo para além dos conceitos jurídicos usuais. Recordando que os dispositivos jurídicos mencionados foram concebidos como compensação e/ou reparação da opressão histórica sofrida através, principalmente, da busca pela manutenção ou reconquista definitiva de sua territorialidade.

<sup>254</sup> CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Disponível em <[http://www.dji.com.br/constituicao\\_federal/cfdistra.htm](http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cfdistra.htm)> . Acesso em 14 abr. 2014

<sup>255</sup> LEITE, Ilka Boaventura. O Projeto Político Quilombola..., p.970.

<sup>256</sup> DECRETO 4.887. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)> Acesso em 14 abr. 2014

<sup>257</sup> As comunidades devem requerer a identidade étnica à Fundação Palmares por meio de uma declaração de autorreconhecimento.

Conforme Carlos Eduardo Marques, antropólogo especialista em quilombos, os *remanescentes de quilombos* descritos no decreto dizem respeito a um fenômeno sociológico caracterizado pela “indissociabilidade entre identidade e território”, a uma autonomia permitida por “processos sociais e políticos específicos”, além de uma “territorialidade específica, cortada pelo vetor étnico<sup>258</sup>.” Para Marques, tais grupos apresentam algumas dessas características:

definição de um etnônimo, rituais ou religiosidades compartilhadas, origem ou ancestrais em comum, vínculo territorial longo, relações de parentesco generalizado, laços de simpatia, relações com a escravidão, e, principalmente, uma ligação umbilical com seu território etc.<sup>259</sup>

As políticas públicas voltadas para os *remanescentes de quilombos* abrangem diversas esferas governamentais, demonstrando a amplitude e complexidade do projeto federal, bem como as dificuldades para sua aplicação prática:

quatro agências da Presidência da República, cujos titulares têm *status* de ministro; secretarias (Seppir/SDH, Casa Civil, Gabinete de Segurança Institucional); seis ministérios (Desenvolvimento Agrário, Saúde, Educação, Cultura, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Advocacia Geral da União); fundações (FCP e Funasa) e também autarquias, como o Incra, responsável direto pelas regularizações fundiárias. Além disso, o Governo Federal estabeleceu uma ampla rede administrativa de execução das políticas públicas nas comunidades quilombolas, além de programas como o chamado Brasil Quilombola<sup>260</sup>.

Como resultado dessa trajetória de lutas por reconhecimento político, há hoje, por conseguinte, mecanismos inscritos constitucionalmente que permitem a identificação dos *remanescentes de quilombos* e a aplicação de políticas públicas de caráter reparatório. Para a identificação das diferenças, os estudos da identidade étnica passaram a ter extrema relevância. O “projeto Quilombola”<sup>261</sup>, dentro deste contexto, passa a incorporar não apenas o direito ao território, mas também todos os demais direitos, como as formas de se

<sup>258</sup> MARQUES, C. E. De Quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico. Revista de Antropologia (USP. Impresso), v. 52 n 1, 2009, p.346.

<sup>259</sup> MARQUES, C. E. De Quilombos a quilombolas..., p. 346.

<sup>260</sup> LEITE, Ilka Boaventura. O Projeto Político Quilombola..., p.973.

<sup>261</sup> Como Carlos Eduardo Marques (1998) identifica as políticas originadas à partir do Decreto 4.887/2003.

viver, o parentesco, o patrimônio cultural, entre outros. Portanto, o entendimento de quilombo se modifica e passou a se referenciar a um leque diferenciado de práticas, experiências e sentidos que têm em comum serem “modos de reação às formas de dominação instituídas pelo processo colonial escravista”<sup>262</sup>. Seu cunho passou a ser eminentemente identitário sem deixar de ser a representação da insurgência por direitos a uma participação política efetiva.

O Estado, ao ressemantizar o conceito de “quilombo”, inseriu juridicamente a ideia de etnicidade, conceito tributário de estudos como o realizado por Frederick Barth<sup>263</sup>. O autor refere-se aos grupos étnicos como organizações que conferem um sentimento de pertencimento por afiliação cujas distinções contrastivas entre os participantes do grupo são estabelecidas por fronteiras sociais que podem, ou não, terem contrapartidas territoriais. Como grupos essencialmente sociais, eles estão inseridos na realidade vivida, que é relativa e contextual. Desse modo, sua territorialidade diz essencialmente de uma possibilidade futura, de sua permanência na dinâmica de sua tradição cultural.

### 3.4. Comunidade e Identidade Étnica

Percebe-se com a reflexão acima o ponto essencial relacionada à Comunidade dos Arturos, qual seja, a questão da identidade étnica, indissociável de sua territorialidade e de sua origem escrava, ligada a uma ancestralidade negra comum. A Comunidade dos Arturos conseguiu se firmar culturalmente como um grupo social diferenciado, cujos valores herdados da tradição mantêm a solidariedade familiar, sem, contudo, terem que se auto-afirmarem como *remanescentes de quilombos*. Em grande medida, a solidariedade conseguida durante todos esses anos de existência da Comunidade, deve-se ao fato da posse do território, comprado por Camillo Silvério em 1888, no dia 2 de novembro deste ano.

A fixação da Comunidade, com Arthur, Carmelinda e sua família, não pode deixar de ser considerada como uma forma de reação diante de um sistema hierárquico cuja

<sup>262</sup> LEITE, Ilka Boaventura. O Projeto Político Quilombola..., p.974.

<sup>263</sup> BARTH, Frederick. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. 1988, p. 195 in MARQUES, 1998: 354.

reprodução não permitia o pleno desenvolvimento de uma identidade étnica e cultural diferenciada, baseada na autonomia familiar e nas manifestações culturais, oriundas de uma matriz africana e de uma tradição popular. A identidade étnica dos Arturos, portanto, foi favorecida por dois motivos opostos e convergentes: a situação de conflito originada por uma sociedade rural hierárquica e a posse legal do terreno comunitário – uma das poucas aberturas que o sistema escravista permitiu, mas que, no entanto, foram poucos os alforriados que conseguiram esse privilégio da posse de um terreno, que normalmente era obtido com o consentimento de seu senhor.

Falar em etnicidade é falar de uma identidade relacionada ao sentimento de pertencimento gerado nos indivíduos participantes da comunidade. Quem elabora o conceito de identidade em consonância, principalmente, com Roberto Cardoso de Oliveira<sup>264</sup>, é Manuel Castells. Ambos elaboram o conceito de identidade étnica a partir de um pertencimento territorial, ligadas a uma ancestralidade, unidas por laços de parentesco. Contudo, a identidade étnica descrita por Castells recebe o nome de *identidade de resistência*. Ela é uma das três identidades identificadas por sua origem e por sua consequente forma estrutural assumida. A primeira delas é chamada de *identidade legitimadora* e está ligada a teoria da produção dos nacionalismos. São introduzidas por instituições dominantes e dão origem a uma sociedade civil. A segunda surge quando os atores sociais utilizam algum material cultural para construir uma nova identidade capaz de transformar a estrutura social anterior, é a *identidade de projeto*; a última, já designada acima, é a *identidade de resistência*. Essas identidades são:

criadas por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos<sup>265</sup>.

O autor considera essa última identidade como a mais importante da sociedade brasileira, por dar “origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão”, cujo

<sup>264</sup> O'DWYER, Eliane Cantarino. Etnicidade e direitos territoriais...p.113

<sup>265</sup> CASTELLS, Manuel. Paraísos Comuns: Identidade e Significado na Sociedade em Rede. In: *O poder da identidade*, v. II 5ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.p.24.

resultado seria a conformação de *comunas*, ou *comunidades*. Usualmente, as comunidades cujas identidades têm o caráter de resistência organizam-se em torno de uma matéria-prima étnica que fundamenta o significado da identidade, conforme Castells. A etnia adquire, nestes contextos, a “base para a construção de trincheiras defensivas”, apoiadas sobretudo em princípios abrangentes de “autodefinição cultural, como religião, nação ou gênero”<sup>266</sup>. Tais “comunas culturais” são caracterizadas por Castells por três traços distintivos: defendem “fontes autônomas de significado”, são “fontes de solidariedade”, e são construídas culturalmente, isto é, “organizadas em torno de um conjunto específico de valores cujo significado e uso compartilhado são marcados por códigos específicos de auto-identificação: a comunidade de fiéis, os ícones do nacionalismo, a geografia local”<sup>267</sup>.

Diante da possibilidade de irrupção de identidades organizadas em torno de um projeto cultural e/ou religioso com valores diversos aos familiares, que venham interromper a harmonia gerada pelos vínculos estabelecidos pela tradição, há uma preocupação dos membros mais velhos da comunidade quanto ao futuro das manifestações culturais tradicionais. Se a saída encontrada pela família para uma autonomia baseada em seus valores foi à fixação no território da Comunidade na década de 1940, o caminho encontrado hoje em dia é de reforço e exaltação dos valores tradicionais, utilizando para isso os mesmos recursos informacionais que geram o conflito nos valores herdados da família.

Nesse sentido, preocupado com as consequências de um mundo cada vez mais globalizado e virtualizado, Castells identifica, em todas as sociedades do final do século XX, as comunas territoriais como formas de reação a três tipos de ameaças fundamentais: a globalização, “que dissolve a autonomia das instituições”; a formação de “redes” que “individualizam as relações sociais de produção e provocam a instabilidade estrutural do trabalho, do tempo, e do espaço”; a “crise da família patriarcal”<sup>268</sup> que transformam as relações pessoais mantenedoras da personalidade. A essa última ameaça, Castells acrescenta: “Quando o sustentáculo patriarcal da personalidade desmorona, as pessoas passam a reafirmar o valor transcendental da família e da comunidade como sendo a

<sup>266</sup> CASTELLS, Manuel. *Paraísos Comunais* ...,p.71-73.

<sup>267</sup> CASTELLS, Manuel. *Paraísos Comunais* ...,p.84.

<sup>268</sup> Não confundir o patriarcalismo da herança colonial com a denominação de Castells relacionada aos valores familiares. Pede-se desculpas pela aparente desatenção com a questão dos gêneros.

vontade de Deus.” A razão da explicação mística se dá porque “a verdade eterna não pode ser virtualizada” e também porque “os indivíduos carregam seus deuses no coração”. Não raciocinam, acreditam. São a manifestação corpórea dos valores eternos de Deus e, como tal, não podem ser dissolvidos [...]. Por conseguinte, Castells acredita na força dos valores familiares e da religiosidade frente à pluralidade de informações em que o indivíduo contemporâneo está imerso. No que ele não está sozinho, como demonstra a fala de Jorge, membro da comunidade dos Arturos, após assistir a um vídeo a respeito da Comunidade feito na década de 1980, quando Romeu Sabará dizia de sua descrença sobre a manutenção da tradição na Comunidade:

Esse mundo da desigualdade, do preconceito que ainda existe, mas nós temos um reforço muito grande que é a nossa fé, a fé..., nossa fé, a nossa tradição, a fé no nosso sagrado e eu acho que se cada membro da comunidade se conscientizar tudo isso e transmitir de fato para os irmãos da comunidade daqui mais trinta anos eles vão assistir a gente que hoje e vai falar “Nós vamos manter mais trinta” aí vamos ver até quando Deus quiser<sup>269</sup>.

A linguagem da tradição, inscrita nos corpos e na alma, escapam do que Castells chama de “fluxos desprovidos de história” da rede informacional da contemporaneidade e de seus diferentes valores morais. Nesse sentido a manutenção da tradição pode se perder apenas quando não houver mais a tradição histórica, no sentido de uma herança valorativa estruturante do pensamento e da fé. A comunidade afetiva dos Arturos está em plena atividade quando se constata a manifestação de sua crença em ritmos e cores: é o Congado servindo como elo de comunhão comunitária, em detrimento aos projetos individuais.

Na Comunidade dos Arturos, dentre todas as manifestações culturais de caráter tradicional e/ou de origem de uma matriz africana, o Congado é usualmente citado como uma manifestação importante para a solidariedade comunitária. Manifestação cultural cuja essência é a fé religiosa, o Congado, como o Reinado, constitui-se como um forte elemento de coesão social, conforme se constata nas palavras de João Batista (capitão da Guarda de Moçambique), filho de D. Tetane:

<sup>269</sup> Comunidade dos Arturos. INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG, Documentos do Patrimônio Imaterial, Belo Horizonte: IEPHA/MG – REDEMINAS, 2013. DVD; 78 min; color. Son.

Nós temos certeza que esse elo, essa união entre as famílias não pode acabar. Porque dentro dos Arturos, eu vou ser muito bem claro com você, o dia que tirá o Congado de dentro dos Arturos não sei que rumo que vai tomar essa família. Porque a família é muito unida, mas o que alimenta essa união é o congado. No mês de abril você já está pensando na festa de maio, sabe, você sai de maio, junho, agosto cê já começa a vivê a vivência da festa de outubro. Então, tudo isso serve de um elo de ligação, tudo isso traz os Arturos pra dentro dos Arturos mesmo, pra dentro de seus próprios problemas pra chegá no dia da festa só fazê bonito. Se tivesse um momento para o mundo, como tem momento para o congado, eu acho que a gente conseguiria resolver um monte de coisa<sup>270</sup>.

Se por um lado a Comunidade sofreu com as heranças sociais do sistema escravocrata e ainda sofre preconceito racial e social – pois sabe-se da discrepância da ocupação profissional e da renda da população negra no Brasil<sup>271</sup> – por outro, há hoje em dia um reconhecimento político das comunidades negras, bem como uma valorização de seu patrimônio cultural. Conforme Jorge Carvalho, antropólogo que realiza estudos da cultura afro-brasileira, há uma profunda conexão dessas comunidades com o “patrimônio cultural intangível”, como o congado, o jongo, o maracatu, a capoeira, entre outros. Para Carvalho:

Pela primeira vez, provavelmente, estamos admitindo como assunto legítimo de discussão acadêmica intelectual, que o patrimônio cultural imaterial brasileiro não é incolor, como fica implícito no discurso de nossa elite acadêmica, de Gilberto Freyre até hoje, mas é racializado<sup>272</sup>.

Por conseguinte, a Comunidade dos Arturos é um lugar privilegiado entre tantas outras comunidades negras. Isso porque conseguiu se estabelecer em um território legalizado onde sua identidade étnica, assim como suas manifestações de matriz africana e de cunho tradicional, encontrou lugar para sua adequada expressão. Por isso encontra-se ainda hoje uma festa que tem a exuberância, a dimensão e a respeitabilidade que é sua Festa de Nossa Senhora do Rosário. A manutenção da prática da benzeção, do ritual do Candombe, bem como todas as outras práticas tradicionais, revelam um fundo em comum

<sup>270</sup> Os Arturos. Direção, roteiro e produção: Thereza Jessoun. 1:00:07, cor, 2001.

<sup>271</sup> Para maiores informações consultar: Santos, José Alcides Figueiredo. A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v. 24, p. 37-60, 2009.

<sup>272</sup> CARVALHO, J.J. *Metamorfoses das Tradições performativas Afro-Brasileiras: de Patrimônio Cultural a Indústria de Entretenimento*. Série Antropologia. Brasília, 2004.p. 14-15.

que nem sempre tem a devida atenção. É a dimensão da fé. E é disto que se trata o próximo capítulo.

## Capítulo VI: SALVAGUARDA

A *Salvaguarda* é um dos instrumentos de proteção do patrimônio cultural brasileiro, previstos na legislação vigente<sup>273</sup>. Trata-se de um conjunto de ações promovidas no sentido de reconhecer, valorizar, estimular, fomentar, divulgar e promover o bem cultural. A salvaguarda deve ser construída prioritariamente com os agentes responsáveis pela existência do bem cultural, pois está intrinsecamente relacionada com os agentes desse patrimônio e, sem eles, não existe razão de ser.

As medidas de salvaguarda aqui propostas se referem ao que se convencionou chamar de patrimônio cultural imaterial, ou intangível, que como a própria dinâmica da cultura, não possui limites físicos que o delimite, nem que o separe de sua vertente material, ou da sociedade/grupo o produz. Tal patrimônio possui característica difusa que deve ser levada em consideração nas diversas ações de políticas públicas de valorização desse patrimônio, assegurando aos executores dessas práticas a possibilidade de continuidade.

Nesse tocante, existe a necessidade já constatada de se ampliar tal política, apoiando as práticas e garantindo efetivamente a valorização dos executores. O Programa Estadual de Patrimônio Imaterial<sup>274</sup> aponta alguns caminhos para implementação dessa política, inclusive com a obtenção e garantia dos recursos necessários para este fim. Dessa forma, entendeu-se conveniente a reprodução da proposta do programa aqui, primeiro para compreender as ações de forma ampla e segundo para possibilitar uma maior discussão sobre o tema. Vale ressaltar, que a formalização e implementação do programa é importantíssima para a valorização do patrimônio cultural e significará um avanço nas políticas desenvolvidas sobre o tema. A estrutura, os objetivos, as linhas de atuação e demais itens estão em consonância com o escopo de ações relacionadas ao patrimônio cultural imaterial:

<sup>273</sup> Referimo-nos aqui aos artigos nº 215 e nº 216, da Constituição Federal do Brasil, e aos artigos nº 207, nº 208 e nº 209, da Constituição Estadual de Minas Gerais. Complementarmente, o Decreto Estadual nº 42.505, de 15 de abril de 2002, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial em Minas Gerais, também trata da matéria.

<sup>274</sup> O Programa Estadual do Patrimônio Cultural Imaterial foi elaborado em 2011 e entregue a Secretária de Estado de Cultura para análise e aguarda regulamentação. *IEPHA/MG – Programa Estadual do Patrimônio Cultural Imaterial – PEPI (Minuta)*. GPI, 2011.

## **MINUTA DO PROGRAMA ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL**

### **1- Objetivos**

- Implementar política de inventário, registro e salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial;
- Contribuir para a preservação da diversidade étnica e cultural de Minas Gerais e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural mineiro a todos os segmentos da sociedade;
- Captar recursos e promover a constituição de uma rede de parceiros com vistas à preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o patrimônio cultural de Minas Gerais;
- Incentivar e apoiar iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade.

### **2 - Diretrizes da política de fomento do Programa Estadual do Patrimônio Cultural Imaterial.**

- Promover a inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial;
- Ampliar a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio;
- Promover a salvaguarda de bens culturais imateriais por meio do apoio às condições materiais que propiciam sua existência, bem como pela ampliação do acesso aos benefícios gerados por essa preservação;
- Implementar mecanismos para a efetiva proteção de bens culturais imateriais em situação de risco;
- Respeitar e proteger direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso do patrimônio cultural imaterial.

### **3. Linhas de Ação**

O Programa Estadual do Patrimônio Cultural Imaterial financia, apoia e estimula, prioritariamente, projetos inseridos nas seguintes linhas de ação:

- Pesquisa, documentação e informação:

- a) Realização de pesquisa, levantamentos, mapeamentos e inventários;
- b) Apoio à instrução de processos de Registro;
- c) Sistematização de informações, constituição e implantação de banco de dados;
- d) Apoio à produção, conservação de acervos documentais e etnográficos, considerados fontes fundamentais de informação sobre patrimônio cultural imaterial.

#### **4 – Sustentabilidade**

- a) Formulação e implementação de planos de salvaguarda de bens culturais inventariados ou registrados;
- b) Estímulo e apoio à transmissão de conhecimento entre produtores de bens e de manifestações de natureza imaterial;
- c) Incentivo a ações de reconhecimento e valorização de detentores de conhecimentos e formas de expressão tradicionais, e apoio às condições sociais e materiais para a continuidade destes conhecimentos;
- d) Apoio a ações que visem à organização comunitária e gerencial de produtores ou detentores de bens culturais;
- e) Apoio a ações de melhoria das condições de produção e circulação de bens culturais imateriais, numa perspectiva de preservação do meio ambiente e de proteção de contextos culturais específicos;
- f) Apoio a programas de desenvolvimento social e econômico que incluam e valorizem o patrimônio cultural imaterial das comunidades envolvidas;
- g) Elaboração de indicadores para acompanhamento e avaliação de ações de valorização e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

#### **5 – Promoção**

- a) Divulgação de ações exemplares de identificação, Registro e salvaguarda, visando à promoção do entendimento da população dos objetivos e do sentido do Programa Estadual do Patrimônio Cultural Imaterial;
- b) Desenvolvimento de programas educativos com vistas à democratização e difusão do conhecimento sobre o patrimônio cultural mineiro, em especial o de natureza imaterial;

- c) Ações de sensibilização da população para a importância do patrimônio cultural imaterial na formação da sociedade brasileira;
- d) Ações de divulgação e promoção de bens culturais imateriais registrados ou inventariados.

## 6 – Capacitação

- a) Formação e capacitação de agentes para identificação, reconhecimento e apoio à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial;
- b) Apoio a instituições e centros de formação para a realização de ações de capacitação e de desenvolvimento metodológico no campo da preservação e transmissão de conhecimentos e tradições.

Isto posto, é importante apresentar as ações e estruturação da salvaguarda na Comunidade dos Arturos.

## AÇÕES DE SALVAGUARDA NA COMUNIDADE DOS ARTUROS

As ações de salvaguarda apresentadas correspondem a uma fase da ETAPA – IV do *Projeto de Inventário para fins de Registro da Comunidade dos Arturos*. O desenvolvimento de se apoiam na interação com a Comunidade e nas reflexões técnicas desenvolvidas durante as outras etapas do trabalho. As ações apresentadas são orientações que devem ser ratificada durante a elaboração do *Plano de Salvaguarda da Comunidade dos Arturos*, documento construído após a confirmação do Registro pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – CONEP. No *Plano* deverá constar, o detalhamento das atividades propostas, o período para sua implementação, as orientações para a gestão, entre outros.

A construção do Plano de Salvaguarda deverá ter como eixo os seguintes temas:

- Valorização da memória;
- Transmissão da tradição;
- Suporte e estrutura física;
- Reconhecimento e Divulgação;

Todos os eixos devem ser trabalhados na perspectiva temporal de curto, médio e longo prazo, justamente para se definir prioridades e estratégias de atuação. A constituição de um Comitê Gestor com representantes indicados pelos Arturos e que tenha relação com a Comunidade. Dessa escolha será celebrado Termo de Cooperação entre os diferentes agentes a fim de viabilizar o comitê e implementar o Plano.

Dos levantamentos realizados se apurou as seguintes ações:

---

#### **AÇÕES DE SALVAGUARDA IDENTIFICADAS PELO INVENTÁRIO - COMUNIDADE DOS ARTUROS**

##### **FESTA DO ROSÁRIO**

Alguns pontos podem ser apresentados como auxílio à manutenção da tradição, alguns deles já expresso pela própria comunidade como, por exemplo, a construção do centro de referência dos Arturos. Outros podem ser a ampliação e divulgação da festa com intenção de um maior respeito e consciência da tradição. Elaboração de projeto de educação patrimonial a ser realizado com a comunidade do entorno e escolas próximas.

##### **FESTA DA ABOLIÇÃO**

Construção do Centro de Referência dos Arturos. Ampliar a divulgação da festa. Elaboração de projeto de Educação Patrimonial a ser realizado com a comunidade do entorno e escolas próximas.

##### **FESTA DO JOÃO DO MATO**

Como possíveis ações para incentivar, entre os membros da comunidade, o desejo da retomada e continuidade da prática, propõe-se as seguintes estratégias:

- Promoção de oficinas e encontros entre a comunidade onde se contariam histórias e mitos importantes do grupo;
- Coleta entre os mais velhos destas histórias e mitos para serem publicados em um livro, inicialmente de circulação interna e com possibilidade de publicação para um público exterior. É interessante que o livro seja feito seguindo o exemplo de publicações já existentes onde se busca recolher e expor as histórias sobre o ponto de vista dos nativos das comunidades estudadas, procurando assim conhecer mais intimamente suas visões de mundo que são particulares e incentivando desta maneira a apropriação pelos nativos de um produto literário com o qual se identifiquem;
- Selecionar uma data para a realização da festa para que ela seja inserida oficialmente no calendário festivo dos Arturos;
- Delimitar no território dos Arturos uma área a ser utilizada para o cultivo de alguma lavoura comunitária como, por exemplo, o milho, incentivando assim a prática da agricultura na comunidade e dando mais sentido para a realização da festa.

##### **FOLIA DE REIS**

Como valorização da tradição, é necessário que se promova os encontros de Folia de Reis na Comunidade dos Arturos e no município de Contagem. Outra questão importante é o registro audiovisual de toda a festividade. Além de incentivar o contato e intercâmbio de experiências entre a Comunidade dos Arturos e outras Folias de Minas Gerais e criar materiais didático-pedagógico, com a transcrição de músicas, cifras de viola e violão e modos de dançar, para os adolescentes e crianças da comunidade.

##### **CANDOMBE**

Encontrar, juntamente com os Arturos, formas de incentivar a transmissão da história e dos valores ligados ao ritual do Candombe. Transmitir o saber dos cantos (pontos), incentivando a participação dos jovens na cerimônia.

#### **GUARDA CONGO**

É necessária a criação de mecanismos de valorização e repasse das tradições, para que a rotina do mundo moderno não cause desinteresse das novas gerações pelos ritos da comunidade. Para isso, é fundamental ampliar a divulgação de trabalhos já realizados sobre a Guarda de Congo da Comunidade dos Arturos; incentivar a produção e a publicação de estudos e materiais que a promovam; realizar oficinas de confecção de instrumentos necessários para composição da guarda e promover cursos de formação para inscrições em leis e editais de incentivo à cultura.

#### **GUARDA MOÇAMBIQUE**

É necessária a criação de mecanismos de valorização e repasse das tradições, para que a rotina do mundo moderno não cause desinteresse das novas gerações pelos ritos da comunidade. Para isso, é fundamental ampliar a divulgação de trabalhos já realizados sobre a Guarda de Moçambique da Comunidade dos Arturos; incentivar a produção e a publicação de estudos e materiais que a promovam; realizar oficinas de confecção de instrumentos necessários para composição da guarda e promover cursos de formação para inscrições em leis e editais de incentivo à cultura. Projetos que reforcem a importância de se preservar a memória da comunidade bem como sua tradição. Para além disso, é preciso que se crie possibilidade de recrutamento de recursos para a manutenção da atuação da guarda.

#### **BATUQUE**

É necessária a criação de mecanismos de valorização e repasse das tradições, para que a rotina do mundo moderno não cause desinteresse das novas gerações pelos ritos da comunidade. Para isso, é fundamental ampliar a divulgação de trabalhos já realizados sobre o Batuque da Comunidade dos Arturos; maior valorização dos conhecimentos da Mestre Dona Tetane, incentivar a produção e a publicação de estudos e materiais que a expressão cultural e realizar oficinas de formação com aulas viola e violão.

#### **REINADO**

Incentivar a transmissão do saber dos mais velhos para os Arturos mais jovens. Incentivar a continuidade de atividades de grupos como os Filhos de Zâmbi, trabalhando a história familiar e as tradições do Reinado.

#### **LEVANTAMENTO DE MASTROS**

É necessária a criação de mecanismos de valorização e repasse das tradições, para que a rotina do mundo moderno não cause desinteresse das novas gerações pelos ritos da comunidade. Para isso, é fundamental incentivar a produção de pesquisas e materiais que promovam maior conhecimento sobre o ritual de Levantamento de Mastros, tanto para os membros da própria comunidade como para a comunidade em geral.

#### **CULINÁRIA DOS ARTUROS**

A culinária tradicional e o saber-fazer ligado à atividade são bens merecedores de ações de salvaguarda. Ao pensar na culinária como parte de um sistema maior de prestações totais que as festas propiciam, esta adquire uma importância maior ainda.

Com a finalidade de proteger seus saberes a própria a Comunidade mobilizou-se elaborando uma cartilha intitulada A culinária dos Arturos, um meio de proteção dos modos de fazer dos seus quitutes.

Contudo, é necessário que a cozinha e o forno a lenha sejam revitalizados, para melhor andamento das produções dos alimentos.

#### **CONHECIMENTO PLANTAS**

Manutenção das terras onde existem as plantas. Mapeamento das plantas medicinais dos Arturos e a utilização desse conhecimento para disseminar a prática entre os membros da Comunidade. Incentivar a transmissão do conhecimento das plantas com a utilização da fala do Sr. Mario aos mais novos. Incentivar a realização do João do Mato.

#### **BENZEÇÃO**

Planejar palestras dos benzedores para a comunidade, explicitando a relação da benzeção com as práticas e cerimônias de devoção a Nossa Senhora do Rosário, além de relacioná-la com as tradições afrodescendentes pode constituir um estímulo à prática da benzeção. Outra linha de ação seria estimular a difusão dos conhecimentos das plantas medicinais existentes na região, associadas ou não à benzeção.

#### **CONSTRUÇÃO TAMBORES**

Em relação ao saber da construção dos tambores, as ações de salvaguarda devem se concentrar na valorização desse conhecimento e na busca de maiores informações sobre a origem dos antigos tambores dos Arturos.

#### **MESTRES**

Elaborar ações de valorização e reconhecimento dos mestres, além de promover meios para a transmissão de seus conhecimentos. Outro ponto importante se refere à manutenção da saúde e da qualidade de vida dos mestres.

#### **OFÍCIO BENZEÇÃO**

Planejar palestras dos benzedores para a comunidade, explicitando a relação da benzeção com as práticas e cerimônias de devoção a Nossa Senhora do Rosário, além de relacioná-la com as tradições afrodescendentes pode constituir um estímulo à prática da benzeção. Outra linha de ação seria estimular a difusão dos conhecimentos das plantas medicinais existentes na região associadas ou não à benzeção.

#### **GRUPO FILHOS DE ZAMBI**

- Possibilitar que os integrantes do grupo Filhos de Zambí tenham acesso a uma formação técnica como agentes culturais, que os possibilite a articular estratégias para a manutenção do grupo, conquistar espaços para apresentações e concorrer a editais de cultura;
- Fortalecer parceria com o Centro Cultural de Contagem para que desenvolvam seus trabalhos e criem novas maneiras de divulgar e apresentar o grupo e a Comunidade dos Arturos para a comunidade externa;
- Convidar e estabelecer parcerias com grupos artísticos, incentivando a formação e o intercâmbio de informações e experiências;
- Como uma maneira de incentivo, para que o grupo continue existindo com maior estrutura e apoio, seria interessante que houvesse um espaço adaptado para ensaios e encenações artísticas. Este espaço poderia ser utilizado para que outras iniciativas artísticas dos Arturos se desenvolvessem e também para que convidassem grupos de fora a se apresentarem na comunidade.
- Fortalecer os laços de parcerias que pudessem contribuir para as demandas de conhecimento que os integrantes do Filhos de Zambí necessitem.

A somatória das salvaguardas individuais de cada um dos bens culturais que trabalhadas futuramente, acrescidas da questão fundiária da Comunidade e de outros temas já identificados constituirão a salvaguarda da Comunidade.

Conforme mencionado, o conjunto de ações anteriormente descritas irão subsidiar a elaboração e implementação do *Plano de Salvaguarda*, após a apreciação do Registro da Comunidade dos Arturos como Patrimônio Cultural Imaterial de Minas Gerais. Caso a decisão seja pelo Reconhecimento da Comunidade a previsão e de constituição do Comitê Gestor e elaboração do Plano para o segundo semestre de 2014.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um longo e detalhado trabalho, chega ao fim a instrução do processo de Registro da Comunidade dos Arturos como Patrimônio Cultural Imaterial de Minas Gerais. A materialização do dossiê é o resultado de uma jornada que foi composta por diversas fases como levantamentos, análises, pesquisas documentais, trabalho de campo, filmagens, pareceres, e outros.

Finaliza-se o *andar* lembrado pelo poeta e ficam os rastos como resultados da caminhada<sup>275</sup>. Uma caminhada que se mostrou rica em aprendizagens, trabalho, respeito, e por que não, de amizade. Os próximos passos serão os desdobramentos dessa relação e certamente, haverá muitos outros encontros.

Enfim, procurou-se, ao longo do texto, sistematizar as informações e cumprir com o objetivo, detectado ao longo do trabalho, de caracterizar a Comunidade como um Patrimônio Cultural Imaterial de Minas Gerais. Os resultados das várias etapas, desde o levantamento das referências, passando pela elaboração do inventário e culminando com o dossiê, trouxeram a certeza e a segurança do parecer final desse processo.

Assim, falar sobre os Arturos é dizer sobre o rico e vívido universo da cultura que existe em nosso país. É dizer sobre lutas, união, força, fé, devoção e identidades. Cultura que confere identidade e pertencimento. Tradições que romperam o tempo e que por isso se tornaram Patrimônio Cultural. É adentrar na vivência de uma comunidade, que como tantas espalhadas por todo o país, vivem a luta por direitos e as tensões entre a tradição e a modernidade. É falar sobre indivíduos que souberam e puderam preservar, até os dias atuais, valores culturais representativos da diversidade cultural das Minas Gerais e do Brasil.

Sob a égide da Virgem do Rosário, a Comunidade dos Arturos, formada pelos descendentes e agregados de Arthur Camilo Silvério e Carmelinda Maria da Silva, surgiu e se estruturou. Aonde vivem é o território de suas vivências, local de suas trocas simbólicas e físicas. Espaço diretamente relacionado com sua dimensão cultural e do qual necessitam para existir. Ao longo do tempo, a Comunidade soube resistir e se adaptar as mudanças

---

<sup>275</sup> “Caminhante, são teus rastos o caminho, e nada mais; caminhante, não há caminho, faz-se caminho ao andar” MACHADO, Antonio. *Campos de Castilla*: (1907-1917). 17. ed. Barcelona: Cátedra, 2009. 298 p (Colección letras hispánicas ; 10)

inerentes aos processos sociais e a dinâmica da cultura, sem perder de vista sua unidade familiar e sua ascendência negra.

O entendimento de uma comunidade enquanto um *Lugar* de referências culturais e o seu reconhecimento, embora possa parecer óbvio, é algo inédito. A experiência desenvolvida na Comunidade dos Arturos amplia o uso da categoria *Lugares* e insere, nas atividades do patrimônio cultural, uma série de espaços de sociabilidade e de práticas culturais coletivas, até então despercebidos pelos órgãos de proteção do patrimônio.

A efetiva participação da Comunidade em todas as etapas do trabalho marcou a proposta de pesquisa coletiva, prevista desde o início. Foram reuniões, entrevistas, filmagens, fotos, transcrições e tantos outros procedimentos. Durante o processo de instrução do Registro foram levantadas e analisadas informações e dados que ratificaram a importância da Comunidade dos Arturos como um bem cultural imaterial de Minas Gerais.

Após a conclusão das *Referências Culturais dos Arturos*, do *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Comunidade dos Arturos* e do *Dossiê Técnico-Administrativo*, ficou ainda mais evidente a noção de que o bem cultural se compatibilizava com a categoria de *Lugares*, disposta no *Decreto nº 42 505 de 15 de abril de 2002*. Além disso, a conclusão da pesquisa permitiu o reconhecimento de outros bens culturais associados à Comunidade, como o *Reinado/Congado dos Arturos*, a *Festa do Rosário dos Arturos* e *Benzeção*, que devem igualmente ser reconhecidos na categoria de *Celebrações e Ritos*.

Por fim, a Comunidade dos Arturos é um lugar de referências culturais arraigadas onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas; é representativa da diversidade cultural de Minas Gerais, através de suas múltiplas formas de expressão, celebrações e saberes; é tradicional, pois sua formação é antiga e seus modos de vida são transmitidos de geração em geração. Os elementos culturais reunidos pela, e no entorno, da comunidade reproduzem a cultura mineira e brasileira. Com o reconhecimento o que se procura é promover, apoiar e garantir a manutenção de seu modo de vida, de sua vivência, de suas teias sociais, culturais e familiares e de sua dinâmica de transformação.

## REFERÊNCIAS

- ABDALA, M. C. "Sabores da Tradição." *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. n.2, 2006: 119-129.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de, e Walter FRAGA FILHO. *Uma história do negro no Brasil*. . Salvador/ Brasília: Centro de Estudos Afro-Orientais/ Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ANDRADE, Rômulo. "Havia um mercado de famílias escravas? (A propósito e uma hipótese recente na historiografia da escravidão)." *Lócus, Revista de história, Juiz de Fora*, n. 4, v. 1, 1998: 93-104.
- ARRUTI, José Maurício Andion. *A Emergência dos "Remanescentes": Notas para Diálogo entre Indígenas e Quilombolas*. Em: *Mana: Estudos de Antropologia Social*, v. 3, nº 2. 1997.
- BARTH, Fredrik. *Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras*, In: *POUTIGNAT, P.; STREIFFENART, J (orgs.), Teorias da Identidade*. São Paulo: Unesp, p. 185-227, 1998.
- BECKER, Udo. *Dicionário de Símbolos*. São Paulo: Paulus, 1999, p. 238.
- BERKENBROCK, V. J. *A festa nas religiões afro-brasileiras*. In: *Mauro Passos (org.) A festa da vida*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino; aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8v.
- BOSCHI, Caio César. *Irmandades, religiosidade e sociabilidade*. In: *RESENDE, Maria Efigênia L. de; VILLALTA, Luis Carlos (org.). As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- BOTELHO, Ângela Vianna, e Adriana ROMEIRO. *Dicionário Histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BRASILEIRA, Tesouro de Folclore e Cultura popular. *Festa do João do Mato*. s.d.  
<http://www.cnfcp.gov.br/tesouro/00001916.htm> (acesso em 13 de dezembro de 2012).
- BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade, São João del Rei, Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2007.
- CAMPOS, Adalgisa, e Carla Junho ANASTASIA. *Contagem: "Origens"*. Belo Horizonte: Mazza, 1991.

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: "de como meter as Minas numa monda e beber-lhe o caldo dourado" (1693-1737). Tese (Doutorado)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2002. 387 p.

CÂNDIDO, Antônio. *"Literatura e Cultura de 1900 a 1945"*. In: *Literatura e Sociedade*. s.d.

CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. *Aculturação e Fricção Interétnica*. In: *América Latina*, 6 (3). Rio de Janeiro, 1963.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *o Lugar no/ do Mundo*. São Paulo: Hucitec, p. 16., 1996.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Negros Estrangeiros. Os Escravos Libertos e Sua Volta a África*. São Paulo: Brasiliense, v. 1, 232p., 1985.

CARVALHO, J.J. *Metamorfoses das Tradições performáticas Afro-Brasileiras: de Patrimônio Cultural a Indústria de Entretenimento. Série Antropologia*. Brasília, 2004.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro. 6ª ed.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CASTELLS, Manuel. *Paraísos Comuns: Identidade e Significado na Sociedade em Rede*. In: *O poder da identidade*, v. II 5ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CÉSAR, Maria Cristina de Faria, e Jorge Antônio SANTOS. *A Culinária dos Arturos*. Belo Horizonte: Jardim Produções, 2013.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 1999.

DEL PRIORI, Mary. *Festas e Utopias no Brasil Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DUCATI, Ariane, e Bibiana DIONÍSIO. *Benedeiras são consideradas profissionais da saúde no Paraná. G1/ paraná, RPCTV*. 11 de maio de 2012.

<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/05/benedeiras-sao-consideradas-profissionais-da-saude-no-parana> (acesso em 02 de agosto de 2013).

DURKHEIM, Emile. *As Formas Elementares da Via Religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, Coleção os Pensadores. Introdução e Conclusão, 1993.

DURKHEIM, Emile, e Marcel MAUSS. *Algumas Formas Primitivas de Classificação*. in: *Marcel Mauss, Ensaios de Sociologia*. Perspectiva, 1903.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

FIGUEIREDO, José Alcides. "A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil." *Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)* v. 24,, 2009: p. 37-60.

FONSECA, Geraldo. *Contagem perante a história*. Contagem: Prefeitura Municipal de Contagem, 1978.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: introdução à sociedade patriarcal no Brasil - I. 40ª ed.* Rio de Janeiro: Record, 2000.

GEERTZ, Clifford. *A Religião como Sistema Cultural. In: A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, Núbia Pereira de M, e Edimilson de Almeida Pereira. *Negras raízes mineiras: Os Arturos*. Belo Horizonte: Mazza, 2000.

GOMES, Núbia Pereira de M, Marcelo PEREIRA, e Edimilson de Almeida PEREIRA. *Arturos: olhos do Rosário*. Belo Horizonte: Mazza, 1990.

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães, e Edimilson de Almeida PEREIRA. *Do Presépio a balança: representações sociais da Horizonte*. Belo Horizonte: Mazza, 1995.

—. *Os tambores estão frios: herança cultural e sincretismo religiosos no ritual de candombe [i.e candomblé]: excerto icnográfico*. 1997.

GONÇALVES. *Sistemas Culinários como Patrimônio Culturais. In: Antropologia dos Objetos: Coleções, museus e patrimônios. 1ª ed.* Rio de Janeiro: IPHAN, v. 1. 252 p., 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva e o Espaço. In: "A Memória Coletiva"*. Vértice, p. 131-160, s.d.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras, 1997.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, IEPHA/MG. FUNDAÇÃO CULTURAL DE CONTAGEM, FUNDAC. IPAC/MG - *Comunidade dos Arturos*. Belo Horizonte, 2014.

—. *Referências Culturais da Comunidade dos Arturos*. Belo Horizonte, 2013.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. *Ações Afirmativas, Educação e Relações raciais: lutas por redistribuição e reconhecimento*. Belo Horizonte: Paidéia, v. VIII, p. 151-173, 2012.

LEITE, Ilka Boaventura. “O Projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais, v. 16.” *Revista Estudos Feministas*, 2009: 985-977.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *A Eficácia Simbólica*. In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 215-236.

LOTT, Mirian Moura. *Registros paroquiais: mudanças e permanências - século XIX*. Anais do II Simpósio Internacional sobre religiões, religiosidades e culturas. Dourados/ Campinas: UFMS/ Unicamp, 2004. 184 p.

LUCAS, Glaura. *Música e tempo nos rituais do congado mineiro dos Arturos e do Jatobá*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro., 2005.

—. *O Batuque e os Filhos de Zambi: recriações sócio musicais na Comunidade Negra dos Arturos*. In: *III Encontro Interacional da Associação Brasileira de Etnomusicologia*. UFMG: III Encontro da ABET- Associação Brasileira de Etnomusicologia Anais, 2006.

—. *Os Sons do Rosário: o congado mineiro dos Arturos e Jatobá*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

—. *Os sons do rosário: um estudo etnomusicológico do congado mineiro - Arturos e Jatobá*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da USP, 1999.

LUCAS, Glaura, e José bonifácio da LUZ. *Cantando e Reinando com os Arturos*. Belo Horizonte: Rona, 2006.

LUCAS, Glaura. *Diferentes perspectivas sobre o contexto e o Congado mineiro*. In.: TUGNY, Rosângela Pereira; QUIROZ, Ruben Caixeta. *Músicas Africanas e Indígenas no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARQUES, C. E. “De Quilombos a Quilombos: Notas sobre um processo histórico-etnográfico, v. 52, nº 1.” *Revista de Antropologia (USP Impresso)*, 2009: 339-374.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da Memória: O Reinado do Rosário do Jatobá*. São Paulo/ Belo Horizonte: Perspectiva/ Mazza Edições, 2003, p. 183-314.

MEGALE, Nilza Botelho. *Invocações da Virgem Maria no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1998.

MONTES, Maria Lúcia. *Entre o Arcaico e o Pós-Moderno: Heranças Barrocas e a Cultura da Festa na Construção da Identidade Brasileira*. 1998. *Sexta-feira nº 2*. São Paulo: Letora LTDA, 1988.

MUNANGA, Kabengele. *Origem e Histórico do Quilombo na África*. s.d.

O'DONNELL, Guilherme. *teoria Democrática e política Comparada. Dados*. Rio de Janeiro: v. 42, nº 4, 1999.

O'DWYER, Eliane Cantarino. "Etnicidade e direitos territoriais no Brasil Contemporâneo, v. 42." *Iberoamericana (Madrid)*, 2011: 111-126.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Uma Etimologia dos "Índios Misturados" Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. Em: Mana: estudos de Antropologia Social, v. 4, nº 1.* 1998.

PAIVA, Eduardo França. "Os inventários mineiros: fontes para a história colonial." *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas, n. 1*, 1993: 26-29.

PEREIRA, E. A, e Nubia Pereira de Magalhães GOMES. *No mar com os devotos: o Congado e Candombe como pontes culturais entre Brasil e África. In: Rita Chaves; Carmen Tindó Secco; Tânica Macedo. (Org.). Brasil/ África: como se o mar fosse mentira. Vol. Volume I.* Imprensa Universitária - Universidade Eduardo Mondlane, 2003.

PEREIRA, Edmilson de Almeida. *Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação*. São Paulo: Paulinas, 2007.

PEREIRA, Edmilson de Almeida, e Núbia Pereira de Magalhães GOMES. *Ouro Preto da palavra: narrativas de preceito do Gerais*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

PEREIRA, Renata, e Renato. SIMÕES. *Padre Libério - Servo de Deus*. s.d.  
<http://www.grnews.com.br/colunistas/renato-e-renata/78-renata-e-renato/5874-padre-liberio-servo-de-deus.html> , (acesso em 24 de junho de 2013).

PEREZ, Léa Freitas. *Dionísio nos Trópicos: Festa religiosa e barroquização do mundo - por uma antropologia das efervescências coletivas. In: Mauro Passos (org.) A festa na vida: significados e imagens. 1 ed.* Petrópolis: Vozes, p. 15-58, 2002.

PINTO, Jorge Luis Dias, Ana Paula SILVA, e Solange Ramos (LERR/ DHI/ UEM) ANDRADE. *Memória e Identidade: Grupos Unidos com Fé*. Maringá - Paraná, s.d.

POEL, Francisco Vander, OFM. *O Rosário dos Homens Pretos. Ed. Comem. do centenário da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981.

RÉDUA, Wagner César. *Mutirão do Triângulo Mineiro - trabalho, música, alegria e festa no mundo rural. In: cadernos de Pesquisa do CDHIS, n. 36/37, ano 20.* 2007, p. 133-142.

REIS, Elisa P. *O Estado Nacional Como Ideologia. Estudos Históricos, v. 1.* Rio de Janeiro, 1988.

- RUSSELL-WOOD, A.J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial/A. J. R. Russell-Wood; tradução de Maria Beatriz Medina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SABARÁ, Romeu. *Romeu. Comunidade negra dos Arturos: o drama de um campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da USP (Tese Dout.), 1997.
- SAHLINS, Marshall. *A tristeza da Doçura: a antropologia nativa da cosmologia ocidental*. *Teoria & Sociedade*, v. 11, n. 2, . Belo Horizonte, jul/ dez. 2013, p. 112-173.
- SANCHIS, Pierre. *A Religião dos Brasileiros*. IN: *Teoria&Sociedade*. Nº Especial. 2003, p. 16-49.
- . *Desencanto e formas contemporâneas do religioso*. In: *Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião, ano 3, p. 27-43*. Porto Alegre, 2001.
- SANTOS, Ivanildo Lubarino Piccoli dos Santos. *Júlio Mesquita. Os palhaços nas manifestações populares brasileiras: bumba-meu-boi, Cavalo-marinho, Folia de Reis e Pastoril Profano. Dissertação (mestrado)*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista - UNESP "Júlio Mesquita Filho". Instituto de Artes, 2008.
- SCARATO, Luciene Cristina. *Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais: administração, territorialidade e cotidiano (1733-1783)*. *Dissertação (mestrado)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009. 303 p.
- SCHWARCZ, Lilia. *Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mestiça e malandra*. P. 49-63. RBS 29, 1995.
- . *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil*. 3a. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEYFERTH, G. "Colonização, imigração e a questão racial no Brasil, v. 53." *Revista USP*, 2002: 117-149.
- SILVA, Cristiano Lima da. *Senhores e também padrinhos: relações de compadrio e as alforrias na pia batismal em São João del Rei (1750-1850)*. s.d.
- SILVEIRA, Marco Antônio da. *o universo do indistinto: Estado e sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 25,26.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: Raça e nacionalidade no pesamento brasileiro (1870-1930) 1 ed*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SLENES, R. W. *Senhores e Subalternos no Oeste Paulista*. In: ALENCASTRO, L. F. de. *História da Vida Privada no Brasil: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Mina, Angola e Guiné: Nomes d'África no Rio de Janeiro Setecentista*, v. 3, nº 6. Tempo, 1998.

SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2005.

—. *Reis negros no Brasil escravista: história de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

TUAN, Yi Fu. *Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência*. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, p. 06., 1983.

TUGNHY, Rosangela Pereira, e Ruben Caixeta. (org.) QUEIROZ. *Músicas Africanas e indígenas no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

TURNER, Victor. *Os Símbolos do Ritual Ndembu*. In: *Floresta de Símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Niterói: EdUFF, 2005.

## FONTES ELETRÔNICAS

BIBLIOTECA BRASILIANA GUITA E JOSÉ MINDLIN. Disponível em:  
<<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/2/quilombo>> Acesso em 28 abr. 2014.

BRASILEIRA, Tesouro de Folclore e Cultura popular. *Festa do João do Mato*. Disponível em  
<<http://www.cnfcp.gov.br/tesouro/00001916.htm>> Acesso em 13 dez. 2012.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Disponível em  
<[http://www.dji.com.br/constituicao\\_federal/cfdistra.htm](http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cfdistra.htm)>. Acesso em 14 abr. 2014

DECRETO 4.887. Disponível em  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)> Acesso em 14 abr. 2014

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO – COMUNIDADES TRADICIONAIS. Disponível em:  
<[http://www.dpu.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1737&Itemid=251](http://www.dpu.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1737&Itemid=251)> Acesso em 08 abr. 2013.

DUCATI, Ariane, e Bibiana DIONÍSIO. Benzedeiras são consideradas profissionais da saúde no Paraná. G1/ paraná, RPCTV. Disponível em

<<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/05/benedeiras-sao-consideradas-profissionais-da-saude-no-parana>> (acesso em 02 de agosto de 2013).

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS – IPEAAFRO. Disponível em:  
<[www.abdias.com.br/movimento\\_negro/frente.htm](http://www.abdias.com.br/movimento_negro/frente.htm)>. Acesso em 28 mar. 2014.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO – MNU. Disponível em:  
<<https://www.blogger.com/profile/05994186866218803389>>. Acesso em 21 abr. 2014.

PEREIRA, Renata, e Renato. SIMÕES. *Padre Libério - Servo de Deus*. Disponível em  
<<http://www.gnews.com.br/colunistas/renato-e-renata/78-renata-e-renato/5874-padre-liberio-servo-de-deus.html>> Acesso em 24 de jun. de 2013.

PREFEITURA DE CONTAGEM. Disponível em  
<[http://www.contagem.mg.gov.br/?es=patrimonio\\_historico&artigo=111950](http://www.contagem.mg.gov.br/?es=patrimonio_historico&artigo=111950)> Acesso em 22 abr. 2014.

## FONTES ORAIS

*LUZ, José Bonifácio da Luz*. Comunidade dos Arturos. Contagem: 30 de novembro, 2013. Inventário para fins de Registro da Comunidade dos Arturos – IEPHA/ MG. Entrevista concedida a Leonardo Augusto Silva de Freitas.

*SANTOS, Maria Auxiliadora dos*. Comunidade dos Arturos. 9 de abril, 2013. Contagem: Inventário para fins de Registro da Comunidade dos Arturos – IEPHA/MG. Entrevista concedida a Leonardo Augusto Silva de Freitas.

*VIEIRAS, Maria Aparecida Silva; SILVA, Neusa Maria dos*. Comunidade dos Arturos. 10 de abril, 2012. Contagem: Inventário para fins de Registro da Comunidade dos Arturos – IEPHA/MG. Entrevista concedida a Aílton Batista da Silva e Ana Rita (Casa de Cultura).

*LUZ, Mário Braz da Luz*. Comunidade dos Arturos. 6 de janeiro, 2013. Contagem: Inventário para fins de Registro da Comunidade dos Arturos – IEPHA/MG. Entrevista concedida a Luís Gustavo Molinari Mundim e Rafael (Rede Minas).

*SILVA, Antônio Maria da*. Comunidade dos Arturos. 10 de abril, 2013. Contagem: Inventário para fins de Registro da Comunidade dos Arturos – IEPHA/MG. Entrevista concedida a Leonardo Augusto Silva de Freitas.

*LUZ, José Bonifácio da.* Comunidade dos Arturos. 13 de novembro, 2013. Contagem: Inventário para fins de Registro da Comunidade dos Arturos – IEPHA /MG. Entrevista concedida a Leonardo Augusto Silva de Freitas.

## PERÍODICOS

(Da redação). *Documentário: a tradição dos Arturos é mantida por 600 pessoas.* Folha de São Paulo, São Paulo, 25 jul. 2004. Ilustrada/televisão, pág. 7.

(Da redação). *Festa do mês de dezembro em Minas Gerais.* Folha de São Paulo. São Paulo, 1 dez. 1978. Turismo, pag. 35.

(Da reportagem local). *Encontro de Folclore vai até esse domingo: Estados Apresentam danças folclóricas.* Folha de São Paulo, São Paulo, 30 ago. 1996. Especial, pag. 4.

## **FICHA TÉCNICA**

*Projeto Inventário para Fins de Registro da Comunidade dos Arturos 2012 -2014*

### **Coordenação Geral**

Luis Gustavo Molinari Mundim

### **Coordenação Fundação Cultural de Contagem - FUNDAC**

Carolina Dellamore

Tiago Alves

### **Equipe Técnica**

#### **IEPHA/ MG**

Ailton Batista da Silva – Restaurador

Clarice Murta Dias – Geografa

Débora Raíza Carolina Rocha Silva – Historiadora

Fabiele Cristina Santos Costa – Historiadora

Leonardo Augusto Silva de Freitas – Antropólogo

Luis Gustavo Molinari Mundim – Historiador

Rosana Marques – Arquiteta

#### **FUNDAC**

Adebal Andrade Junior – Historiador

Alexandra Ponsá – Geografa

Carolina Dellamore – Historiadora

#### **Apoio Administrativo**

Ana Lúcia Palhares Esteves Fonseca

Tânia Maria Moreira Dalfior

### **Estagiários**

#### **IEPHA/ MG**

Ana Carolina Fernandes

Bárbara Magalhães

Bruna Luisa de Paula

Hugo Mateus Gonçalves Rocha

Lucas Pires Augsten Capanema

Mariana Rabêlo de Farias

#### **FUNDAC**

Ana Rita Andrade

Carmem Guimarães

Isabela Fernanda Gomes Oliveira

Paulo Ricardo Silva Rodrigues

### **Colaboração**

Comunidade dos Arturos

Glaura Lucas – Prof.(a) Dr.(a) Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

João Batista da Luz – Arturos

João Paulo Martins - Historiador

Jorge Antônio dos Santos – Arturos

José Bonifácio da Luz – Arturos

Ludmila Toledo – Jornalista

Marco Vinicius Campos Sena

Maria Ivanice de Andrade Viegas – Geografa

Mônica Eustáquio Fonseca – Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte  
Prefeitura Municipal de Contagem  
Rede Minas

*Dossiê de Registro*

**Coordenação Geral**

Luis Gustavo Molinari Mundim

**Elaboração:**

Débora Raíza Carolina Rocha Silva  
Leonardo Augusto Silva de Freitas  
Luis Gustavo Molinari Mundim.

**Levantamento arquivístico:**

Bruna Luisa de Paula  
Débora Raíza Carolina Rocha Silva  
Mariana Rabêlo de Farias

**Levantamento sócio-antropológico:**

Leonardo Augusto Silva de Freitas

Gerência do Patrimônio Imaterial:

Contato: [imaterial@iepha.mg.gov.br](mailto:imaterial@iepha.mg.gov.br)

**Apoio**

Assessoria de Comunicação Social IEPHA/MG – ACS  
Diretoria de Proteção e Memória – DPM  
Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças – DPGF  
Gerência de Identificação IEPHA/MG – GID  
Gerência de Patrimônio Material – GPM